



Pius Utomi Ekpeji, AFP (2003) Monróvia, Libéria

Maria Luiza Pereira Pacheco

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO À LUZ DA RESOLUÇÃO 1325 SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais — Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pela Professora Sofia José Figueira Santos, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Julho/2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Maria Luiza Pereira Pacheco

A participação das mulheres nos processos de paz:

uma perspectiva de gênero à luz da Resolução 1325 sobre
Mulheres, Paz e Segurança

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz,
Segurança e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Professora Doutora Sofia José Figueira Santos

Coimbra, Julho/2018

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu pai, Leonardo, por desde o início da minha vida acadêmica ter me incentivado e apoiado, mostrando-se sempre presente, desde o Trabalho de Conclusão de Curso às contribuições para a proposta de tema de tese que me proporcionou uma vaga no Mestrado e que foi onde surgiu a primeira ideia para essa dissertação. Serei eternamente grata por todo o incentivo, a atenção, o cuidado e a dedicação não só neste processo, mas durante toda a vida. Por isso dedico-lhe este trabalho com todo o meu amor.

À minha mãe Claudia e à minha irmã Isabela pela compreensão, o apoio e o incentivo nos momentos delicados durante este percurso. Agradeço pela convivência, pelo carinho, pela união e pelo aprendizado diário.

À minha avó Iza, por vibrar comigo diante das minhas vitórias, pelas orações, por acreditar em mim, pelo incentivo e por ser o meu exemplo de mulher e de coragem.

O meu sincero agradecimento ao meu namorado Gabriel, pelo apoio, por acreditar em mim e me incentivar todos os dias desde que ingressei no Mestrado. A parceria de um namorado-melhor amigo acalma a alma e revigora as energias. Sou grata por ter sido a minha melhor companhia em Portugal mesmo estando no Brasil, pela paciência, atenção e dedicação de sempre.

Desejo agradecer à minha orientadora Professora Doutora Sofia José Figueira Santos por me encorajar em relação ao tema e pela disponibilidade que sempre demonstrou para esclarecer as minhas dúvidas. Agradeço pelos comentários, pelas sugestões e por ter sido sempre acessível e agradável. E também aos Professores do Mestrado de Relações Internacionais da FEUC, com os quais pude tanto aprender, questionar a aprofundar os meus conhecimentos.

À tia Heliana e ao David pelo apoio, pelas visitas em Portugal e pela contribuição nessa dissertação.

Agradeço à Karina de Rezende-Fohringer pela maneira como me acolheu e confortou as minhas angústias neste processo e pela imprecindível colaboração para este trabalho.

Gostaria ainda de salientar o meu agradecimento aos meus amigos do Brasil, e principalmente aos que fiz em Coimbra, com quem pude compartilhar momentos e aprendizados inesquecíveis durante esta trajetória.

Não podemos todos ser bem-sucedidos quando metade de nós está restringida

Malala Yousafzai, 2013

Resumo

Por muito tempo, a paz, a violência e a segurança foram termos associados ao Estado. Na década de 1980, no entanto, os movimentos acadêmicos para a incorporação da mulher nos estudos de Relações Internacionais (R.I.) foram sendo desenvolvidos a partir das teorias pós-positivistas, incluindo as Teorias Feministas de R.I. Neste contexto, questionamentos sobre as marginalizações feminina, as violências, o militarismo, as relações de poder nos níveis pessoal e internacional e os estereótipos passaram a incorporar uma nova abordagem de segurança vinculada ao gênero como categoria de análise. Assim, tendo como pressuposto a importância dos processos de paz para o desenraizamento das violências e a construção das pazes, esta dissertação propõe-se investigar os avanços e desafios do papel das mulheres nos processos de resolução de conflitos, no *peacekeeping* como militares, no *peacemaking* como negociadoras, mediadoras e signatárias, e no *peacebuilding* como civis. Nesta lógica exploratória, utiliza-se a Resolução 1325 da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança como o objeto de análise crítica baseada no questionamento das suas dimensões discursivas e conceituais, a fim de compreender a sua representação como instrumento político e suas consequências para as questões de gênero, no que permeia a prioridade e o esforço para a participação das mulheres na construção da paz e da segurança. Para ilustrar esta gama de análise, utiliza-se o estudo de caso da Libéria, país africano, marcado por uma história de instabilidades e múltiplas violências, onde a presença das mulheres pode ser destacada pela participação e influência nos processos de construção e reconstrução da paz, principalmente como *peacebuilders*. Além disso, propõe-se analisar a incorporação da Resolução 1325 nesse país, tendo como referência o Plano Nacional de Ação, analisando a abordagem das questões de gênero e os potenciais reflexos da Resolução para a agência das mulheres no pós-conflito, para a sua segurança e seu empoderamento.

Palavras-chave: Mulheres; Processos de paz; Resolução 1325; Libéria.

Abstract

For a long time, peace, violence and security were terms associated with the State. In the 1980s, however, academic movements for the incorporation of women in studies of International Relations (I.R.) were being developed from post-positivist theories, including Feminist Theories of I.R. In this context, questions about female marginalization, violence, militarism, power relations at the personal and international levels, and stereotypes, were incorporated into a new gender-based security approach as a category of analysis. Thus, considering the importance of peace processes for reducing violence and building peace, it is proposed to investigate the advances and challenges of the role of women in the processes of conflict resolution, in peacekeeping as military, in peacemaking as negotiators, mediators and signatories, and in peacebuilding as civilians. In this exploratory logic, UN Resolution 1325 on Women, Peace and Security is used as the object of critical analysis. The concepts and language of the Resolution are analysed in order to understand its representation as a political instrument and the consequences for gender issues, in the priority and enforcement of participation of women in the construction of peace and security. Liberia is used as a case study to illustrate the analysis. This African country is marked by a history of instability and multiple episodes of violence, where women have been prominent in their participation in, and influence on, the processes of peacebuilding and reconstruction, mainly as peacebuilders. In addition, it is proposed to analyse the incorporation of Resolution 1325 in this country, based on the National Action Plan, analysing the approach to gender issues and the potential implications of the Resolution for women post conflict, their security and empowerment.

Key-words: Women; Peace processes; Resolution 1325; Liberia.

Lista de Acrónimos

ACS – American Colonization Society

CPA – The Comprehensive Peace Agreement

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DAW – Division for the Advancement of Women

DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

DDRR - Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Reabilitação

DPKO – Department of Peacekeeping Operation

ECOMOG – Ecowas Cease-fire Monitoring Group

ECOWAS - Economic Community Of West African States

EUA – Estados Unidos da América

IML – Iniciativa das Mulheres Liberianas

INSTRAW – Un International Research and Training Institute for the Advancement of Women

LURD – Liberians United for Reconciliation and Democracy

MARWOPNET – Mano River Women’s Peace Network

MODEL – Movement for Democracy in Liberia

NPFL – National Patriotic Front of Liberia

OAU – Organização da Unidade Africana

OGA – Office of Gender Advisor

OI – Organização Internacional

OMP – Operação de Manutenção da Paz das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSAGI – Office of the Special Adviser to the Secretary-General of Advancement of Women

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PBC – Comissão de Consolidação da Paz

PNA – Planos Nacionais de Ação

PPN – Partido Patriótico Nacional

R.I. – Relações Internacionais

S.I. – Sistema Internacional

UNIFEM – Fundo para o Desenvolvimento das Mulheres das Nações Unidas

UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria

UNOMIL – United Nations Observer Mission in Liberia

WANEP – West African Network for Peacebuilding

WIPNET – Women in Peacebuilding Network

WPS – Women Peace and Security

Lista de Figuras

Figura 1 – Porcentagem de mulheres nos componentes militares nas Operações de <i>Peacekeeping</i> da ONU entre 1957 e 1979, entre 1989 e 1992 e em 1993.....	31
Figura 2 – Porcentagem de mulheres e homens em Operações de <i>Peacekeeping</i> entre 2006 e março de 2018 (polícia, especialistas militares, funcionários oficiais e tropas)	34
Figura 3 – Porcentagem de mulheres presentes nos processos de <i>peacemaking</i> (1990 - 2011)	36
Figura 4 – Porcentagem de acordos de paz que incluíram pelo menos uma referência à mulher (1990 - 2015)	38
Figura 5 – Localização geográfica da Libéria.....	69
Figura 6 – Mulheres liberianas em manifestação em frente à Embaixada Americana em julho de 2003.....	81
Figura 7 – Protesto das mulheres liberianas em Monróvia.....	82
Figura 8 – Tawakkul Karman, Leymah Gboee e Ellen Johnson Sirleaf recebendo o Prêmio Nobel da Paz em 2011.....	87

Lista de Quadros

Quadro 1 – Principais barreiras para a participação das mulheres no *peacebuilding*.....42

Quadro 2 – Resoluções que sucederam a 1325 no âmbito das questões de gênero.....61

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Violência, paz e segurança a partir das Teorias Feministas	7
1.1 Evidências e consequências do patriarcado nos estudos convencionais das violências e das pazes.....	9
1.2 A inovação dos Estudos para a Paz: triângulo de violências e triângulo de pazes.....	12
1.3 A proposta das teorias feministas.....	16
1.3.1 Teorias Feministas de Relações Internacionais.....	17
1.3.2 Feminismo pós-positivista.....	19
Capítulo 2 – A participação das mulheres nos processos de paz e a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança	23
2.1 A importância dos processos de paz no desenraizamento das violências e na construção das pazes.....	24
2.2 A histórica marginalização feminina no âmbito da segurança.....	26
2.3 A representação, participação e influência das mulheres nas dinâmicas de resolução de conflitos.....	29
2.3.1 <i>Peacekeeping</i> : a mulher militar.....	30
2.3.2 <i>Peacemaking</i> : a mulher negociadora, mediadora e signatária.....	35
2.3.3 <i>Peacebuilding</i> : a mulher local.....	40
2.4 Mulheres, Paz e Segurança: O papel das Nações Unidas e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança.....	45
2.4.1 Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas para as questões de gênero.....	50
2.4.2 Elementos construtivos da Resolução 1325.....	53
2.4.2.1 Violência armada, paz formal e guerra: o <i>continuum</i> de violências	58
2.4.3 Os resultados parciais da implementação da Resolução 1325.....	59
Capítulo 3 - Estudo de caso: a participação e influência das mulheres nos processos de paz na Libéria	67
3.1 Contexto histórico.....	68
3.2 A Primeira Guerra Civil Liberiana.....	71
3.2.1 As mulheres no período da Primeira Guerra Civil.....	74

3.3 A Segunda Guerra Civil Liberiana.....	76
3.3.1 A Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL).....	77
3.3.2 As mulheres no período da Segunda Guerra Civil Liberiana: o impacto das <i>peacebuilders</i> nos processos de construção da paz.....	79
3.3.3 A participação das mulheres <i>peacemakers</i> e <i>peacekeepers</i> nos contextos de conflito e pós-conflito.....	83
3.4 Os principais resultados da participação das mulheres na conjuntura político-social liberiana.....	86
3.5 O Plano Nacional de Ação da Libéria e a implementação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança.....	88
3.5.1 O PNA da Libéria e a Resolução 1325 sob o paradigma da paz liberal.....	89
Conclusão.....	94
Referências Bibliográficas.....	100

Introdução

Os processos de paz são complexos, multisetoriais e multiníveis, abrangendo elementos que permeiam desde o âmbito militar e das negociações, aos mecanismos de construção, reconstrução e manutenção da paz. Dentro deste agrupamento de políticas e estratégias, atores locais e internacionais movem esforços, na tentativa de acabar com os conflitos e com o objetivo final de alcançar a paz. Portanto, as etapas do processo de resolução de conflitos (*peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*) foram se atualizando com o tempo, a fim de consolidar aquilo que previam como propósito, nomeadamente contribuir para o desenraizamento de violências e para a construção de pazes.

Apesar do reconhecimento de que mulheres e homens devem ser parceiros iguais nesses processos, sob o argumento de que o público feminino integra metade da população, a construção da paz e da segurança sob uma perspectiva de gênero ainda é limitada, constituindo assim um dos desafios dos processos de construção e manutenção da paz. A participação feminina neste âmbito ainda está em amadurecimento, apesar de ter ganho maior destaque nos anos 1990 após a Guerra Fria, a partir da manifestação de teorias pós-positivistas, no campo acadêmico, e da ampliação da agenda de segurança, consequência de um novo cenário de emergências complexas, englobando questões como Direitos Humanos e gênero.

A partir de uma abordagem crítica, este trabalho procura compreender os avanços e desafios da integração da mulher nas Relações Internacionais, especificamente nos processos de construção da paz e da segurança. Neste sentido, serão explorados a evolução e as dificuldades da incorporação feminina no *peacekeeping*, *peacemaking* e no *peacebuilding*, através de uma análise voltada para a representação, participação e agência feminina nessas áreas da resolução de conflitos, enquanto a mulher militar, a mulher negociadora e a mulher civil/local, respectivamente

Segundo Scott (1986), os conflitos a nível local e internacional são tradicionalmente associados ao sexo masculino, sendo este reconhecido como um sujeito de ação e representatividade, enquanto as mulheres são identificadas majoritariamente como vítimas da guerra. Isso ocorre, segundo a autora, pois as mulheres foram por muito tempo marginalizadas em assuntos de política, conflitos e processos diplomáticos, sendo predominantemente alvos de violação dos Direitos Humanos e abusos sexuais, além de

serem manipuladas como armas de guerra. Enloe (2000) argumenta que a militarização afeta as mulheres em todos os níveis, sendo mais propensas a rejeitar a guerra pois são aquelas, juntamente com as crianças, as que mais sofrem consequências negativas com as disparidades do conflito.

Os homens, influenciados por exemplo pelo serviço militar obrigatório, podem acabar naturalizando comportamentos hostis, agressivos e competitivos, e assim intensificar o sexismo e a violência extrema contra mulheres e meninas, principalmente a violência sexual durante o conflito (Woollacott, 2006; Brock-Utne, 2009). Certamente, a natureza biológica expõe as mulheres aos riscos da reprodução e doenças sexualmente transmissíveis, e interromper ou tratar dessas questões em locais de conflito muitas vezes resulta numa alta taxa de mortalidade pela falta de acesso a serviços de saúde reprodutiva (Parlamento Europeu, 2005).

Essa perspectiva histórica e social, direciona as mulheres para uma posição estereotipada de fraqueza e vulnerabilidade, enquanto os homens se tornam o símbolo de força e proteção. Tanto a comunidade acadêmica, quanto as instituições políticas nacionais e internacionais, influenciam e perpetuam este estereótipo, desvalorizando a agência da mulher nas diversas esferas de ação. Os processos mais influentes do cenário das resoluções de conflitos frequentemente não dão o merecido espaço às mulheres no que diz respeito às negociações, tomadas de decisão, ocupações militares, lideranças locais e agência nas operações, causando além da desigualdade de gênero, a persistência das relações de poder desiguais, a violência de gênero e a limitação das capacidades evolutivas dos processos de resolução para a construção e manutenção da paz.

A Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2000, configura pela primeira vez em um documento, a interrelação entre o desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos, agregados às questões de gênero (Klot, 2007). Esta é a principal razão pela qual este documento foi escolhido para ilustrar a análise crítica da dissertação, uma vez que ele traz a preocupação de inserir a perspectiva de gênero no âmbito dos processos de paz, afirmando a importância do papel e representação feminina na prevenção, gestão e resolução de conflitos, assim como na construção e consolidação da paz (CSNU, 2000: Preâmbulo).

A partir de uma análise crítica da Resolução, procura-se compreender e questionar as dimensões discursivas e conceituais propostas pelo documento, a fim de entender a sua

representação como instrumento político e suas consequências para as questões de gênero, no que permeia a prioridade e o reforço para a participação das mulheres na construção da paz e da segurança. Desta forma, a Resolução 1325 é o elemento-chave desta pesquisa, onde a partir dela procura-se responder à pergunta de partida: “Visto que a 1325 marca um novo período de esforços internacionais voltados para as questões de gênero, paz e segurança, é possível afirmar que a sua implementação contribui de fato para a incorporação e participação das mulheres nos processos de paz?”

Desta forma, é proposto a seguinte hipótese: “após a aprovação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, as mulheres passaram a ter maior representação, participação e agência nos processos de resolução de conflitos”. Visto que, majoritariamente, as mulheres são ignoradas pela literatura sobre processos de paz e segurança, sendo mencionadas majoritariamente como vítimas da guerra e da militarização social, e quase nunca como formuladoras de opinião, agentes de voz, empoderamento e influência, a importância de introduzir este tema é essencial para o processo de desconstrução dos resquícios dos estudos convencionais da paz e da segurança, que negligenciam as mulheres e suas experiências. Além disso, abre-se espaço para discutir as vertentes da violência, e como elas contribuem para a desigualdade de gênero, relações de poder desiguais e para a perpetuação de estereótipos.

Pretende-se neste trabalho alcançar os seguintes objetivos: abrir a porta à ampliação do conhecimento sobre a participação das mulheres nos processos de paz, sua histórica marginalização no âmbito da segurança e os avanços e desafios que se seguiram com o passar do tempo; contribuir para a questão da importância da participação das mulheres nos âmbitos do *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*; usar a abordagem feminista para analisar as questões de paz, segurança e resolução de conflitos e explorar a mulher como um ator versátil que nem sempre é considerado nos debates sobre processos de paz.

Evidências e consequências do patriarcado nos estudos convencionais da paz e da violência indicam uma relação direta entre desigualdade de gênero e violência, assim como estruturas e relações de poder que minimizam a mulher para uma condição de invisibilidade no cenário local e internacional. A abordagem dos Estudos para a Paz explora as ideias dos triângulos das violências e das pazes (direta, cultural e estrutural) (Galtung, 1964) questionando o desequilíbrio de forças e poderes existentes dentro dos processos de paz. Segundo Tickner (1992), o pensamento feminista aproxima, assim como nos Estudos para Paz, os conceitos e

as práticas da violência como uma preocupação fundamental, que vai além do Estado como campo de análise.

Desta forma, as perspectivas teóricas utilizadas serão de abordagens feministas pós-positivistas de Relações Internacionais, que sustentam definições ampliadas de segurança além do Estado, privilegiando o bem estar dos indivíduos, além de se preocupar em questionar e superar estruturas de relações de poder e gênero que desvalorizam as experiências femininas (Tickner, 1997).

Neste quadro, serão explorados três elementos principais. O primeiro é a construção de gênero em binômio masculino e feminino, usando o gênero como uma categoria de análise. Neste âmbito, a autora J. Ann Tickner fará um contributo fundamental ao analisar e questionar as normas de masculinidade socialmente construídas que estão presentes na definição de identidade, como agressão, competitividade e afirmação da autonomia. O segundo seria a articulação e alimentação recíproca entre o local e o internacional, que pode ser discutido sob o viés da valorização do local como um elemento-chave para a construção da paz. A autora Cynthia Enloe contribui para esta abordagem e aponta que a política internacional costuma operar subestimando o poder do local e do feminino, que acaba por invisibilizar hierarquias políticas e sociais e desigualdades de gênero. Por último, a construção da paz e a prevenção da violência a partir da ideia da igualdade de gênero que pode ser trabalhada sob a perspectiva do *Gender-Based Violence* (Violência Baseada em Gênero), e o *continuum* de violências. Ambos discutem como a violência tem um papel normativo associado ao gênero e às relações de poder, perpassando o nível local ao internacional, influenciando e dificultando diretamente a construção da paz (Shepherd, 2008; Nordien, 2008). Esses elementos interligados, irão construir uma base de análise que irá testar a hipótese proposta e irá tentar responder a pergunta de partida desta pesquisa.

O enquadramento teórico escolhido ilustra uma estrutura que procura inserir novos atores no debate local-internacional, ampliando o olhar além do Estado sobre a resolução de conflitos e a construção da paz, dando voz às demandas e questionamentos de grupos muitas vezes reprimidos na história das R.I., como as mulheres. Este diálogo teórico irá perpetuar desde as teorias feministas de Joan Scott (1986), Cynthia Enloe (1990) e principalmente Ann Tickner (1997) aos Estudos para a Paz de Johan Galtung (1964).

A metodologia utilizada será uma abordagem qualitativa, pois considera que há vínculo entre o objetivo e o subjetivo, onde há a interpretação dos fenômenos e a atribuição de

significados. Será também explicativa, pois procura identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos e aprofunda o conhecimento sobre a realidade. Desta forma, procura-se responder à pergunta de partida: “Visto que a 1325 marca um novo período de esforços internacionais voltados para as questões de gênero, paz e segurança, é possível afirmar que a sua implementação contribui de fato para a incorporação e participação das mulheres nos processos de paz?” através da obtenção de dados bibliográficos, ou seja, trabalhos científicos e acadêmicos já produzidos; dados documentais (documentos oficiais da ONU e outras organizações internacionais, locais, ONGs, agências, governos, e Resoluções do CSNU). Quanto aos procedimentos técnicos, serão utilizadas fontes primárias como artigos, livros, discursos, citações de entrevistas e de declarações.

A dissertação contará em seu último capítulo com o estudo de caso da Libéria e a participação das mulheres nos seus processos de paz. Ilustrar um panorama histórico deste país, apontando suas principais dificuldades para alcançar a paz, permite introduzir a participação e a influência feminina neste cenário de conflito de maneira crítica e analítica. A Libéria possui uma história que se destaca no cenário africano, pela sua “recente” formação, a influência direta dos EUA¹, os conflitos étnicos e religiosos e a participação ativa das mulheres nos processos de paz, principalmente informais. Este estudo de caso permite analisar a desigualdade de gênero como um elemento gerador de violência e limitador para o alcance de uma paz sustentável, além de uma investigação voltada para as consequências da violência estrutural e as motivações que levaram as mulheres liberianas a formarem coalizações de paz.

A Libéria passou por duas guerras civis, sendo que na primeira a violência contra as mulheres foi normalizada, junto com uma cultura de impunidade, que aumentou a sua vulnerabilidade aos abusos contínuos e à violência sexual, criando um ambiente de instabilidade, insegurança e declínio econômico que prejudicaram sua independência e seus direitos. Entretanto, a criação de redes locais de mulheres para a paz como a WIPNET (*Women in Peacebuilding Network*), a participação feminina no alcance e elaboração do Acordo de Paz e a implementação da Resolução 1325 na Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), principalmente através do Plano Nacional de Ação pôde incorporar novos mecanismos de

¹ Foi a primeira república independente do continente africano, fundada em 1822 pelos Estados Unidos, por meio de uma organização privada que tinha o objetivo de reinstalar ex-escravos americanos na região (Kieh, 2009).

atuação que valorizaram e incentivaram a participação das mulheres nos processos de construção e reconstrução da paz.

A escolha da Libéria para ilustrar o estudo de caso se deu pelas seguintes razões: possui uma história peculiar dentre os países africanos, que se destaca pela violência estrutural, cultural e direta desde a sua formação; conta com duas guerras civis, uma antes da constituição da Resolução 1325 em 1989 e outra que deu início em 1999, dando seguimento até 2003, ou seja, três anos após a implementação da Resolução; destaca-se pela forte influência das mulheres nos processos de paz, principalmente naqueles informais, através de organizações locais originárias na Primeira e na Segunda Guerra Civil, as quais algumas perpetuam até hoje; a participação das mulheres ocorreu de forma pacífica, unindo diferentes etnias, religiões e classes sociais; as mulheres, através de protestos pacíficos e pressões para um acordo de paz, conseguiram se reunir com o Presidente Charles Taylor, participando diretamente das negociações; foi o primeiro país africano a eleger uma mulher presidente, Ellen Johnson-Sirleaf, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2011; foi palco da primeira força de *peacekeeping* exclusivamente feminina, composta por indianas em 2007 e sofreu intervenções internacionais embasadas na premissa da paz liberal.

Desta forma, o estudo de caso procura ilustrar um exemplo de país em que houve influência e participação das mulheres nos processos de construção da paz, sobretudo como *peacebuilders*. Além disso será destacado de que forma a Resolução 1325 foi implementada na Libéria, a partir do Plano Nacional de Ação, analisando a abordagem das questões de gênero e os potenciais reflexos da Resolução para a agência das mulheres no pós-conflito, para a sua segurança e empoderamento.

Capítulo 1 – Violência, paz e segurança a partir das Teorias Feministas

Tradicionalmente, a disciplina das Relações Internacionais perspectiva a segurança em termos políticos e militares, onde o Estado opera a fim de proteger suas fronteiras física e moral, manter sua integridade e valores próprios (Bull, 1977). O Sistema Internacional “anárquico” e hostil, compreendido a partir da visão das teorias convencionais, reforça o engajamento do Estado nas atividades do equilíbrio de poder para atender suas necessidades, interesses e proteger sua soberania, a fim de melhorar sua segurança (Carr, 1981). A partir de 1980, entretanto, as perspectivas feministas de Relações Internacionais rompem com esse entendimento, criticando o cânone realista e liberal e suas neo-variáveis da disciplina, propondo uma abordagem alternativa focada no gênero às questões de segurança.

Em termos multidimensionais, o prisma feminista redefine segurança como um processo e não um ideal, no qual a preocupação com as desigualdades estruturais e as relações de poder se tornam o ponto crucial para atender ao indivíduo e ao comunitário, e não ao Estado, como preconizavam as teorias tradicionais (Tickner, 1997). Enquanto o realismo se estrutura numa ontologia baseada no Estado como ator unitário e o liberalismo na ideia do universalismo, o feminismo coloca as relações sociais, principalmente as relações de gênero como o centro da observação crítica, relacionando segurança diretamente à diminuição de todas as formas de violência (Ticker e Sjoberg, 2013). Segundo Tickner (1997) a hierarquização social historicamente e culturalmente construída ao longo do tempo, colocou a mulher em uma condição marginal nas escalas sociais de poder, e portanto, a preocupação feminista procura enfatizar a segurança da mulher como um dos elementos centrais deste viés teórico a partir do reconhecimento, exposição e luta contra as hierarquias sociais e as desigualdades de gênero, procurando compreender sua construção pela ordem mundial e por fim trabalhar para desconstruí-la e desnaturalizá-la.

Desta forma, a corrente questiona o tradicionalismo teórico e seu temor pelo externo, e focaliza na segurança interna, se preocupando com uma análise de baixo para cima, onde o Estado se posiciona como um ator secundário, e a mulher como o ator principal, procurando entender como a vida e a segurança dos indivíduos afetam e são afetadas pelas políticas globais (Ticker, Sjoberg, 2013). Esta visão questionadora coloca em xeque o Estado como provedor de segurança, a eficácia da sua capacidade militar e a possibilidade e construção da paz. Nota-se, portanto, importantes diferenças entre as teorias tradicionais e as teorias

feministas em relação à segurança e conseqüentemente à relevância dos atores nas dinâmicas das Relações Internacionais.

A inovação das teorias feministas trouxe as questões de gênero para o centro das preocupações de segurança, enfatizando as relações de poder desiguais, a naturalização das hierarquias de gênero e o patriarcado. Estudar o gênero como uma categoria de análise é a porta de entrada desta corrente, que define este termo de maneira diferente das teorias tradicionais. O gênero, para as teorias convencionais caracterizavam-se como relações interpessoais entre homens e mulheres, enquanto as feministas compreendem que as diferenças de gênero são uma construção social e cultural presente em todas as dimensões da vida pública e privada, onde o poder, a autonomia, a racionalidade e o público são associados à masculinidade (Tickner, 1997). Para as correntes feministas, as desigualdades entre homens e mulheres colaboram para a insegurança em todos os níveis, onde estruturas patriarcais se estendem desde o lar ao nível internacional. A preocupação central das teorias feministas é romper com o *status quo* dominante e privilegiar a dignidade humana, questionando o modelo de análise da paz, violência e segurança (Moura, 2005).

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o quadro teórico que estrutura a base da dissertação. Como anteriormente expressado, a pesquisa se organiza a partir de uma breve análise das teorias tradicionais de Relações Internacionais, seus pressupostos, como compreendem alguns conceitos-chave, como segurança, paz e violência e posteriormente a inovação das teorias feministas de R.I., que surgem em contestação às convencionais, a partir de um ideal voltado para a preocupação com as questões de gênero. Na primeira parte, será demonstrado de que forma as teorias convencionais compreendem evidências do patriarcado e estruturas de poder hierárquicas e as conseqüências disso na promoção da violência, na construção da segurança e da paz. Posteriormente, será exposto a inovação da corrente dos Estudos para a Paz: os triângulos das violências e o triângulo das pazes a partir dos conceitos propostos por Johan Galtung (1964).

Em seguida, será apresentado as propostas das Teorias Feministas de Relações Internacionais que questionam os conceitos de segurança, paz e violência, propondo um novo olhar para o internacional e sua ligação com o pessoal/local. Este olhar inovador para o gênero como categoria de análise irá incorporar o feminismo pós-positivista, suas vertentes e análises sobre a guerra, sobre o feminino e masculino e políticas de poder e relações de gênero.

1.1 Evidências e consequências do patriarcado nos estudos convencionais das violências e das pazes

É notória uma evolução conceitual dos conceitos de paz, segurança e violência ao longo do tempo e do aparecimento de novas teorias de Relações Internacionais, e para centrar-se em uma abordagem feminista de análise, é necessário compreender este processo evolutivo. Desta forma, uma breve apreciação das teorias realista e liberal serão ilustradas nessa seção.

A tradicional corrente realista, inspirada nos fundamentos de Thomas Hobbes do estado de natureza permanente de guerra, caracteriza-se pelo estadocentrismo e pelo acúmulo de poder das potências em superação ao caos e à desordem determinados pela anarquia internacional (Carr, 1981). Segundo Bull (1977), a ideia de estabelecer um equilíbrio de forças entre as potências, acumular poder (material e imaterial) e alcançar interesses nacionais, políticos e estratégicos, contemplaria a paz como um fenômeno temporário.

Portanto, para a tradicional corrente teórica, “a paz corresponde a um período de recuperação da última guerra e de preparação para a próxima”² (Bull, 1977: 23), e a segurança é uma propriedade do Estado, que almeja assegurar sua integridade física, soberania e poder para a sua sobrevivência (Carr, 1981). Herz (1950), através do dilema de segurança, compreende o sistema entre Estados como de “autoajuda”, o que traduz-se em confiar ou se armar, visto a anarquia do S.I.

Desta forma, os comportamentos aderidos pelos Estados em função da sua segurança diminuiriam a segurança dos demais, em um jogo de soma zero, onde a procura individual por aumento do poder militar seria uma constante (Magalhães, 2012). Sendo assim, o Estado de guerra contínuo é uma característica do realismo, que não distingue uma fronteira entre a guerra e a paz, e onde a política internacional é reconhecida como política de poder. A violência então, é entendida pelo realismo como um elemento da guerra, que é um permanente Estado de ser do cenário internacional (*ibidem*).

Evidências de uma estrutura patriarcal são significativas na lógica realista, onde a busca por acúmulo de poder perpetuaria desde o poder militar, às relações de poder de gênero, exploração, desigualdade e subordinação. Segundo Lorentzen e Turpin (1998) a relação entre patriarcado e militarismo é dialética, em que o militarismo conta com padrões

² Tradução livre da autora. No original “*Thus peace, on the Hobbesian view, is a period of recuperation from the last war and preparation for the next*” (Bull, 1977: 23).

patriarcais e o patriarcado com o militarismo, uma vez que para que ele funcione, é preciso existir o privilégio masculino e a subordinação feminina. Este privilégio, de acordo com as autoras, está englobado de forma estrutural e cultural no sistema militar, onde a mulher, por historicamente ter menos poderes político, social e econômico, acaba por ter também menos poder de decisão nas questões de segurança, refletindo em todas as etapas dos processos de paz (*ibidem*).

Enloe (1993) reitera que as condições estruturais são complementadas pelas condições culturais, cuja lógica militar molda-se às normas estereotipadas de gênero que refletem nas ações dos homens e das mulheres. Isso quer dizer, segundo a autora, que enquanto os homens devem assumir comportamentos masculinos (força, agressividade e poder) através do treinamento militar, lutando e ajudando na guerra, as mulheres deveriam se comportar de maneira maternal, esperando a proteção dos homens, ou seja, ocupando uma posição de vitimização, vulnerabilidade e subordinação (*ibidem*).

Em função das sociedades serem patriarcais e dominadas por homens, os valores militares acabam predominando e os privilégios masculinos se sobressaindo em detrimento dos valores femininos. Sendo assim, os valores masculinos passam a se equivaler aos valores militares, o que reflete nas demais esferas: econômica, cultural, religiosa e política (Cohn, 1990 *apud* Lorentzen e Turpin, 1998: 16).

Desta forma, é possível concluir que embutido na lógica realista, as relações sociais de gênero encorajam o militarismo, e ele por sua vez, conta com relações sociais de gênero, perpetuando e naturalizando o patriarcado. Ideologias de viés feminista não tinham espaço nesta corrente positivista, que naturalizou violências em todos os níveis como um processo inevitável. Os estudos de segurança concebidos pelo realismo, asseguram a proteção do Estado soberano, onde não existe opinião pública e os indivíduos homem e mulher não são reconhecidos, assim como os demais atores. Esta lógica passou a não mais atender às demandas do Sistema Internacional com o passar do tempo (Oliveira; Geraldello, 2016).

A corrente liberal por sua vez, é definida basicamente pela liberdade do indivíduo, na crença na bondade e na racionalidade do ser humano (Mingst, 2016). Os conceitos de livre mercado, universalidade, igualdade perante a lei, paz perpétua (Kant, 1970) e paz democrática (Doyle, 1983) estão presentes na base argumentativa da corrente liberal. A valorização das instituições sobre o comportamento dos Estados no Sistema Internacional, a cooperação entre eles, e a inevitável interdependência, teria como consequência o ganho de benefícios

mútuos, o que reduziria a possibilidade de guerra e aumentaria a probabilidade da paz (Magalhães, 2012). O conceito de paz perpétua fundamentado por Kant (1970) afirma que Estados democráticos tendem a ser pacíficos entre si, evitando a guerra, e o conceito de segurança, segundo Mingst (2016) estaria ligado à ideia de segurança coletiva, em que o comportamento agressivo de um Estado traria reações coletivas imediatas aos demais, que os limitariam, e assim seria assegurada a ordem internacional. Segundo Kant (2006) a paz perpétua democrática na política internacional existiria com o aumento dos Estados republicanos, o que diminuiria a probabilidade da guerra. Desta forma, a corrente liberal enxerga a paz como uma possibilidade viável em função da ideologia política e econômica que o Estado seguir. Caso os Estados adotassem o modelo de democracia liberal, a paz se estabeleceria no S.I. (*ibidem*).

Diferentemente do realismo, a corrente liberal cria um vínculo causal entre a política internacional e doméstica, onde não somente o Estado importa, mas também todos aqueles que se interessam pelos resultados da política internacional, podendo influenciar e até mesmo limitar a soberania do Estado (Oliveira e Geraldello, 2016). Entretanto, assim como no realismo, a procura pelo aumento da capacidade militar se faz presente nesta corrente, uma vez que segmentos da sociedade estão vinculados ao complexo militar em que recursos e sistemas laborais se direcionam para o viés da construção e negociação de armamentos, a chamada Paz Armada no liberalismo (*ibidem*). Relembrando a análise sobre complexo militar no realismo e sua conexão com o patriarcado, pode-se afirmar que a mesma ideia persiste nesta corrente, onde a procura por acúmulo de poder militar se encontra numa lógica de estereótipos que devem ser seguidos por homens e mulheres a fim de atender às demandas da guerra (Enloe, 1993).

Apesar da corrente liberal não considerar apenas o Estado como o ator de importância no S.I., e defender a valorização individual, diferentemente do realismo, ela acaba por estabelecer critérios metódicos e limitadores que cercam as relações entre os Estados e as instituições, a partir de códigos de conduta que visam o acúmulo de poder, principalmente financeiro, o que invisibiliza as reais necessidades individuais e as relações humanas. Segundo Tickner (1997) o liberalismo aborda um conceito abstrato de racionalidade, construído a partir de uma definição de natureza humana, que diminui ou exclui as mulheres. A autora aponta que o universalismo identifica apenas a experiência de um grupo social: homens – homens de elite, como paradigmático dos seres humanos como um todo (Benhabib, 1987 *apud* Tickner, 1997: 617) e afirma que a maioria dos teóricos ocidentais de

política internacional deixam claro que as mulheres não eram capazes ou não deveriam ser encorajadas à autonomia e à racionalidade (Tickner, 1997).

Para as mulheres, a teoria liberal não alcançaria objetivos concretos em torno das suas reais necessidades e o patriarcado permaneceria constante como uma ocasião social e econômica invisível aos olhos da política internacional. Mais tarde, o feminismo liberal, que baseando-se nos princípios da sua corrente original, peca também em não aprofundar as questões das relações de poder e gênero, limitando-se em supervalorizar resultados quantitativos e não qualitativos, além de incorporar um sistema de crenças que conecta a objetividade com a masculinidade em um conjunto de valores culturais e sociais que ascendem o que é científico e o que é definido como masculino (Tickner, 1997).

A Liga das Nações exemplifica a ênfase do liberalismo nas instituições internacionais, como mantedoras do equilíbrio e da ordem pela coletividade (Mingst, 2016). Contudo, com o seu fracasso e as atrocidades humanas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aflora-se um discurso que procura pensar e questionar a incapacidade de cooperação entre os Estados, a bondade básica da humanidade e a possibilidade da paz (Maciel, 2009).

Ambas teorias tradicionais, que perpetuaram por tanto tempo como verdade, não valorizaram a questão da presença feminina no cenário internacional, focando em uma lógica de cima para baixo que não alcançava os grupos subordinados e invisibilizados e negligenciava as raízes estruturais e culturais dos problemas. O empirismo positivista utiliza-se da observação para atingir o conhecimento. Entretanto, essa visão torna-se limitante no momento em que aquilo que não é observável e experimentável é invisível, nulo, reduzindo-se a uma análise simplista e superficial de conceitos aprendidos e compartilhados (Pureza e Cravo, 2005). Essa negação que o positivismo lógico proporciona não compreende a estrutura do S.I. e não estuda os fenômenos não observáveis, o que proporcionou o terceiro debate de Relações Internacionais (positivistas *versus* pós-positivistas).

1.2 A inovação dos Estudos para a Paz: triângulo de violências e triângulo de pazes

Os Estudos para a Paz surgem no final da década de 1950 nos EUA, com o compromisso claro da não-violência, em defesa de que a paz não é um ideal ilusório (Oliveira, 2017). Seu objetivo principal é compreender as causas dos conflitos violentos e as condições para a paz, caracterizada como ciência normativa. Diferente das teorias tradicionais, “se queres a paz,

prepara-te para a guerra³” os Estudos para a Paz acreditam na paz como possível de ser alcançada, rejeitando toda e qualquer forma de violência e pronta a defender um ideal igualitário e justo (*ibidem*) através da premissa “se queres a paz, prepara-te para a paz” (Dunn, 2005: 1).

Joahn Galtung, precursor do movimento teórico, afirmava em sua publicação no *Journal of Peace Research* (1964) que a palavra paz não deveria ser temida. No editorial, Galtung propõe que a paz seja considerada um objeto de estudo na ciência, em que toda forma de violência deve ser rejeitada por seu valor negativo. Desta forma, a produção teórica, segundo o autor, serviria de estímulo ao contribuir para uma mais profunda investigação que levasse posteriormente às práticas em colaboração com a prevenção e a resolução de conflitos violentos (*ibidem*).

Negando a corrente realista, os Estudos para a Paz passam a portar uma identidade intelectual disposta a inovar a visão sobre a paz no Sistema Internacional, através de políticas e intervenções com um viés mais igualitário e justo, olhando não apenas para o internacional, como também para o estatal, o comunitário e o individual (Oliveira, 2017). Questões como religião, etnia, cultura, economia e sociedade são observadas de forma conjunta, levando em conta sua ligação no que diz respeito à paz e à violência em todos os níveis de análise (*ibidem*).

Portanto, Galtung propõe alguns conceitos, que se tornaram centrais na corrente dos Estudos para a Paz e que podem ser aplicados na posterior análise dos estudos feministas desta dissertação. O autor introduz o conceito de paz negativa, que seria a ausência de manifestações diretas de violência, ou seja, a ausência da guerra (Galtung, 1964). Mais tarde é apresentado o conceito de violência direta, estrutural e cultural. O primeiro se refere às formas diretas de violência, manifestada pela força física e pela morte (Galtung, 1969). O segundo é tendencialmente latente, referindo-se a tudo aquilo que inibe o desenvolvimento humano, gerando desigualdades de poder e recursos, injustiça, exploração e pobreza. Caracteriza-se, portanto, uma forma indireta de violência, que gera opressão e desigualdades dentro ou entre sociedades, reproduzindo a violência em todas as esferas (*ibidem*). Por último, a violência cultural considera a política de identidade, expressada a partir de normas e comportamentos construídos através de símbolos culturais como religião, ideologia, ciência, arte e linguagem (Galtung, 1990). O grande problema dessa violência é que se passa a

³ Provérbio latino : *Si vis pacem, para bellum*.

considerar a exploração e a repressão como normal ou natural, ou até mesmo invisível, além de ser usada para legitimar socialmente a violência direta e estrutural (*ibidem*).

A violência cultural, segundo o autor, pode ocorrer de maneira implícita, influenciando de forma significativa a construção de identidades e conseqüentemente em comportamento e normas sociais que determinam formas de violência. Essas construções simbólicas são normalmente estabelecidas em relações binárias como bom e mau, amigo e inimigo, superior e inferior, que conseqüentemente podem causar comportamentos fundamentalistas, racismo, sexismo, colonialismo, machismo, meritocracia entre outros (Galtung, 1990; Oliveira, 2017). Essas relações binárias acabam por determinar a violência cultural, que serve de justificativa e/ou legitimação para a violência direta e estrutural (*ibidem*). As três formas de violência de Galtung formam o chamado “triângulo das violências” (Galtung, 1996), que será explorado no decorrer da dissertação paralelamente às questões feministas.

Galtung, no entanto, introduz o “triângulo das pazes”, partindo do pressuposto de que se o oposto de violência é paz, então o oposto da violência cultural, é a paz cultural, “significando aspectos de uma cultura que servem para justificar e legitimar a paz direta e a paz estrutural”⁴. Portanto, “a paz cultural gera a paz estrutural, com relações simbióticas e equitativas entre os diversos parceiros e a paz direta com atos de cooperação, amizade e amor”⁵. Este triângulo seria autoreforçador e virtuoso caso houvesse um trabalho conjunto entre os seus três lados (Galtung, 1990).

Desta forma, a paz positiva engloba tudo aquilo que permite a integração humana, como a interação de grupos sociais, o diálogo, as mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas e a cooperação (Galtung, 1964). A paz positiva englobaria questões de Direitos Humanos, bem-estar-social, justiça social, pluralismo, desenvolvimento, questões de saúde, meio ambiente e cultura (Oliveira, 2017), sendo então um “diálogo e compreensão em todos os níveis, do interpessoal, ao intersocial, ao internacional.” (*ibidem*, 2017: 156). Ou seja, a paz positiva pode ser definida como a soma da paz direta, paz estrutural e paz cultural, ou seja, ela é a ausência da violência direta, estrutural e cultural (Galtung, 1976).

⁴ Tradução livre da autora. No original: “*meaning aspects of a culture that serve to justify and legitimize direct peace and structural peace*” (Galtung, 1990: 293).

⁵ Tradução livre da autora. No original: “*cultural peace engenders structural peace, with symbiotic, equitable relations among diverse partners, and direct peace with acts of cooperation, friendliness and love*” (Galtung, 1990: 302).

Em meados da década de 1970, Galtung incorpora os termos *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*. Diferente do *peacekeeping*, que possui uma abordagem dissociativa que foca em mater a ausência da violência direta, através de um contingente multinacional de armamento ou de observação, e do *peacemaking* que possui um véis de negociações e esforços diplomáticos, o *peacebuilding* caracteriza-se por ser mais horizontal e menos hierarquizado em sua estrutura, procurando encontrar as raízes da violência e construir transformações estruturais e justiça social (Oliveira, 2017). Segundo Galtung (1976) o *peacebuilding* tem o objetivo de construir uma paz positiva, livre de desigualdades, dominação e exploração.

Os Estudos para a Paz têm contributos fundamentais para os novos conflitos que emergiram nos anos 1990 e que Kaldor (1999) apelida de “novas guerras”. Um complexo cenário de atores governamentais e não-governamentais, conflitos étnicos e religiosos (violência cultural) e intensa violência (estrutural e direta) demandavam por esforços para a resolução dos conflitos e para a consolidação da paz (Nascimento, 2015). Neste momento, os Estudos para a Paz fornecem um parâmetro não só teórico, mas também prático para repensar as estratégias para alcançar a paz.

Todavia, apesar dos Estudos para a Paz englobarem questões de relações de poder, Galtung não explora o gênero de forma profunda na construção social da violência nem o aborda como uma categoria de análise. Para ele, a questão encontra-se inerente à violência estrutural, em forma de patriarcado, uma estrutura vertical onde os homens encontram-se acima das mulheres, inferiorizando-as em inúmeras formas de violência, legitimadas por justificativas culturais (Confortini, 2006). Sendo assim, a violência cultural se traduz no sexismo e no patriarcado, na medida em que padrões culturais estabelecem concepções e comportamentos de dominação e hierarquia dos homens sobre as mulheres, resultando muitas vezes em violência direta.

As contribuições feministas revisam as teorias propostas por Galtung, negando a violência como estrutura ou sistema, afirmando-a como um processo, possível de mudanças, e não como estática e concreta. Além disso, as teorias feministas questionam o conceito que Galtung aplica ao gênero como sexo biológico, argumentando seu caráter construtivo socialmente (*ibidem*). Entretanto, as contribuições de Galtung são importantes na análise proposta nesta dissertação, onde o triângulo das violências e das pazes têm um papel fundamental na lógica estrutural das relações de poder e gênero, hierarquia e patriarcalismo

no local e no internacional, que influenciam diretamente no papel das mulheres nos processos de paz.

O feminismo e os Estudos para a Paz se encontram, segundo Confortini (2006) em três pontos em comum: o primeiro é o pensamento e o olhar para a identidade e as necessidades humanas em detrimento das políticas de poder; o segundo é o reconhecimento da importância de conceitos como relacionamento, diversidade e interdependência, e da existência de múltiplas realidades e das diferenças culturais e históricas nas visões de mundo; e a terceira seria a agenda normativa explícita, sendo seu objetivo final a paz (para os Estudos para a Paz) e o gênero (para o feminismo).

1.3 A proposta das Teorias Feministas

Segundo Moura (2005), as críticas feministas de Relações Internacionais passaram a questionar o conceito de segurança como um objeto de análise, indagando para que e para quem ela serviria, introduzindo uma visão micro-social e menos nacional e internacional. Portanto, a fronteira entre o público e o privado passou a ser questionada pela corrente feminista no sentido de expandir o conceito de segurança, a fim de alcançar as raízes das desigualdades. Um conceito multidimensional de segurança é aplicado como reação às manifestações das violências, partindo do princípio de que aquilo que ocorre na esfera pública influencia a esfera privada e vice-versa, configurando uma estrutura de associação e dimensões de insegurança correlacionadas entre ambos os níveis.

O político pessoal e o político internacional, segundo o feminismo, se conectariam num sentido de identificar a exploração e a subordinação feminina que se desenvolvem nestas camadas de organização, refletindo uma na outra, denunciando a perspectiva estatocêntrica de segurança (Pettman, 1996) das teorias convencionais que ignoravam essa lógica, perpetuando e naturalizando relações de poder dominantes (Moura, 2005).

Em relação à capacidade militar, a proposta feminista enxerga não como uma garantia contra ameaças externas ao Estado, como preconizava o tradicionalismo, mas sim como uma ameaça para as próprias mulheres, que dependem desproporcionalmente dos homens no contexto de guerra, arcando com as consequências de um tipo de cidadania militarizada que geralmente é negada a elas (Tobias, 1990 *apud* Tickner, 1997: 625). Desta forma, as feministas tendem a analisar as dimensões político-militares de segurança, concentrando-se

nas consequências durante a guerra e não nas suas causas (Pettman, 1996 *apud* Tickner, 1997: 625), preocupando-se no impacto negativo da militarização nas populações civis, principalmente para as mulheres.

Em uma análise sobre segurança, a corrente feminista trata com importância a questão militar, as dimensões econômicas e a violência estrutural com a mesma intensidade, levando em conta a conexão entre elas. Questões como remuneração salarial, direitos trabalhistas, subvalorização, segurança alimentar (Tickner, 1997), violência doméstica, estupro, pobreza, subordinação de gênero e destruição ambiental são consideradas questões de segurança para a corrente feminista (Ticker, Sjoberg, 2013).

1.3.1 Teorias Feministas de Relações Internacionais

As pesquisas feministas sobre política internacional começaram a surgir na literatura de Relações Internacionais em meados da década de 1980, iniciando-se a partir dos estudos direcionados à Economia Política Internacional com o florescimento dos movimentos sociais de mulheres (Whitworth, 1994 *apud* Souza, 2014: 1). Com o “terceiro debate⁶” de R.I., a corrente ganha destaque, vinculando-se ao construtivismo pós-crítico (Tickner, 1997). Orientadas por princípios emancipatórios, a perspectiva feminista engloba questões de identidade, poder e linguagem, questionando as estruturas institucionais e estatais do S.I. e de que forma reproduzem e nutrem desigualdades de gênero, relações de poder e patriarcalismo (*ibidem*).

Desta forma, as teorias feministas consideram o gênero como uma categoria de análise, a partir de uma abordagem crítica que questiona as relações de poder nos níveis pessoal e internacional, procurando analisar e entender o impacto do sistema Sistema Internacional e da economia global na vidas das mulheres e dos homens. Segundo Sjoberg e Tickner (2013) as teorias feministas têm em comum o desejo por entender a subordinação feminina, e o interesse de alcançar a igualdade de gênero ou a emancipação de gênero, através de uma epistemologia que leva as relações sociais no centro da categoria de análise.

Segundo Tickner (1997), as teorias tradicionais entendem que os fatos são governados por leis da natureza, ou seja, os comportamentos são gerados por estruturas externas para os atores, onde a criação do conhecimento se baseia na crença na unidade da ciência, ou seja,

⁶ Se refere ao debate teórico entre positivistas e pós-positivistas.

tanto no mundo natural, quando no mundo social, são usadas as mesmas metodologias. Em contraposição, as teorias feministas utilizam a hermenêutica, se baseando na história, no humanístico e na geração do conhecimento a partir da filosofia tradicional em detrimento das ciências naturais. A autora chama atenção para as dicotomias como público/privado, racional/irracional e universal/particular criadas pelo Ocidente, que mostra a forma como enxergam o gênero, separando a razão do corpo, diminuindo a legitimidade das mulheres como "conhecedoras" (*ibidem*).

Primeiramente, ascende-se o chamado "feminismo liberal" (Whitworth, 1994), que segundo Sjoberg e Tickner (2013) chamavam atenção para a posição de subordinação da mulher nas políticas globais, como a questão das refugiadas, a violação dos Direitos Humanos e as desigualdades entre homens e mulheres. Tickner (2001) afirma que a corrente pregava a integração das mulheres nos quesitos de igualdade de direitos e oportunidades majoritariamente nos espaços de política internacional (chefs de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas). A principal preocupação da corrente era solucionar as desigualdades de gênero "através de medidas exclusivamente políticas, e, ou, legais" (Souza, 2014: 3), procurando estender os direitos políticos e civis dominado por homens, às mulheres (*ibidem*).

Utilizando um método científico social quantitativo, a corrente assumia uma posição que se preocupava com as estatísticas e as perspectivas de eficácia da paz democrática defendida pelo liberalismo (Sjoberg e Ticker, 2013). Para a corrente feminista liberal, as barreiras legais criadas pelos Estados seriam os entraves para a emancipação feminina, uma abordagem rasa e pouco aprofundada que logo foi criticada por muitas teorias pós-positivistas de Relações Internacionais, que questionavam o uso da estatística como um método de análise inadequado para entender a desigualdade de gênero (*ibidem*). Além disso, as feministas pós-positivistas apontavam que as desigualdades de gênero continuavam existindo nas sociedades que alcançaram igualdade de gênero formal, o que demandava uma abordagem mais profunda voltada para as questões de hierarquia e patriarcalismo e que valorizasse as experiências femininas (Tickner, 1992; Sjoberg e Ticker, 2013).

1.3.2 Feminismo pós-positivista

Autoras como J. Ann Tickner e Cynthia Enloe se manifestam através de um olhar além da teoria feminista liberal, que acaba por reproduzir pressupostos epistemológicos positivistas, argumentando que a limitada presença das mulheres nos espaços da política internacional se constituía como uma questão mais complexa ligada às relações de poder e representações de gênero, que perpassavam construções sociais e violências. Enquanto o feminismo liberal se mantinha em pensar na mulher nas esferas políticas internacionais e focar no “pós”, as novas linhas ideológicas procuravam encontrar o “antes”, para compreender essas relações de poder e gênero, como e por quem eram (re)produzidas e sustentadas.

Desta forma, podem-se destacar as correntes feministas pós-positivistas: o Feminismo Crítico, que explora as manifestações ideais e materiais das identidades de gênero e do poder de gênero na política global; o Feminismo Construtivista, que procura repensar as formas de entender a política internacional, e focam na maneira como as ideias de gênero moldam e são moldadas pela política global; Feminismo Pós-Estruturalista, que foca no significado e na codificação da linguagem, se preocupando com a relação entre conhecimento e poder, a partir de uma análise da construção das dicotomias linguísticas, como forte/fraco, racional/emocional, público/privado para homens e mulheres. Por último, o Feminismo Pós-Colonial, reforça a crítica ao universalismo ocidental que trata as mulheres como uma categoria homogênea, não reconhecendo suas diferenças relacionadas à cultura, classe social, raça e localização geográfica (Sjoberg e Ticker, 2013).

Na presente pesquisa, todas as teorias mencionadas anteriormente são válidas para dar consistência teórica aos desdobramentos posteriores. Entretanto, o trabalho irá focar nos ideais do Feminismo Construtivista e do Feminismo Pós-Estruturalista, a fim de trazer questionamentos sobre as formas convencionais de enxergar o S.I. e de que maneira ele interfere nas relações de poder de gênero, dando atenção às ideias de identidade, hierarquias, linguagem e estereótipos.

Tickner (1997) caracteriza o gênero em um sentido simbólico como um conjunto de variáveis que determinam as funções das mulheres e dos homens na sociedade, naturalizando verdades social e culturalmente construídas. A autora Joan Scott define o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos,

e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”⁷ (Scott, 1986: 16). A autora então, aponta que as relações de gênero são construídas a partir de estruturas institucionais políticas e econômicas, que naturalizam e conseqüentemente legitimam a inferioridade feminina na sociedade. Para Tickner (1997), os estereótipos são o elemento-chave que mantém homens e mulheres em papéis definidos na sociedade.

Desta forma, a corrente procura pesquisar e compreender mais profundamente de que maneira as hierarquias de gênero reforçam a formação das instituições e práticas socialmente construídas que perpetuam e naturalizam papéis e funções desiguais para homens e mulheres, colaborando para desigualdades fundamentais na política doméstica e internacional (*ibidem*). Desta forma, estudar o gênero como uma categoria de análise significa estudar mulheres juntamente com os homens, valorizando a construção do conhecimento baseado em experiências concretas do cotidiano, histórias e diálogos (*ibidem*).

Portanto, Tickner (1992) reflete e questiona os estereótipos de masculinidade e feminilidade no cenário internacional historicamente e culturalmente construídos, o homem como a força, poder, razão e autonomia e a mulher como ingenuidade, fraqueza e incapacidade. A autora procura compreender as causas e conseqüências dessas dicotomias e da limitada presença feminina em várias esferas das Relações Internacionais, identificando como os estereótipos poderiam influenciar de maneira determinante a configuração política internacional, não apenas nas representações, como também nas atuações efetivamente, e ainda como essas normas de relações de poder de gênero a nível internacional poderiam influenciar a vida pessoal das mulheres. Esta análise contribui significativamente para a compreensão da representação da mulher nos processos de paz, que será desenvolvido no próximo capítulo.

Desta forma, as correntes feministas pós-positivistas, tendem a dar novos significados aos conceitos de política e poder, ao oferecer um paralelo entre o pessoal e o internacional, além de propor a ampliação dos conceitos de ameaça, segurança e proteção (Souza, 2014). Influenciadas pelo conceito de poder de Michel Foucault (1976), a corrente define poder como uma “característica essencial da sociedade e que mantém relações de dominação e subordinação entre grupos de pessoas” (Hooper, 2001 *apud* Confortini, 2006, pag 342). O gênero por sua vez, seria uma forma primária de significar relações de poder, que regulariam,

⁷ Tradução livre da autora. No original: “*Thus, gender is not only “a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes,” but it is also “a primary way of signifying relationships of power”* (Scott, 1986: 16).

determinariam e justificariam relações sociais com base em diferenças entre os sexos (Scott, 1999).

Sobre a guerra, as feministas enxergam comportamentos sexistas como um instrumento de política do Estado, estabelecendo critérios e posições determinantes para homens e mulheres (Rosoff, 1991). Esses papéis determinados, manteriam as mulheres em posições de subordinação, fora das questões políticas e militares, sem influência na agenda política do Estado, ou seja, mantendo o *status quo*.

Segundo Confortini (2006), Galtung não estaria imune às dicotomias que reproduziriam relações de poder de gênero, pois em sua própria teoria das pazes e das violências, ele molda conceitos em termos dicotômicos, a violência em oposição à paz, o que desenvolve uma estrutura de poder desigual. Para as feministas, as pazes e as violências são reconhecidas de maneira monolítica, existindo ao mesmo tempo, por isso, procuram conectar o pessoal ao internacional, visto que mesmo em momentos de “paz”, dentro das relações pessoais, podem existir guerras, como a violação e a violência doméstica (*ibidem*).

Questões como a violência direta e o estupro, são reconhecidas pelas feministas como arma e estratégia militar, ao invés de ser tratado como um efeito colateral, incidente do conflito, visão tradicional e superficial da violência (Souza, 2014). O fato das mulheres e crianças serem a maior parte das vítimas em situações de guerra, juntamente com os refugiados e deslocados, demonstra uma conjuntura complexa que passa a ser refletida pela corrente (Kelly, 2000; Tickner, 2001). Essa nova lógica de leitura que articula o pessoal e o internacional desafia fortemente os métodos tradicionais que pregavam que o Estado seria o fornecedor de segurança e proteção, que acabava por perpetuar normas e estruturas de fato inseguras para as mulheres.

Por fim, é importante ressaltar o conceito de *Gender-Based Violence* (Violência Baseada em Gênero), que segundo Bloom, (2008) é

a violência que ocorre como resultado das expectativas de papel normativo associado a cada gênero, juntamente com as relações de poder desiguais entre os dois gêneros, dentro do contexto de uma sociedade específica. Violência contra a mulher constitui uma parte da VBG. Homens e meninos também podem ser vítimas de VBG. Por exemplo, a homossexualidade em muitas comunidades é considerada uma aberração segundo as expectativas de como os homens devem se comportar (Bloom, 2008: 14).⁸

⁸ Tradução livre da autora. No original “*Gender-based violence (GBV) is the general term used to capture violence that occurs as a result of the normative role expectations associated with each gender, along with the unequal power relationships between the two genders, within the context of a specific society. VAW/G*

Segundo a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher (1993), o termo *Violence Against Women* (Violência Contra a Mulher) significa

qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte em, ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação de liberdade, seja na vida pública ou privada (A/RES/48/104, 1993: 1).⁹

Portanto, as mulheres e meninas são vulneráveis à violência sexual e física, uma vez que seus corpos são instrumentalizados como armas e estratégia de guerra para subjugar o inimigo. Situações como gravidez e abortos forçados, além de escravidão sexual e a violência doméstica colocam a mulher em situação de marginalização. Esse *continuum* de violências nos âmbitos público e privado atingem as mulheres em todos os níveis, fazendo com que a fronteira entre guerra e paz se torne menos visível (Nordien, 2008).

Todas as questões abordadas neste capítulo servirão de base para as posteriores análises sobre a importância dos processos de paz no desenraizamento das violências e na construção das pazes, assim como a representação e influência feminina nas dinâmicas de resolução de conflitos, no que diz respeito a mulher a mulher militar, negociadora e local.

constitutes a part of GBV. Men and boys can also be victims of GBV. For example, homosexuality in many communities is considered an aberration from the expectations of how men should behave” (Bloom, 2008: 14).

⁹ Tradução livre da autora. No original “*the term "violence against women" means any act of gender-based violence that results in, or is likely to result in, physical, sexual or psychological harm or suffering to women, including threats of such acts, coercion or arbitrary deprivation of liberty, whether occurring in public or in private life*” (A/RES/48/104, 1993: 1).

Capítulo 2 – A participação das mulheres nos processos de paz e a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança

Tendo como pressuposto a importância dos processos de paz no desenraizamento das violências e na construção das pazes, este capítulo vai explorar as potencialidades e os limites que a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas encerra no que toca a incorporação das mulheres nos processos complexos, multisetoriais e multiníveis de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*. Através de uma análise crítica deste documento pretende-se compreender de que forma cada conceito (e simultaneamente os elementos-chave) da proposta da Resolução prevê o desenraizamento das violências ao nível da promoção da igualdade de gênero, explorando ao mesmo tempo os desdobramentos e as consequências na incorporação efetiva da Resolução nos locais onde é implementado.

Para tal, a primeira parte do capítulo explora as etapas do processo de resolução de conflito, especificamente o *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding* a fim de revelar a sua importância para o desenraizamento das violências e para a construção das pazes, o que mais adiante será um elemento importante para o enquadramento da participação feminina. Em seguida, será desenvolvida uma breve análise sobre a histórica marginalização feminina no âmbito da segurança, onde procuro compreender e questionar o longo processo de (não) inclusão das mulheres nas esferas dos processos de paz assim como, os avanços e desafios feitos nomeadamente no que toca a participação da mulher em cada etapa do processo, no âmbito militar (*peacekeeping*), no desenvolvimento das negociações e tomadas de decisão (*peacemaking*) e na agência dentro da sociedade civil (*peacebuilding*).

Por fim, uma abordagem geral das seções anteriores dará base para sustentar a terceira e substancial seção do trabalho, que retratará o papel das Nações Unidas e a Resolução 1325 do CSNU sobre Mulheres, Paz e Segurança. Neste momento, irei analisar a base constitutiva e ideológica da ONU e como ela passou a implementar de forma mais significativa as questões de gênero no âmbito da segurança e dos processos de resolução de conflito. Por fim, uma análise crítica será integrada, através da observação e exploração das dimensões discursivas e conceituais propostas pela Resolução, a fim de compreender a sua representação como instrumento político e suas consequências para as questões de gênero, no que permeia a prioridade e o reforço da participação das mulheres na construção da paz e da segurança.

2.1 A importância dos processos de paz no desenraizamento das violências e na construção das pazes

O processo da resolução de conflitos não ocorre em um único momento, e sim em etapas que gerenciam as incompatibilidades entre as partes (Wallensteen, 2007). Estas, designadas por Boutros Boutros-Ghali em 1992, através do documento *An Agenda for Peace* (ONU, 1992), se configuravam como uma sequência estratégica para a tentativa de promover a paz: *preventive diplomacy*, *peacemaking*, *peace-enforcement* e *peacekeeping*, institucionalizando aquilo que Galtung conceituava em 1976. Os conceitos de paz positiva e paz negativa, do mesmo autor, também fariam parte desta lógica de ação da ONU e dos agentes nacionais e internacionais que agregariam ao contexto de emergências complexas pós-Guerra Fria (Duffield, 1994).

Em 2000, é proposto uma reestruturação da ordem das estratégias para a paz, através do *Brahimi Report* (ONU, 2000) com a alegação de que as Nações Unidas não poderiam continuar seus esforços caso não aumentasse o suporte financeiro para as missões e reforçasse a participação dos Estados-membros a fim de acabar com os conflitos violentos (Filho, 2013). Desta forma, a nova ordem vigente contemplaria as seguintes etapas: *conflict preventios*, *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*, onde a atuação da ONU seria mais direta e a divisão mais precisa do *peacekeeping* e do *peacebuilding* poderia trazer mais benefícios em termos de ordem e eficiência (*ibidem*).

Para introduzir de maneira mais específica cada etapa do processo de resolução de conflitos, é importante incorporar os conceitos de Galtung (1969) de violência estrutural e paz positiva e negativa à esta análise. Determinada por uma forma de violência indireta, a violência estrutural se caracteriza por ter suas raízes na distribuição desigual de poder e de recursos, ou seja, oportunidades de vidas desiguais (Galtung, 1971). Ela se configura como uma violência disfarçada, latente e praticamente invisível, que tem consequências devastadoras, principalmente em situações de conflito, como injustiça, exploração, pobreza e opressão (Oliveira, 2017). Isso quer dizer que a paz negativa, ou seja, a ausência de violência direta, é um produto da violência estrutural, enquanto a paz positiva é a ausência da violência estrutural, isto é, difícil de ser alcançada.

As teorias de Galtung sobre a paz, colocam em evidência questões como as relações centro-periferia, as disparidades do desenvolvimento e os domínios e relações de poder desiguais. Essa lógica autorreprodutora de violência direta e estrutural passou a demandar por

mecanismos mais eficientes de possíveis intervenções para a implementação e manutenção da paz em contextos de conflito e pós-conflito (Filho, 2013). Desta forma, o *peacekeeping*, o *peacemaking* e o *peacebuilding* se tornaram as estratégias das operações de paz da ONU, com o objetivo final de desenraizar as violências e construir as pazes (*ibidem*).

Começando pelo *peacekeeping*, esta estratégia tem o objetivo de “manter a paz entre as partes em conflito através da interposição de uma terceira parte entre elas” (Oliveira, 2017: 158). É uma estratégia de intervenção que foca na manutenção da paz, em resposta à violência armada organizada e em contextos de paz formal. A emissão dos *peacekeepers* são as forças civis e de segurança, além de soldados, que atuam através de um mandato multidimensional de manutenção da paz. Acompanhado a isso, elementos institucionais estão presentes nesta lógica, onde estruturas representativas, partilha proporcional de poder, sistema judicial, proteção aos direitos humanos e capacitação de segurança das forças internas promovem e permitem que o Estado mantenha o uso legítimo da força (Freire e Lopes, 2008).

O *peacemaking*, por sua vez, é definido pelo reestabelecimento da paz, através de esforços diplomáticos, mediações, negociações e acordos que possam apaziguar o conflito (Oliveira, 2017). Além disso, ele também cria vias de comunicação e medidas de consolidação de confiança entre as partes (Freire e Lopes, 2008). Portanto, os esforços do *peacemaking* podem ser feitos entre as partes envolvidas diretamente ou com a ajuda de uma terceira, o que pode gerar questões problemáticas em torno desta etapa do processo. Problemas estes, referentes ao empenho e ao comprometimento das partes e das lideranças, que se caracteriza por um processo mais elitizado que está sujeito a oscilações de opiniões e possíveis retrocessos por mudanças ocasionais e/ou propositais de estratégias e atores durante ou após os acordos e negociações (Oliveira, 2017). Outra questão, segundo o mesmo autor, é quando a decisão da terceira parte se sobrepõe a opinião das partes beligerantes, através de pressão e/ou interesses divergentes, que podem atrapalhar o processo e dificultar a eficácia do acordo.

Vale ressaltar, que existem dois tipos de processo de *peacemaking*. Os processos formais, são caracterizados por um mandato claro ao lado do governo, que deixa explícito quem negocia e quem está mediando a conversa. Contudo, os processos de paz formal, regularmente são iniciados e complementados por processos de paz informal, que por sua vez, caracterizam-se por uma relação de confiança, não formalizado por escrito, sendo assim, mandatos implícitos (Mason, 2009). Shepherd (2015) reitera, afirmando que a participação

informal ocorre fora das estruturas governamentais e intergovernamentais, resumindo-se em negociações que integram ONGs e cidadãos particulares, enquanto a participação formal, compreende comunicações entre Estados ou grupos políticos.

Neste caso, mostrando-se insuficientes ambas as estratégias – *peacekeeping* e *peacemaking*, por não serem capazes de eliminar a violência indireta, é necessário a implementação do *peacebuilding*, que por sua vez, procura identificar as raízes da violência, ou seja, as bases do conflito e consolidar e promover uma paz positiva (Oliveira, 2017). Portanto, o *peacebuilding*, segundo Paris (2004) define-se como uma ação que ocorre no final de um conflito civil, com objetivo de impedir novos combates e consolidar a paz, caracterizando-se, de acordo com Galtung (1971) como uma estratégia que procura substituir a estrutura violenta que dá sustentação ao conflito e aos problemas que se seguem a ele, e substituí-la por uma estrutura pacífica, caracterizada por justiça, igualdade e livre de exploração e desigualdades. Uma missão de *peacebuilding* integra instrumentos do *peacekeeping*, como a mobilização de pessoal militar e civil e agências internacionais (Paris, 2004), e recursos institucionais para reestruturar a economia, promover reconciliação social e reintegração de ex-combatentes (Freire e Lopes, 2008).

Segundo Freire e Lopes (2008) as três pazes não devem ser consideradas estratégias de intervenção sequenciais, e sim correlacionadas, uma vez que elas não são excludentes e agem isoladamente, elas apoiam-se uma na outra de maneira articulada e flexível com um objetivo comum: a paz. Todas as etapas do processo de resolução de conflitos, portanto, devem considerar as identidades e a história local que estão intrinsecamente presentes no surgimento do conflito armado. Desta forma, os elementos identitários e a história local devem ser elementos fundamentais para o processo de resolução, que deve estar atrelado às estratégias de intervenção de uma missão (Filho, 2013), levando em consideração elementos como as questões e relações de gênero, bem como a participação das mulheres em todos os processos.

2.2 A histórica marginalização feminina no âmbito da segurança

Tradicionalmente, as guerras eram entendidas como “disputas entre homens, resolvidas por homens e contadas por homens” (Rebelo, 2012: 19), o que fez com que uma estrutura não só prática, mas também discursiva, legitimasse a ausência feminina nas questões de segurança local e internacional. Portanto, houve considerável resistência para a integração

das questões de gênero neste âmbito, onde os estudos sobre feminilidade e masculinidade mantiveram-se às margens das Relações Internacionais por muito tempo (*ibidem*).

Essa realidade passa a sofrer mudanças com o surgimento das teorias pós-positivistas, que contestavam o protagonismo do Estado¹⁰, chamando atenção para a importância da ampliação da agenda internacional, a fim de incluir novos temas, como meio ambiente, Direitos Humanos, humanitarismo, identidade e gênero. A redefinição do conceito de segurança, que antes se caracterizava pelo estudo da ameaça atrelado ao uso de força bélica, passa a incorporar a importância de atores antes negligenciados, e é neste momento que a temática de gênero passa a ter maior espaço nesta área de estudo.

Atrelado a este novo movimento, as teorias feministas de R.I. passam a se destacar, enfatizando as críticas aos modelos tradicionais de violência, paz e segurança e se apropriando dos conceitos de Galtung para reforçar seus argumentos. A violência estrutural, que trata das formas indiretas de opressão, passa a ser contestada, evidenciando a vulnerabilidade feminina perante a violência indireta (Chisem, 2011). Portanto, evidencia-se que as variadas formas de violência interferem diretamente na realidade das mulheres não apenas em um contexto doméstico, mas também internacional.

Em 1990, o clássico livro “Bananas, Beaches and Bases” da teórica Cynthia Enloe, lança a pergunta: “Onde estão as mulheres?”. A autora questiona a posição feminina na política internacional após duas décadas de feminismo nos estudos de Relações Internacionais, indagando sobre os papéis das mulheres em questões como militarismo, diplomacia, segurança e desenvolvimento, e seus efeitos para a política global. A autora aponta que a histórica marginalização das mulheres no âmbito da segurança as tornou invisíveis e ausentes dos processos agenciadores de segurança, e propõe repensar como o pessoal, é também internacional, ou seja, como as estruturas domésticas podem influenciar nas políticas globais (Enloe, 1990). Esses questionamentos da autora nos direcionam para uma análise sobre os impactos das variadas formas de violência na construção das pazes, e como a marginalização feminina no âmbito da segurança contribui para este fenômeno.

Entretanto, segundo Moura (2005 *apud* Ribeiro, 2005: 164), mesmo após a maior integração da temática de gênero associada aos estudos de segurança, a masculinidade ainda se faz

¹⁰ Como explorado no capítulo 1, as abordagens tradicionais de segurança (realismo e liberalismo) tinham o Estado como o ator principal dos estudos de segurança, negligenciando as questões de gênero nas R.I. (Chisem, 2011).

presente nas definições de “político” e de “poder”, e por consequência, correlacionadas às ideias da militarização, violência, conflitos e segurança¹¹. Baseando-se nas teorias feministas de Relações Internacionais, a autora questiona a estrutura ideológica, e consequentemente prática da visão tradicional estreita e engessada de segurança, através da desconstrução deste paradigma social da guerra e da paz, que cria até hoje estereótipos que perpetuam relações de poder e gênero desiguais nas R.I.

Isso quer dizer que, apesar da nova configuração pós-Guerra Fria, voltada para uma agenda ampliada de segurança, a emergência de novas formas de conflito¹² configuraram um cenário de violência, onde as mulheres e crianças seriam as vítimas protegidas pelos homens, ilustrando novamente uma ordem militar masculinizada (Moura, 2005 *apud* Ribeiro, 2005: 164) socialmente e culturalmente construída. Tickner (2001) afirma que a insegurança experimentada por mulheres nos contextos de guerra, principalmente em campos de refugiados, é incontestavelmente uma situação de extrema vulnerabilidade e violência, principalmente física e sexual. Contudo, segundo Blanchard (2003), a dicotomia culturalmente construída do homem protetor e da mulher vítima, ao invés de tornar as mulheres mais seguras, as expõe a um *continuum*¹³ de violências.

Diante dos pontos expostos, verifica-se que os papéis das mulheres foram moldados por estereótipos de gênero, que reforçaram a ideia de fraqueza e vulnerabilidade relacionada ao feminino, que as mantiveram às margens dos processos de resolução de conflitos, refletindo em toda as suas etapas. Nas unidades militares, as mulheres mantiveram-se marginalizadas, com a alegação de que não teriam os impulsos necessários para se adaptar a ambientes hostis de conflito (Rebelo, 2012). Segundo Cockburn (2010), isso se caracteriza como uma divisão sexual da guerra, que declara uma secessão de papéis, que têm como consequência a restrição da mulher nos mecanismos de agência do conflito. No âmbito do *peacemaking*, os processos de negociação e as assinaturas de acordos estiveram historicamente ligados ao papel masculino. Desta forma, as experiências das mulheres foram silenciadas tanto nos assuntos das mesas de negociação, quanto na própria participação nas conversações.

¹¹ No contexto abordado por Moura (2005), a segurança se refere ao acúmulo de força bélica.

¹² Neste contexto, os conflitos pós-Guerra Fria se configuraram como civis, étnico e religiosos, ocorrendo dentro dos Estados.

¹³ Termo que será desenvolvido na subseção 2.4.2.1.

Vale ressaltar que um dos principais desafios da inclusão feminina nos processos agenciadores de paz, são os valores tradicionais e patriarcais enraizados nas sociedades e nas relações de poder (The Kvinna till Kvinna Foundation, 2012), que contribuem para que estereótipos de gênero perpetuem em todas as camadas da vida social, e conseqüentemente no âmbito internacional.

2.3 A representação, participação e influência das mulheres nas dinâmicas de resolução de conflitos

As mulheres configuram a metade da humanidade, e por isso devem ter o direito de participar de todos os processos de prevenção e resolução de conflitos da mesma forma que os homens, através do *peacekeeping*, como militares; do *peacemaking*, negociando, assinando e mediando acordos, e do *peacebuilding*, atuando na construção e reconstrução da paz de forma direta, no âmbito internacional ou local. Portanto, da mesma forma que estão ausentes no reconhecimento (e desempenho) de papéis protagonistas na condução da guerra e violências, também o estão na (re)construção da paz.

Neste sentido, a ausência de mulheres nos processos de paz exclui a metade do conhecimento da população, eliminando os potenciais benefícios nos processos de construção, manutenção e reconstrução da paz (The Kvinna till Kvinna Foundation, 2012). Portanto, excluí-las desses processos, é ignorar as experiências próprias das mulheres, suas necessidades e direitos. Essa lógica desproporcional de reconhecimento limita a visibilidade, o poder e o agenciamento feminino, o que pode contribuir para a violência direta e indireta, dificultando todas as etapas dos processos de paz.

Apesar dos desafios para a inserção das mulheres nos processos de resolução, a elaboração de documentos que vieram a incorporar as pautas de gênero aos processos de paz trouxe as abordagens feministas para um novo patamar, principalmente através de pressões por parte de grupos feministas, esforços acadêmicos e ONGs. Um olhar mais centralizado para essas questões de gênero, atreladas à paz e à segurança passa a ter mais reconhecimento, como a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança aprovada em 2000, que será trabalhada mais a diante.

Para a compreensão mais específica das potenciais atuações femininas nos processos de paz, na próxima subseção serão apresentados os avanços e desafios históricos e genealógicamente

encontrados pelas mulheres em cada etapa – *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding* – para a sua participação, assim como para a incorporação efetiva das questões de gênero.

2.3.1 *Peacekeeping*: a mulher militar

Historicamente, as experiências femininas no âmbito militar foram moldadas por estereótipos de gênero. Enquanto o papel dos homens era estar no campo de batalha, as mulheres deveriam operar suas funções de apoio e “afazeres domésticos”, como enfermeiras e cozinheiras (Rebelo, 2013). Esses papéis estariam atrelados a características específicas de cada um como agressividade, força e poder aos homens, e fraqueza, vulnerabilidade e subordinação às mulheres (Enloe, 1993).

Entretanto, observou-se que ao longo da história e dos conflitos, mulheres ocuparam papéis em desacordo com esses estereótipos, como Pauline Nyiramasuhuko, ex-ministra de Ruanda, que apoiou o estupro de mulheres e meninas *tutsi* e foi considerada culpada por participar do genocídio no país (Rebelo, 2012). Além disso, há casos em que homens podem ser considerados vítimas e pacifistas, como a situação na Iugoslávia, onde homens e meninos foram violentados com a finalidade de aniquilar a resistência física à ocupação sérvia (*ibidem*).

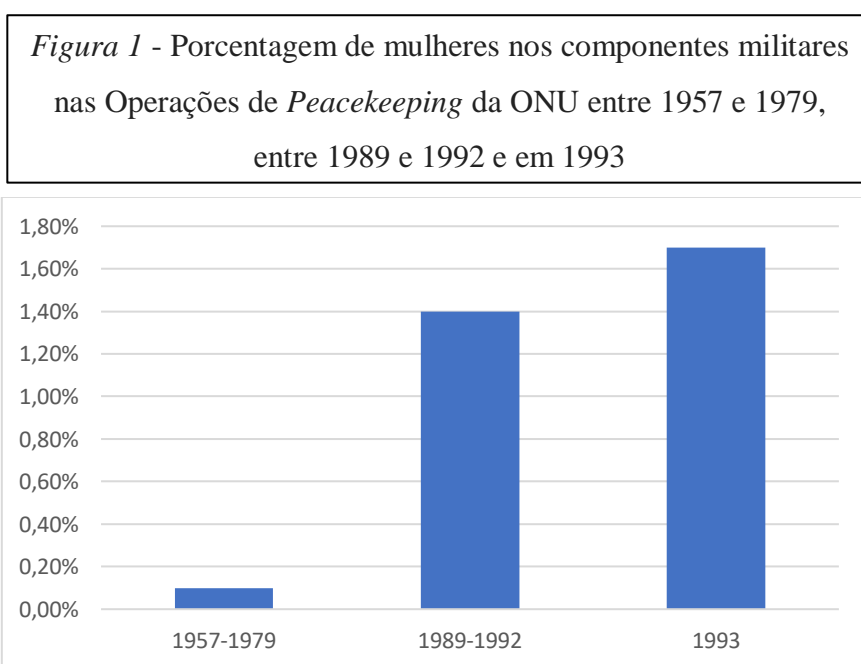
Apesar de com o tempo mudanças nas políticas a favor do recrutamento feminino terem avançado, continuam existindo lacunas que perpetuam as relações de poder de gênero dentro das instituições militares e nos processos de *peacekeeping*. As práticas e normas de conduta que limitam a presença da mulher estão presentes principalmente em relações aos postos hierárquicos e nas posições de poder dentro das unidades de combate. Sob a justificativa da incapacidade física e de questões relacionadas à privacidade e acomodação, as mulheres são majoritariamente ainda ligadas aos serviços de apoio, restringindo seu poder de agência e de força no âmbito militar (*idem*, 2013).

Portanto, nota-se que devido às condições estruturais e culturais, os conflitos e combates foram e ainda são associados à masculinidade, através da crença de que os homens são considerados agressivos, corajosos, portadores de armas e dignos de recompensas, enquanto as mulheres mantêm-se em posição inferior, em condição de vítima, marginalizadas e limitadas nos processos agenciadores da paz (Tickner, 1997). Enloe (1993) classifica esse fenômeno como a militarização da masculinidade, que tem como complemento uma forma

de passividade feminina, que restringe a mulher em todos os níveis em relação ao *status* e poder.

Segundo Rebelo (2013), as primeiras Operações de *Peacekeeping*¹⁴ das Nações Unidas durante a Guerra Fria eram formadas predominantemente por homens. Os registros da participação feminina nas missões de paz, segundo Beilstein (1995), são do final da década de 1950, contando com o total de 6.250 militares no período de 1957 a 1979, sendo apenas cinco mulheres, o que equivale a 0,1% do total. Estas poucas mulheres, permaneciam em áreas de unidade de saúde, atuando como enfermeiras ou médicas.

A década de 1990, no entanto, é marcada pelo início mais efetivo dos esforços da ONU em direção às questões de gênero nas Operações de *Peacekeeping* (Whitworth, 2004). Um exemplo disso foi a requisição da presença de mais mulheres nos componentes militares por parte da Divisão Militar do Departamento de Operações de *Peacekeeping*, que passou a incluir o tema nas reuniões periódicas com os Países Contribuintes de Tropas (TCCs)¹⁵ (Rebelo, 2013).



Fonte: Beilstein, J. (1995) *Women 2000: The Role of Women in United Nations Peacekeeping*. Nova York: Division for Advancement of Women. p. 2 e 3.

¹⁴ Lê-se também: Operações de Manutenção da Paz.

¹⁵ Em inglês: *Troop Contributing Country*.

Em 1993, a Resolução nº 47/226 demonstra a importância de implementar medidas para garantir que nenhuma restrição ou discriminação exista na ONU no que desrespeita o recrutamento, nomeação e promoção de homens e mulheres. Ela ainda recomenda aos Estados-membros que apoiem a ONU, as agências especiais e organizações relacionadas para o aumento da participação das mulheres em altos níveis de tomada de decisão (A/RES/47/226). Consta-se que, entre 1989 e 1992, o número de mulheres aumentou para 1% do pessoal militar, correspondendo a 255 no total, e mais adiante em 1993, averiguou-se um aumento de 0,7% em relação ao índice anterior (Olsson, 2000) (cf. Figura 1).

A partir do gráfico, nota-se que, entre o período de 1979 a 1993 houve um aumento considerável no número de mulheres nos componentes militares das Operações de *Peacekeeping*, se comparado às décadas anteriores. Portanto, conclui-se que os esforços da ONU voltados para as questões de gênero a partir de 1990, resultaram num aumento quantitativo importante para a maior inclusão das mulheres nos processos de *peacekeeping*.

Entretanto, apesar do aumento de políticas construtivas a favor das questões de gênero, as Operações de Manutenção da Paz sofreram grandes críticas na década de 1990. Segundo Freire e Lopes (2009), a multidimensionalidade das operações, assim como o uso errôneo da força, levou-as ao fracasso, como nos casos da Somália, Angola, Ruanda e Bósnia. Desta forma, além de não cumprir seu principal objetivo de manter a paz, as operações também poderiam contribuir para a perpetuação de

estruturas e culturas patriarcais, envolvendo, em alguns casos, a exploração e o abuso de mulheres e raparigas, bem como de homens e rapazes de comunidades locais, e a reprodução de espirais de violência resultantes das dificuldades de cumprimento das expectativas de homens e mulheres no que diz respeito ao acesso a mecanismos de geração de rendimentos (Olsson e Tryggestad, 2001 *apud* Moura *et al.*, 2012: 182).

Nota-se, portanto, que ao analisar a inclusão feminina num sentido qualitativo, constata-se grandes lacunas, que perpetuam relações desiguais de gênero e de poder nas dinâmicas dos processos de paz e das resoluções de conflitos. Desta forma, o declínio do prestígio das Operações de Paz demandou para uma reorganização pontual, que culminou em 2000 no relatório *Brahimi*. O documento teve como proposta, “mudanças significativas para as operações, com o objetivo de fortalecê-las como instrumento de política de segurança internacional e adequá-las aos novos desafios” (Rebelo, 2012: 62). Em relação às questões de gênero, o relatório afirma a importância de considerar a equidade de gênero na nomeação dos líderes das missões e seus representantes especiais, além de enfatizar o respeito às culturas e normas locais, no que diz respeito às diferenças de gênero (*ibidem*).

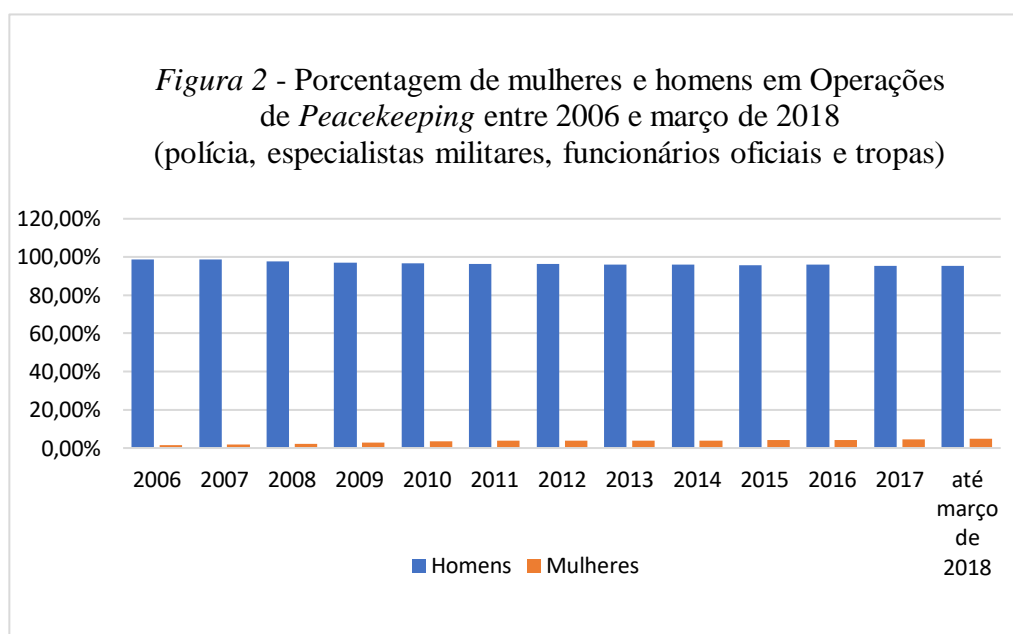
No ano da divulgação do relatório, foi promovido um seminário sobre a participação feminina nas missões de paz, a partir da análise de seis países: África do Sul, Bósnia e Herzegovina, Camboja, El Salvador, Kosovo e Namíbia. O estudo, organizado pelo *Lessons Learned Unit of DPKO* em Windhoek na Namíbia em 1999, apontou que quando há a presença de mulheres militares, a missão traz maior credibilidade e segurança, uma vez que elas influenciam diretamente e positivamente as mulheres locais, além de aumentar suas chances de integrar comitês e mesas de negociação (Rebelo, 2012). Esta pesquisa deu origem ao Plano de Ação da Namíbia (*Namibia Plan of Action on “Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations”*), que será abordado com mais precisão na subseção 2.4.

Outro estudo importante foi o *“Women 2000: The role of Women in United Nations Peacekeeping”*, realizado pela Divisão para o Avanço da Mulher (DAW), organismo pertencente a ONU. O relatório aborda a importância da participação das mulheres nas missões através de algumas conclusões: a influência positiva que as mulheres militares exercem sobre as mulheres locais; a atenção para a indispensabilidade de um código de conduta para a atuação dos soldados de paz, sobretudo nas questões de gênero; o poder das mulheres em influenciar positivamente nos momentos de reconciliação; o aumento da confiança da população local; o poder de contribuir significativamente para as negociações, através de propostas e soluções construtivas e a contribuição na desconstrução local do estereótipo da mulher passiva (DAW/ ONU, 1995).

Segundo o relatório *“Women with Blue Helmet”*, exposto pelo Instituto de Treinamento e Pesquisa para o Avanço da Mulher (INSTRAW, 2010), considerar o *gender mainstreaming* é essencial nas Operações de Manutenção da Paz, pois ajuda a responder às diferentes necessidades da sociedade; a melhorar a eficácia operacional; criar uma missão representativa e fortalecer os componentes civis e a supervisão democrática da missão. A pesquisa também salienta que a vantagem de ter equipes mistas de *peacekeepers* é o fato de que todas as sociedades são compostas por homens e mulheres, o que, portanto, reflete melhor na realidade local. Todavia, o estudo aponta, que em equipes mistas, as mulheres podem acabar ocupando funções secundárias, na cozinha, limpeza e secretariado, o que de fato não representa papéis agenciadores nas missões e sim marginalizados (INSTRAW/ONU, 2010).

Os resultados obtidos nas pesquisas (*Lessons Learned Unit of DPKO*, 1999; *Women 2000: The role of Women in UN Peacekeeping*, 2000 e *Women with Blue Helmet*, 2010) revelam que a representação e a participação das mulheres nas operações de paz contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento e para a implementação de diálogos e atividades promissoras no terreno. A influência sobre as mulheres locais torna-se um elemento importante quando se trata de empoderamento e da desconstrução de estereótipos de gênero nas comunidades e nas relações entre o local e o pessoal das missões – sobretudo soldados. Vale ressaltar que o relatório *Women with Blue Helmet* (2010) mostra que na verdade, os papéis ocupados pelas mulheres ainda permanecem como secundários, eliminando o potencial agenciamento feminino. Isso significa que o equilíbrio de homens e mulheres em número nas missões, pode não significar igualdade de gênero nas funções, o que demonstra uma lacuna preocupante nos mecanismos de inclusão feminina.

Dados da ONU *Peacekeeping* mostram que em 1993, as mulheres contemplavam apenas 1% do pessoal uniformizado¹⁶, enquanto que em 2006, ou seja, seis anos depois da implementação da Resolução 1325, até março de 2018, este percentual cresceu de 1,44% para 4,76%, como pode-se observar no gráfico a seguir:



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados obtidos em: <https://peacekeeping.un.org/en/gender>

¹⁶ UN Peacekeeping. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>

De acordo com o gráfico, verifica-se o progressivo aumento do número de mulheres nos contingentes militares da ONU. Entretanto, há autores que defendem que o aumento quantitativo de mulheres nas missões não garante a transformação dos papéis estabelecidos para homens e mulheres. De acordo com Simic (2010), crer nesta premissa essencialista pressupõe que todas as mulheres possuem como características o pacifismo, o acolhimento e a piedade, o que por consequência, reforça novamente estereótipos de gênero. Willett (2010 *apud* Rebelo, 2012: 40), reitera que a lógica de igualdade propagada pela ONU dificilmente diminui as desigualdades institucionais e desconstrói relações de poder e hierarquias de gênero.

Conclui-se, portanto, que apesar de esforços voltados para a maior participação feminina no *peacekeeping*, há ainda lacunas que perpetuam relações desiguais entre homens e mulheres, resultado de uma visão masculina da militarização e da existência um *continuum* de violências, que limitam a mulher em agência no âmbito militar. Fica evidente, de acordo com as pesquisas, que a maior participação feminina nesta etapa contribui significativamente para os avanços na construção da paz, principalmente pela identificação com as mulheres locais, no que desrespeita o empoderamento e a desconstrução de estereótipos que inferiorizam a mulher dentro das dinâmicas da sociedade e dos conflitos.

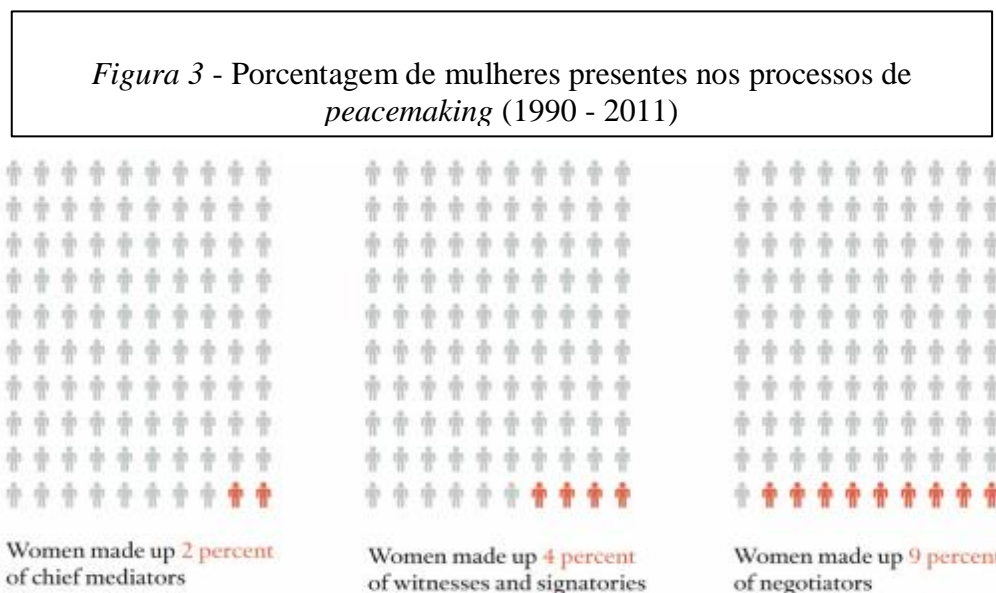
2.3.2 *Peacemaking*: a mulher negociadora, mediadora e signatária

Historicamente, os processos de *peacemaking* passaram por transformações em função das mudanças do cenário internacional. No século XX, as negociações de paz eram realizadas sobretudo entre governos, e após a Guerra Fria, entre governos e grupos rebeldes. Já no século XXI, o aumento de extremismos e formas híbridas de conflito originaram novos desafios às abordagens tradicionais de mediação e negociação (O'Reilly *et al.*, 2015). Esta nova configuração tinha como característica a multiplicidade de atores, e como consequência uma maior demanda pela representação das mulheres. O *peacemaking*, portanto, se configura como uma etapa de extrema importância para a participação feminina na resolução de conflitos, pois, além de poder integrar as mulheres nos seus processos de negociação, acordos e mediação, ela pode incluir as pautas de gênero em acordos de paz e outros documentos (*ibidem*).

Primeiramente, as negociações de paz se constituem como a tentativa de um acordo mútuo entre as partes, enquanto os acordos de paz se definem como documentos elaborados

publicamente após a discussão com alguns ou todos os atores do conflito,¹⁷ a fim de encontrar um consenso entre eles para pôr fim à situação conflituosa (Bell, 2015). Portanto, além de poder estabelecer metas de planejamento pós-conflito, mapear estruturas de poder e determinar prioridades financeiras dos doadores, as negociações, e por consequência os acordos, elaboram constituições, reformam instituições e criam estruturas mais consistentes para os processos de transição (O’Reilly et al., 2015). As mediações, por sua vez, diminuem as chances de que os conflitos ocorram quando comparados a vitórias militares ou acordos alcançados diretamente entre as partes em conflito (*ibidem*).

A inclusão representativa e participativa das mulheres nos processos decisórios e de negociação ainda é limitada. Historicamente, verifica-se que os papéis tradicionais de gênero estiveram presentes na lógica organizacional hierárquica do *peacemaking*, onde os homens dominaram as mesas de negociação, enquanto as mulheres permaneceram às margens destes processos. Em um estudo promovido pela *UN Women* intitulado “*Women’s Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence*” em 2010, foi relevado que de 31 processos de paz entre 1992 e 2011, apenas 4% dos signatários, 2,4% dos principais mediadores, 3,7% das testemunhas e 9% dos negociadores eram mulheres. Segundo Bigio e Vogelstein (2016), os signatários são tipicamente chefes de estado, partidos ou representantes de alto escalão de grupos armados, portanto, masculinos (c.f Figura 3).



Fonte: Bigio e Vogelstein (2016) *How Women’s Participation in Conflict Prevention and Resolution Advances US Interests*. Council on Foreign Relations.

¹⁷ Neste contexto, conflito se refere à violência militar, envolvendo mais de 25 mortos por batalha em um ano (Bell, 2015).

Os índices apresentados mostram a baixa representação feminina no *peacemaking*, que apesar de alguns avanços, ainda permanecem insatisfatórios. Em relação às nomeações, em 1992, a ONU indicou a primeira chefe de Operação de *Peacekeeping*, Margaret Astee de Angola, e apenas em 2013 nomeou a primeira mulher mediadora chefe, Mary Robinson, na Região dos Grandes Lagos na África. Já a primeira comandante a liderar as forças de *peacekeeping*, foi a General Kriten Lund no Chipre em 2014 (Bell, 2015).

O “*Geneva Graduate Institute’s Broadening Participation Project*” revelou que grupos de mulheres podem influenciar efetivamente nos acordos de paz em relação principalmente ao seu nível de alcance, implementação e durabilidade (O’Reilly *et al.*, 2015). Segundo os autores, alguns avanços além da formulação de Resoluções, são indicados pela elaboração de políticas focadas na participação prática das mulheres no *peacemaking*, principalmente em sete tipos de configuração: atuação direta na mesa de negociação, observação, consulta, comissões inclusivas, *workshops* de solução de problemas, tomadas de decisão pública e ação em massa (*ibidem*).

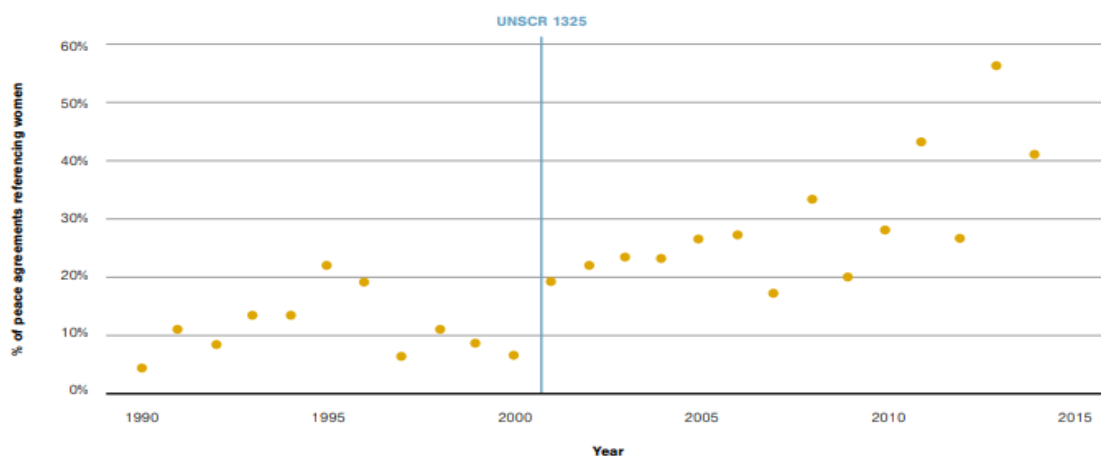
Um exemplo positivo da maior incorporação das mulheres no *peacemaking* foi a Conferência “*All-Party Burundi Women’s Peace Conference*” realizada em Arusha na Tanzânia em 2000. A iniciativa foi composta por recomendações específicas de mulheres, que pressionaram as partes em conflito no país para incluir mais delas nas negociações de paz. Nelson Mandela, um dos principais mediadores, declarou publicamente seu apoio à participação igualitária das mulheres nas conversações, e como consequência, sete mulheres compuseram a mesa de negociações (Reimann, 2014).

Entretanto, eventos como este são raros. Frequentemente, as prioridades da construção da paz são determinadas “a portas fechadas”, liderados por elites masculinas nacionais e internacionais que normalmente ignoram as necessidades locais e as expectativas do público no processo decisório. Deste modo, as mulheres e outros atores não tradicionais raramente tem chances de participar efetivamente desses processos. Portanto, no âmbito do *peacemaking*, a participação das mulheres como negociadoras, mediadoras e signatárias ainda é difícil, pois existe um jogo de poder dominante, que questiona a credibilidade feminina, seus círculos eleitorais e suas qualificações (O’Reilly *et al.*, 2015). De acordo com Bell e O’Rourke (2010), esta relação desigual de poder entre homens e mulheres dificulta as conversações no que se refere à igualdade de influência, nas questões próprias de gênero e em relação as preocupações das mulheres. Esta lógica de inferiorização e desvalorização das

experiências femininas advém, dentre outros fatores, da violência estrutural e cultural presentes nas sociedades e conseqüentemente nas conjunções políticas.

Como já exposto, as demandas feministas para a maior inclusão das mulheres nas negociações após a guerra a Guerra Fria, culminou na formulação de documentos que tentaram estabelecer políticas de gênero ligadas à essa questão, como as Resoluções 1325, 1889 e 2122, que mencionam a importância do papel das mulheres como líderes no *peacemaking* (O'Reilly *et al.*, 2015). Pode-se afirmar, portanto, que a inclusão de textos que mencionam ganhos políticos, legais e sociais para as mulheres é um elemento crucial para os processos de paz (Bell e O'Rourke, 2010), uma vez que se inserem como prioridade, as necessidades e os direitos de 50% das pessoas. Segundo Bell (2015), antes da Resolução 1325, de 664 acordos de paz, apenas 73 (ou 11%) incluem alguma referência à mulher, enquanto após a Resolução (de 2000 a janeiro de 2015), de 504 acordos de paz, 138 (ou 27%) fazem alguma menção¹⁸ (cf. Figura 4).

Figura 4 - Porcentagem de acordos de paz que incluíram pelo menos uma referência à mulher (1990 – 2015)



Fonte: O'Reilly *et al* (2015) "Women's participation and a better understanding of the political" in Coomaraswamy, R. *Preventing Conflict Transforming Justice Securing the Peace: A global study on the implementation of United Nations Security Council Resolution 1325*. UN Women.

Disponível em: <http://wps.unwomen.org/participation/>.

Nota: Atenção aos índices antes e depois da implementação da Resolução 1325.

¹⁸ As referências às mulheres incluem: gênero; menina, viúva, órfã, mãe; esposa; organização de mulheres; convenção de mulheres, a Resolução 1325 em si, violência baseada em gênero e violência sexual (Bell, 2015: 11).

Desta forma, quando assuntos de gênero e temas relacionados às necessidades e experiências das mulheres são incluídos em acordos, há como consequência uma maior legitimação e monitoramento dessas questões. Por outro lado, temas que não são especificamente mencionadas nos acordos podem ser difíceis de se priorizar após as suas assinaturas, além de influenciar diretamente no financiamento dos doadores e em suas prioridades. Isso significa que, apesar das referências de gênero não promoverem grandes diferenças na prática, se não houver menção, a luta pela inclusão se torna ainda mais árdua (Bell e O'Rourke, 2010).

Bell (2015) reitera que a relativa ausência das mulheres nos processos de *peacemaking* tem como consequência, a ausência de cláusulas que abordam uma perspectiva de gênero e as preocupações e experiências femininas nos documentos. Portanto, a importância de incluir as questões relacionadas ao gênero e às mulheres em textos dos acordos de paz, é a resultante contribuição não só para a maior inclusão das mulheres nos processos de construção da paz, como também para a futura incorporação feminina na ordem política doméstica e legal (Bell e O'Rourke, 2010). Contudo, é importante ter um olhar crítico para a configuração discursiva e conceitual desses documentos, que por outro lado podem reforçar relações de poder e hierarquias de gênero, o que será trabalhado mais a diante.

Segundo a mediadora residente da ONU, Margaret Vogt em entrevista ao *International Peace Institute*, conduzida por Marie O'Reilly, “é fundamental que as mulheres estejam na mesa de negociações, independentemente disso ter ou não efeito, porque elas constituem mais de 50% da população”¹⁹. Ainda sobre as dinâmicas de negociação, ela afirma que é

um jogo de poder e na maioria desses jogos, as mulheres não estão lá. Então, quando se trata de discutir a paz na mesa, os participantes - os negociadores - veem isso como uma oportunidade para renegociar o poder, e querem restringir o domínio tanto quanto possível [...] Então, as mulheres precisam entender o fato de que tudo se resume a negociar pelo poder. E nós temos que, como membros da comunidade internacional, nos posicionar - porque merecemos estar lá. Merecemos estar lá para garantir que na configuração final do que sai, sejamos representadas. Porque na maioria das vezes quando somos excluídas, somos são excluídas no que segue - em qualquer arranjo político que se segue²⁰ (Vogt, 2013: n.p).

¹⁹ Tradução livre da autora. No original “*It is critical for women to be at the negotiating table whether or not that has an effort, because they constitute more than 50 percent of the population*” (Vogt, 2012: n.p).

²⁰ Tradução livre da autora. No original “*It’s a power game. And in most of these games, women are not there. So, when it comes to discussing peace on the table, the participants – the negotiators – see it as an opportunity to renegotiate power, and they want to restrict the domain as much as possible*” [...] “*So, women have to understand the fact that it all boils down to negotiating for power. And we have to, as members of the international community, position them – because they do deserve to be there. They do deserve to be there to ensure that in the final configuration of whatever comes out, they will be represented. Because most of the time*

Vogt (2013) aponta que, o que existe nas dinâmicas dos processos de negociação, é um jogo de poder, onde o domínio masculino se faz presente, e a voz da mulher é desprezada. Deste modo, ela reforça que as mulheres devem se empoderar para mostrar sua capacidade de agência no âmbito do *peacemaking*, uma vez que não representadas, os arranjos políticos que e seguem às negociações não englobarão os temas de interesse feminino. Isso quer dizer que, assuntos ligados às necessidades femininas, assim como temáticas de gênero associadas à paz e à segurança serão negligenciados com mais facilidade nas mesas de negociação, o que dificultará a construção das pazes.

2.3.3 *Peacebuilding*: a mulher local

Apesar do *peacebuilding* ser uma estratégia de caráter multifacetado que engloba variadas ações e sujeitos, incluindo recursos provenientes do *peacekeeping* e atores internacionais, nesta subseção, serão explorados os avanços e os desafios da integração e participação da mulher local nos processos de construção e reconstrução da paz. Neste sentido, entende-se mulher local, como aquela que integra o cenário do conflito, referindo-se a indivíduos isolados ou agrupados, em organizações por exemplo.²¹

Donais (2009) observa que o termo “*local ownership*”, que se refere ao grau que os atores domésticos controlam projetos e implementam processos políticos em contextos pós-conflito, tem sido utilizado cada vez mais no vocabulário das estratégias de *peacebuilding*. Entretanto, segundo o autor, há muitas vezes divergências de prioridades entre os locais e os agentes externos, que pode ser um fator de risco para a construção efetiva da paz.

As guerras civis promovem danos imensuráveis, que destroem o capital físico e as instituições formais, tornando a reconstrução pós-conflito um desafio árduo principalmente para Estados mais fracos (Gizelis, 2011). No entanto, instituições informais locais e redes comunitárias podem se tornar substitutos temporários para a reestruturação destes recursos (*ibidem*). Segundo Bahaung e Lujala (2005), as capacidades locais e as redes informais nos locais de conflito são de extrema importância para a construção da paz, e segundo Wellman

when they are excluded, they are excluded in what follows – in any political arrangement that follows (Vogt, 2013: n.p).

²¹ Na língua inglesa encontra-se este termo como “*grassroot*” ou “*grassroot organizations*” (Mazurana e McKay, 2001).

e Frank (2001), as mulheres podem contribuir significativamente para estes processos através da sua participação em redes horizontais, que se direcionam tanto para o alívio de emergências, quanto para a preocupação com a vida cotidiana e a violência estrutural.

Gizelis (2011) afirma que há duas maneiras principais em que os processos de construção das pazes podem se beneficiar com a participação das mulheres em organizações para a reconstrução pós-conflito. A primeira se refere a ligação que a ONU pode fazer com as organizações de mulheres locais em suas operações de *peacebuilding*, aprimorando e apoiando seus recursos. Um exemplo disso, ocorreu na Libéria, com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que apoiaram a inclusão das mulheres nos processos de reconstrução pós-conflito.²² Em Serra Leoa, a Comissão de Consolidação da Paz da ONU (PBC)²³ identificou a participação política feminina e as reformas no setor de segurança e judiciário como prioridades, e então juntamente com a UNIFEM, sob uma consulta nacional, conseguiu integrar mulheres líderes da sociedade civil na agenda do *peacebuilding* (Peacebuilding Commission, 2007 *apud* Gizelis, 2011: 528).

A segunda maneira, é quando a ONU pode facilitar as ligações entre redes verticais e horizontais, como o exemplo da Libéria com a presença da *Women in Peacebuilding Network* (WIPNET) (Gizelis, 2011), que “engajou-se em uma série de ações em massa, exigindo com sucesso que as partes assinassem um acordo de paz” (O’Reilly, 2014: 18), atuando como intermediária entre os grupos rebeldes e o presidente Charles Taylor (Gizelis, 2011).

De acordo com Mazurana e McKay (2001), o principal motivo pelo qual há a formação de mulheres locais em grupos para a paz é o temor pela sobrevivência de suas famílias e as violências diretas e indiretas que elas sofrem em contextos de conflito e pós-conflito. Um elemento importante, é o fato de que os grupos locais de mulheres enfatizam suas atividades

²² Ambos apoiaram em 2004 o Governo Liberiano e o Ministério de Gênero e Desenvolvimento, a fim de integrar políticas agrícolas, e por fim avaliar o impacto das políticas de gênero nos progressos e produtividade local, como o apoio aos produtores de mandioca em Nimba, onde houve a implementação de políticas de gênero em programas para a agricultura (Gizelis, 2011: 528).

²³ A Comissão de Consolidação da Paz (PBC) criada pelas Nações Unidas em 2005, propõe estratégias integradas para a construir e consolidar da paz, por meio do desenvolvimento e reconstrução de países emergidos de conflitos violentos. O PBC e o Fundo de Consolidação da Paz (PBF) empreendem a construção da paz e se encarregam em se atentar à igualdade de gênero, além de capacitar as mulheres para o maior desempenho na participação no *peacebuilding* (Nordien, 2008).

no psicossocial e nas necessidades humanas básicas, como segurança, alimentação e abrigo, enquanto as OIs, as ONGs e a ONU costumam não centralizam suas atitudes para isso (*ibidem*). A construção da paz pelas mulheres locais é designada pelas autoras como frequentemente pessoal, interpessoal, criativa e política.

As mulheres podem atuar de formas imaginativas para lutar e protestar contra a violência e defender a paz, por exemplo através de passeatas, vigílias, acampamentos da paz, manifestações, e performances artísticas como danças e teatro. Acima de qualquer coisa, o *peacebuilding* de mulheres locais é prático, exercendo suas atividades normalmente através de redes e coalizões, onde há encontros para a criação de estratégias a fim de impulsionar seus objetivos (*ibidem*). Quando se trata do militarismo, as mulheres locais organizadas, se manifestam sobre os efeitos do militarismo, como a violência doméstica, a violência contra as mulheres e o tráfico sexual. Além disso, elas chamam atenção para a proliferação de armas de pequeno porte, a militarização de brinquedos e as dificuldades da reintegração de ex-combatentes (Rebera, 1992 *apud* Mazurana e McKey, 2001: 9).

Segundo uma pesquisa produzida pela Organização Internacional “*ActionAid’s International Emergencies and Crises*” e a Organização “*Womankind Worldwide*” em 2012, as mulheres são mais propensas a adotar uma definição mais ampla da paz, que inclui o nível domiciliar, além de se concentrar na obtenção de direitos e liberdades individuais. Os homens por sua vez, tendem a associar a paz à ausência e à estabilidade de estruturas formais, como governança e infraestrutura. A pesquisa mostra que devido a um processo histórico predominantemente cultural, através da formação de estruturas sociais patriarcais e sexistas e da marginalização feminina no âmbito da segurança, a mulher passou a “sentir” as violências em um ciclo, por meio da violência direta e estrutural, em um *continuum* de forma diferente dos homens (Cardona *et al.*, 2012). A pesquisa aponta seis barreiras principais, enfrentadas pelas mulheres para sua participação segura e significativa no *peacebuilding*:

Quadro 1 - Principais barreiras para a participação das mulheres no *peacebuilding*

Normas e atitudes sociais restritivas	Violência contra meninas e mulheres	Pobreza e desigualdade econômica
Reforçam os papéis tradicionais de gênero	Limita a liberdade e o acesso à justiça na participação das atividades para construção da paz	Inibem o envolvimento das mulheres nas atividades de construção da paz

Dificultam a participação segura e significativa das mulheres na construção da paz	Sofrem intimidação e ameaças à segurança por tentar assumir papéis ativos nas comunidades	Dificuldade em conciliar o tempo entre papéis domésticos e atividades de geração de renda, além da falta de controle da renda familiar
Acesso à educação	Autodesvalorização	Sustentabilidade do apoio
Desigualdade e Baixos níveis de alfabetização	Algumas mulheres podem não reconhecer seu potencial papel agenciador	Organizações em prol das mulheres podem enfrentar barreiras que afetam a sustentabilidade do apoio
Obs: há casos em que as mulheres possuem habilidades em resolução de conflitos e construção da paz que não exigem altos níveis de educação	Podem valorizar e acreditar mais na importância das instituições do Estado e nos líderes locais como os principais atores na construção da paz	Falta de financiamentos, recursos, infraestrutura e acesso às comunidades remotas

Fonte: Cardona, I. *et al.* (2012). From the ground up: Women's roles in local peacebuilding in Afghanistan, Liberia, Nepal, Pakistan and Sierra Leone. ActionAid International. Nota. Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos pela bibliografia referenciada acima.

A partir das informações do quadro, pode-se observar que há uma série de barreiras que dificultam a participação efetiva das mulheres nas atividades de *peacebuilding*. Nota-se que a maioria delas, portanto, advém da violência indireta e estrutural, a partir da distribuição desigual de poder e de recursos que trazem oportunidades de vida desigual, além de injustiça, exploração, pobreza e opressão. Segundo Mazurana e McKay (2001), a violência estrutural é a preocupação principal das mulheres locais.

Um elemento que merece atenção, são as “normas e atitudes sociais restritivas” presente no quadro, que podem se associar a violência cultural, construída a partir de símbolos culturais como religião, ideologia e linguagem, influenciando nas construções de identidades, comportamentos e normas sociais que determinam e geram formas de violência. Essa forma de violência cultural, constrói relações binárias, como o bom e o mau, o superior e o inferior, o que neste caso, pode causar sexismo e machismo (Oliveira, 2017), além de contribuir para a perpetuação dos estereótipos de gênero e para as relações hierárquicas de poder. A “autodesvalorização feminina” também pode ser considerada resultado da violência estrutural e cultural, onde as mulheres podem não se reconhecer como agentes ativos nas atividades de negociação, tomada de decisão e liderança, crendo na sua incapacidade física e intelectual.

Verifica-se também, no elemento “violência contra meninas e mulheres” a importância de ressaltar o *continuum* de violências, que perpetua desde a militarização à violência baseada em gênero e os abusos em tempos de paz formal (Bourgois e Scheper Hughes, 2003). Desta forma, pode-se afirmar que o patriarcalismo se identifica como uma forma de violência, que prejudica o processo de inserção e participação das mulheres locais no *peacebuilding* e a construção da paz em si.

A “sustentabilidade do apoio” se constitui como um obstáculo “externo” que advém das organizações, Estados e agências que se comprometem em apoiar as mulheres locais em suas necessidades e participação nos processos de paz. Elementos como a politização da ajuda humanitária, critérios políticos decisórios, interesses centralizados e diferenças de prioridades podem se tornar grandes barreiras para o apoio às mulheres.

Com a aprovação da Resolução 1325, o reconhecimento do papel da mulher local passou a ganhar mais força, como demonstra o seu oitavo artigo, que

Apela a todas as partes envolvidas que, por ocasião das negociações e implementação dos acordos de paz, adotem uma perspectiva de gênero, que inclua, entre outras: [...] (b) Medidas de apoio às iniciativas locais de paz, levados a cabo por mulheres e aos processos para a resolução de conflitos organizados por populações nativas, e que envolvam mulheres em todos os mecanismos de implementação de acordos de paz (RES/1325/2000).

Observa-se nesta passagem do documento, a menção direta às iniciativas locais, especificamente por mulheres, afirmando a sua importância para os processos de resolução de conflitos, inclusive em todos os mecanismos de implementação de acordos de paz. Portanto, apesar das dificuldades encontradas para a participação das mulheres locais nos processos de *peacebuilding*, há muitas delas espalhadas pelo mundo, onde a ação informal feminina se faz presente, tornando possível mudanças importantes para a resolução de conflitos e a reconstrução da paz. *The Global Network of Women Peacebuilders* (GNWP) é uma coalizão de grupos de mulheres e outras organizações da sociedade civil presentes na África, Ásia, Pacífico, América Latina, Europa Oeste e Ocidental e Oeste Asiático em países afetados por conflitos, que estão envolvidos na defesa e ação para a implementação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança²⁴.

²⁴ É possível encontrar os grupos e organizações locais em: <http://gnwp.org/members-directory-and-map/>

2.4 Mulheres, Paz e Segurança: O papel das Nações Unidas e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança

As Nações Unidas, desde a sua criação em 1945, confirmam sua preocupação em explicitar a importância dos direitos fundamentais dos seres humanos, assim como a dignidade, o valor e a igualdade entre homens e mulheres. Em seu 8º Artigo afirma-se que: “as Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários” (ONU, 1945). Perante o discurso da Organização, ambos possuem responsabilidades e oportunidade iguais perante a ideia de justiça e eliminação de todas as formas de discriminação, focando no bem-estar do indivíduo, tratando-se assim de uma questão de Direitos Humanos.

Entretanto, apesar das questões de gênero terem sido associado à paz e à segurança em momentos históricos, como a Comissão Sobre o Status da Mulher (CSW) em 1946²⁵ e mais tarde na Conferência das Nações Unidas sobre Mulheres em 1985, em relação a um quadro normativo, ou seja, na construção de políticas e procedimentos operacionais, as Nações Unidas passou por um lento processo de inserção da temática de gênero.

Na década de 1990, assiste-se, portanto, ao surgimento de um maior destaque deste tema, quando a ONU começou a implementar nas Operações de Paz, esforços voltados para a maior participação das mulheres. Elementos como emergências humanitárias, Direitos Humanos, pressão de ONGs, governos nacionais e agências especializada da ONU, motivaram a maior preocupação da Organização com as questões de gênero, através de ações multilaterais (Carey, 2000; Mazurana, 2002 *apud* Rebelo, 2012: 84). Desta forma, o período é marcado pela otimização dos trabalhos em torno de questões ligadas aos direitos humanos e a ajuda humanitária, associados diretamente à manutenção da paz e da segurança (Rebelo, 2012). A eclosão de conflitos intraestatais, marcados por violência, guerra civil, ineficiência das instituições estatais e o conseqüente cenário de crise econômica e pobreza, demandou pela aprimoração das atividades no campo para alcançar a paz, através do documento *An Agenda for Peace* (1992), como já mencionado. Com o tempo, o conceito de segurança

²⁵ A Comissão abordava em suas reuniões, assuntos relacionados sobretudo à participação política das mulheres e o desenvolvimento social, e alguns tópicos relativos à mulher e a paz (Giercz, 2001 *apud* Rebelo, 2012: 83).

humana foi se fortificando nos discursos das Nações Unidas, e agregado a isso a sua preocupação em abordar com mais eficiência as questões de gênero.

Gradativamente, iniciativas com a finalidade de agregar a perspectiva de gênero foram sendo introduzidas com mais dedicação através de declarações, resoluções e relatórios pelas Nações Unidas (*ibidem*). Em 1993, a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher, prevendo a necessidade de alcançar a igualdade de gênero através da eliminação de todas as formas de discriminação ao sexo feminino. No mesmo ano, a Conferências das Nações Unidas sobre Direitos Humanos reafirmou os direitos humanos das mulheres como parte inseparável dos direitos universais, e em 1995, a Plataforma de Ação de Pequim²⁶, resultante da Quarta Conferência Mundial da Mulher, declarou como seus principais objetivos a igualdade e a paz para todas as mulheres, a partir do princípio de *gender mainstreaming*²⁷.

Em 1999, o Plano de Ação da Namíbia (*Namibia Plan of Action on Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations*) foi criado com o intuito de empreender medidas para a promoção do equilíbrio e da igualdade de gênero em todos os níveis das missões de *peacekeeping* (Fapohunda, 2011). O Plano enfatiza a importância da participação das mulheres em todas as etapas dos processos de paz, como parceiros iguais dos homens, e recomenda que os países que contribuem com tropas, envolvam um “número maior de mulheres nos treinamentos militares, civis e policiais e introduzam questões de gênero no conteúdo das suas políticas governamentais” (Rebelo, 2012: 87). Portanto, os treinamentos nas missões devem “apresentar informações sobre códigos de conduta, hábitos locais da comunidade local e questões sobre abuso e exploração sexual” (*ibidem*).

No mesmo ano, precisamente em outubro, sob os pilares dos documentos citados anteriormente,²⁸ o Conselho de Segurança aprova a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, constituída a partir dos princípios da Carta das Nações Unidas naquilo que

²⁶ A Plataforma salienta que as mulheres são as principais vítimas da violência sexual (Rebelo, 2012).

²⁷ O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) conceitua o termo como: “*The process of assessing the implications for women and men of any planned action, including legislation, policies or programmes, in all areas and at all levels. It is a strategy for making women’s as well as men’s concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated. The ultimate goal is to achieve gender equality*” (Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women, UN, 2002).

²⁸ Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher; Plataforma de Ação de Pequim e o Plano de Ação da Namíbia.

permeia a manutenção da paz e da segurança. Segundo Miller *et al.* (2014), juntamente com o conceito de *gender mainstreaming*, o documento engloba três elementos principais, chamados de “Três Ps”: a participação e proteção das mulheres, e a prevenção da violência. Klot (2007) afirma que a 1325 configurou pela primeira vez a interrelação entre as ideias de desenvolvimento, paz, segurança e Direitos Humanos, associado diretamente às questões de gênero.

Portanto, a 1325 afirma a importância do papel e da representação feminina na prevenção, gestão e resolução de conflitos, assim como na construção e na consolidação da paz, através da sua participação em todas as etapas dos processos de paz (*peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*) (CSNU, 2000: Preâmbulo), incluindo tomadas de decisão a níveis local, regional e internacional (parágrafo 01). Logo, o documento prevê o aumento da participação feminina nas operações de campo das Nações Unidas como observadoras militares, polícia civil e serviços de direitos humanos e humanitários, dando ênfase ao componente de gênero (parágrafos 04 e 05).

Simultaneamente, reconhecendo o alto risco dos conflitos armados para a população civil, a Resolução considera as mulheres e crianças como os principais alvos do conflito (incluindo refugiados e desalojados), e conclui que os esforços voltados para a proteção da mulher nestes contextos impactam diretamente no estabelecimento da paz (CSNU, 1325). A Resolução também salienta a disposição de material de apoio da ONU para os Estados-membros, sobretudo para o treino de observadores militares, polícia civil e pessoal civil à proteção das mulheres, dando atenção aos direitos e às necessidades especiais femininas, assim como questões da SIDA (parágrafo 06). Desta forma, a 1325 encoraja os Estados a valorizarem e aumentarem a ajuda voluntária financeira, técnica e logística para ações de treino de sensibilização de gênero (parágrafo 07).

Em relação às negociações e acordos de paz, a Resolução prevê a adoção da perspectiva de gênero nas questões de repatriação e realojamento de mulheres e meninas nos processos de reabilitação, reintegração e reconstrução pós-conflito (parágrafo 08-a). Além disso, encoraja a todos a apoiarem as iniciativas locais de paz, organizadas e efetuadas por mulheres, assim como os processos de resolução de conflitos organizados por populações locais. Em referência aos direitos humanos das mulheres, prevê-se o respeito aos sistemas eleitorais, à polícia e ao sistema judicial (parágrafo 08-b).

A parte final da Resolução demonstra a preocupação com as consequências do conflito armado para as mulheres e meninas, principalmente em relação a violência de gênero e sexual (parágrafo 10). Portanto, ela prevê que todos os Estados se comprometam em se responsabilizar em pôr fim à impunidade e a processar os responsáveis por crimes contra a humanidade e genocídios, incluindo tudo aquilo que se relaciona com a violência contra as mulheres e meninas (parágrafo 11). Além disso, a 1325 pronuncia a necessidade de respeitar o caráter civil e humanitário das mulheres em campos de refugiados, assim como as necessidades dos ex-combatentes feminino e masculino nos processos de desarmamento, desmobilização e reintegração (parágrafo 12).

Em outras palavras, a Resolução 1325 reconhece os impactos do conflito armado sobre as mulheres e meninas, e apela por medidas institucionais adequadas para a sua proteção, respeitando seus direitos e necessidades. Essa preocupação contribuiria para a manutenção e promoção da paz e da segurança, além de cooperar para a maior participação das mulheres em todos os processos de resolução de conflitos. Logo, o documento contemplaria duas ideias fundamentais: o Equilíbrio de Gênero, que se refere à equivalência de representatividade entre mulheres e homens dentro do sistema de cargos das Nações Unidas, e a Integração de Perspectivas de Gênero (*Gender Mainstreaming*)²⁹ que se caracteriza sobretudo por: considerar as necessidades específicas das mulheres e meninas no desenvolvimento e formulação de políticas em todas as áreas; nomeação de Assessores de Gênero para todas as operações de paz da ONU e a incorporação de perspectivas, contribuições e experiências das organizações de mulheres o desenvolvimento de políticas e programas (Miller *et al.*, 2014). Rebelo (2013) complementa, afirmando que o termo quer dizer que homens e mulheres são diferentes, porém em direitos, oportunidades e responsabilidades são iguais.

Desta forma, a 1325 pretende incluir as mulheres de forma mais abrangente nos processos de paz, através do equilíbrio de gênero, assegurando a sua integração em todos os níveis de tomada de decisões nas instituições nacionais, regionais e internacionais. Segundo Moura *et al.* (2012), o documento determina uma série de ações a serem executadas pelos Estados-membros da ONU, a fim de dar visibilidade e agência às mulheres nos processos de paz. A principal delas seria assegurar uma evolução da representação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, assim como na prevenção, gestão e resolução de conflitos.

²⁹ Mais informações em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/womenpeaceandsecurity.pdf>

Desta forma, a Resolução inova ao abordar conjuntamente “as consequências negativas dos conflitos armados, as dimensões de gênero e a construção da paz” (Rebelo, 2012: 88), sendo identificada por Cockburn (2007) como incomum e única.

A criação da Resolução é resultado de pressões e esforços de viés feministas, da sociedade civil, ONGs, como a Liga Internacional da Mulher pela Paz e Liberdade e agências especializadas da ONU, como o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), contemplando atores estatais e não estatais (Villellas, 2010 *apud* Rebelo, 2012: 89). É importante mencionar que as orientações da Resolução 1325 não têm um viés obrigatório, e não estão vinculados a tratados internacionais. Portanto, apesar de ter peso normativo, pelo seu órgão de emissão (CSNU), não há penalização aos Estados caso não se implemente as recomendações do documento, pelo fato de não existir um instrumento jurídico internacional com essa finalidade (Rebelo, 2012). Entretanto, a sua aprovação por unanimidade comprova o consentimento dos Estados-membros, que por sua vez, assumem a responsabilidade de agir conforme a Resolução (The Kvinna till Kvinna Foundation, 2012).

É notável que a 1325 trouxe contribuições importantes para as dinâmicas internacionais em favor das questões de gênero. A principal, segundo Tryggestad (2009 *apud* Rebelo, 2012: 89) é que ela formaliza a inclusão das questões de gênero numa dimensão política de alto nível, agregado às políticas de guerra e de segurança. Uma consequência disso foi a criação da Resolução 1820 em 2008, que se preocupou em evidenciar a vulnerabilidade das mulheres e meninas em conflitos violentos, identificando a violência sexual como instrumento de arma de guerra (Rebelo, 2012). Um ano depois, a Resolução 1888 substancializa a Resolução 1820, reafirmando o interesse do CSNU no tema, e a Resolução 1889 no mesmo ano, procura consolidar o acompanhamento e fiscalização da 1325. Em 2010, a Resolução 1960 demanda por maior atenção para a violência sexual e por medidas urgentes para contê-la (*ibidem*). Desta forma, verifica-se que a essas resoluções possuem um caráter mais específico, enquanto a 1325, como já mencionado, agrega questões mais ampliadas de gênero associado à paz e à segurança.

Apesar de todas as propostas positivas abordadas na Resolução, há muitas críticas relacionadas ao seu modelo de construção e consequentemente de implementação. Isso ocorre, segundo Cohen *et al.* (2004 *apud* Moura *et al.*, 2012: 164) na medida em que essa construção da agência feminina se torna essencialista e contraproducente, pelo fato de não igualar as mulheres ao mesmo patamar dos homens nos processos políticos. Segundo

Cockburn (1998 *apud* Puechguirbal, 2010: 173), “esse essencialismo é uma força política perigosa, destinada a reforçar as diferenças e as desigualdades, para sustentar os domínios. Ela opera através de estereótipos que fixam identidades em dualismos eternos: mulher vítima, homem guerreiro”³⁰. Desta forma, além da Resolução 1325, em outros textos da ONU “as mulheres são representadas principalmente em uma definição essencialista e estreita que permite que os tomadores de decisão masculinos as mantenham na posição subordinada de vítima, eliminando assim a sua agência”³¹ (Puechguirbal, 2010: 173).

De acordo com Moura *et al.* (2012), a Resolução, embora tenha seu valor enquanto esforço para reconhecer as mulheres e suas experiências em contexto de conflito e pós-conflito, ela institucionaliza e reproduz conceitos e estereótipos de gênero. As autoras propõem analisar as limitações da Resolução em três pontos: o estereótipo da mulher vítima e fazedora da paz; a ideia de que a ameaça só existe em momentos de guerra e pós-guerra formal, ignorando os processos mais extensos de reprodução da violência, e por último, a ideia do conceito de segurança estar vinculado a uma relação do centro para a periferia.³²

Na próxima seção, procura-se apresentar alguns argumentos de autores que analisam as bases construtivas e discursivas das Nações Unidas e dos documentos que são gerados por ela, com foco na Resolução 1325. Esta análise dará base para o prosseguimento do trabalho a fim de compreender como essa constituição reflete nas políticas nacionais de gênero e no agenciamento das mulheres nos processos de paz.

2.4.1. Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas para as questões de gênero

Segundo uma linha de investigação acadêmica mais recente, defendida por autores como Oliver Richmond, David Chandler, Mark Duffield e Rholand Paris, as Nações Unidas sofrem influência direta do paradigma da paz liberal em seus mecanismos e ações (Cavalcante, 2013). Segundo esses autores, a paz liberal se constitui como um sofisticado enquadramento

³⁰ Tradução livre da autora. No original: “*that [essentialism] is a dangerous political force, designed to shore up differences and inequalities, to sustain dominations. It operates through stereotypes that fix identities in eternal dualisms: woman victim, man warrior*” (Cockburn, 1998 *apud* Puechguirbal, 2010: 173).

³¹ Tradução livre da autora. No original: “*women are primarily represented in a narrow essentialist definition that allows male decision-makers to keep them in the subordinated position of victim, thus removing their agency*” (Puechguirbal, 2010: 173).

³² Essas ideias serão exploradas ao longo das próximas subseções.

teórico-político que afeta conceitos e práticas da ONU na condução dos processos de paz (Richmond, 2005, 2011; Chandler, 2010, Duffield, 2007, Paris, 2004).

A exportação deste modelo institucional seria um projeto de engenharia social, que se consolidou no contexto pós-Guerra Fria como um triunfo para alcançar a paz (Richmond, *apud* Oliveira, 2017: 165). Este paradigma, consiste na promoção de normas, práticas e valores liberais, sobretudo em relação à democracia e à economia de mercado (Richmond, 2005 *apud* Cavalcante, 2013: 22). Quando se trata das questões da paz e da segurança, os esforços embasados na paz liberal se caracterizam por práticas, programas e ações implementadas de cima para baixo, de maneira vertical, que pode ter como consequência a divergência de interesses entre aquele que intervém (agentes externos) e aquele que sofre a intervenção (Cavalcante, 2013).

Richmond afirma que a paz liberal se manifesta em três situações: discurso, enquadramento e estrutura (Richmond, 2005), baseado em uma “tradição essencialmente ocidental, de experiências em conflitos armados e de reflexos sobre a paz” (Cavalcante, 2013: 24). Portanto, a procura por uma democracia de cunho liberal, agregada à ideia de livre mercado, economia globalizada e direitos humanos, constituiriam as bases na ONU para a implementação da prevenção e mediação, assim como a promoção e manutenção da paz (Richmond, 2004).

Em contrapartida, esse modelo adotado pelas Nações Unidas para os processos de paz, podem dificultar, segundo Richmond (2011) a criação das condições fundamentais para uma paz sustentável, pois ela ignora as reais causas dos conflitos e as necessidades sociais e econômicas dos locais em contexto de conflito armado. Isso quer dizer que as ações e programas previstos pelos agentes externos, podem não ser aplicadas em áreas que a população local considere prioritária, o que tem como consequência a negligência das reais necessidades e interesses do local e a não identificação das causas profundas dos conflitos armados (Cavalcante, 2013). Este quadro, tem como resultado, segundo Chandler (2010) a manutenção de desigualdades e dos conflitos.

Richmond (2011) declara, que apesar de a curto prazo essas estratégias diminuam a violência, elas negligenciam as variadas vertentes da violência, priorizando interesses e objetivos das Organizações e Estados interventores, tendo como consequência a ausência de conjunturas necessárias para uma paz estável e duradoura. Paris (2004) expõe que a reprodução do modelo de democracia de Estado liberal transforma os locais pós-conflito

por meio de uma liberalização imediata e uma rápida democratização e comercialização, e defende a “institucionalização antes da liberalização” (Paris, 2004: 179), o que consistiria em atrasar a introdução de reformas orientadas para a democratização e a comercialização até que uma rede de instituições domésticas fossem capazes de gerar esforços para a liberalização (*ibidem*).

Chandler (2010), critica o enquadramento neoliberal, indicando que a intervenção no modelo ocidental reproduz hierarquias de poder, ocasionadas pela lógica e pelas relações de mercado. Robert Cox (1981) contribui com esta análise, afirmando que decisores políticos ocidentais abordam as questões de resolução de conflitos, levando em conta seus próprios interesses, e segundo Pugh (*et al.*, 2008 *apud* Chandler, 2010: 140) essas práticas são naturalizadas como um modelo de solução inquestionável para o desenvolvimento e a reconstrução pós-conflito. Sob uma visão Foucaultiana, o elemento mais crítico desta ideia, são os verdadeiros interesses dessas políticas que contemplam para atender as necessidades ocidentais num viés capitalista, neoliberal e biopolítico (Cavalcante, 2013).

Ginty e Richmond (2016), no entanto, propõem a construção da “paz híbrida” que resultaria no encontro do “local” com o “internacional” superando os problemas advindos da paz liberal. Ginty (2010) afirma que o gerenciamento do conflito deve ser contínuo, em que os valores e interesses diferentes podem cooperar, colidir e serem negociados, e que o local tem a possibilidade de aceitar ou não essa forma de paz implementada pelo internacional. Desta maneira, a paz híbrida seria fluida, o que traria flexibilidade e possíveis mudanças aos atores envolvidos nela (*ibidem*).

Partindo do pressuposto de que a ONU se baseia em ideologias neoliberais de implementação de políticas de segurança e paz, a maioria dos documentos apresentados ao longo do tempo para a inclusão feminina nos processos de paz, estão incluídos nesta fórmula ideológica e prática de paz, a paz liberal. Isso gera algumas críticas em torno do que de fato esses documentos propagam como verdade, num sentido de ao invés de ampliar, limitam conceitos e percepções das relações de gênero na lógica das resoluções dos conflitos. Segundo Rebelo (2013), as ideias apresentadas nos documentos, restringe os argumentos à categoria mulher, ignorando as reais e potenciais construções e relações de gênero existentes.

Segundo a própria definição de igualdade de gênero apresentada pela ONU em sua Carta, como mencionado anteriormente, homens e mulheres devem possuir os mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades, o que se referem às características inerentes aos Direitos

Humanos. Contudo, as relações de poder e de gênero encontradas intrinsecamente nos documentos se configuram como desiguais, de dominação e de subordinação (*ibidem*).

Desta forma, os documentos oficiais da ONU reproduzem estereótipos de gênero que mantêm as mulheres em posição de subordinação, enquanto os homens ocupam o espaço de tomadores de decisões (Puechguirbal, 2010). Assim, a Organização legitima versões estereotipadas de feminilidade, fazendo referência direta das mulheres como vítimas, pacifistas e construtoras da paz, enquanto os homens são reconhecidos como racionais, protetores e violentos (*ibidem*). Portanto, ao invés de reproduzir um discurso de gênero que desconstrua padrões e estereótipos, a ONU negligencia as potências e variadas agências femininas e masculinas no âmbito dos processos de paz, acentuando preceitos e papéis tradicionais dos homens e das mulheres. Além disso, Drumond (2010) aponta que as preocupações voltadas para as mulheres como alvos de violência, elimina as potenciais violências que homens e meninos podem sofrer em contextos de conflito.

O essencialismo implementado num discurso conservador camuflado em promissor, fortalece políticas de identidade que criam e perpetuam relações de dominação e subordinação.

As ideias apresentadas por organismos e agências especializadas da ONU não problematizam de modo satisfatório as relações de gênero nas missões de paz – as relações entre masculinidades e feminilidades baseadas em valores, qualidades e motivações mapeados nos corpos e comportamentos de homens e mulheres de formas complexas e, por vezes, contraditória (Cockburn, 2010 *apud* Rebelo, 2012: 81).

Os documentos da ONU sobre Operações de *Peacekeeping* indicam uma norma masculina dos processos de paz, que tem como consequência a ascensão da resistência física e da valentia heterossexual, e o descrédito às mulheres e à feminilidade. Este ordenamento de valores negligenciam a agência feminina, mantendo as mulheres em posição de inferioridade em relação a norma masculina, o que as impede de participar efetivamente dos processos de construção da paz. (Puechguirbal, 2010, *apud* Moura *et al.*, 2012: 182).

2.4.2 Elementos construtivos da Resolução 1325

A Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, escrita em quatro páginas, engloba três questões principais, que se agregam ao longo do desenvolvimento dos parágrafos: o incentivo à maior participação das mulheres nos processos de paz – *peacekeeping*,

peacemaking e *peacebuilding*; a atenção à proteção das mulheres em situações de conflito armado e a incorporação dos aspectos de gênero sobretudo no treinamento dos soldados das Nações Unidas. Desta forma, cabe neste momento, observar e explorar as dimensões discursivas e conceituais da Resolução 1325, a fim de compreender como essas estruturas linguísticas podem influenciar e perpetuar relações e estereótipos de gênero, que limitam a agência da mulher nos processos de paz.

É notável que a Resolução apresenta em seu texto, o termo “gênero” como sinônimo de “mulheres” (CSNU, 2000), identificando-as sempre como o alvo do documento. Por outro lado, os homens encontram-se quase omissos da 1325, sendo referidos majoritariamente como os autores de violência (combatentes e promotores de violência sexual) e protetores (das mulheres e crianças) (Moura *et al.*, 2012). Essa ordem binária norteia as dimensões discursivas do documento para uma desconexão entre os homens e as mulheres, criando e recriando um sistema de relação hierárquica social, com base em vinculações do feminino e do masculino (Wilcox, 2010, *apud* Moura *et al.*, 2012: 169). Enloe (1990) afirma que esta ideia representativa de indefesos e dependentes, descrito na Resolução para caracterizar mulheres e as crianças, reafirma a diferença do corpo, sexual e biológico entre homens e mulheres, o que segundo Shepherd (2008), as relaciona sempre a uma figura subordinação e fragilidade. Scott (1986), no entanto, acredita que “gênero” é o termo utilizado para desconstruir ideias binárias de masculino e feminino e a lógica universal antagônica que separa homens e mulheres.

Puechguirbal (2010) afirma, que em um estudo produzido por Charli Carpenter sobre os documentos do Conselho de Segurança das Nações Unidas – incluindo a 1325 – entre 1999 e 2003, o termo “mulheres e crianças” foi utilizado 163 vezes, enquanto a ideia de “mulheres como combatentes” foi descrita apenas seis vezes e “homem como vulnerável” somente uma vez. Com estes dados, Carpenter pôde observar que as mulheres, encontram-se associadas quase sempre às crianças, e por consequência, às características de inocência e vulnerabilidade. Ela conclui, portanto, que esse essencialismo de gênero, define a mulher em três categorias: a mulher como vulnerável, como mãe e como civil, pressupondo que, por serem vulneráveis, devem ser protegidas.

Outro ponto importante, é a relação direta que o documento faz entre as palavras “mulheres”, “meninas” e “violência”, que tem como consequência a “desconsideração do fato de que homens também são vítimas de violência de caráter sexual” (Rebelo, 2012: 98) e não

precisariam de assistência relacionado a isso pois são privilegiados pelas características associadas à “masculinidade” (*ibidem*). Há relatos referentes a El Salvador, onde 76% dos presos políticos do sexo masculino entrevistados em 1989 afirmaram terem sido vítimas de tortura sexual, e em Saravejo, aproximadamente 80% dos homens em campos de concentração afirmaram terem sido estuprados (Storr, 2011 *apud* Rebelo, 2012: 98).

Apesar do discurso da Resolução explicar a importância da participação da mulher nos processos de paz e nas instituições internacionais (artigos 1,3 e 4), ela ao mesmo tempo, enfatiza o seu papel em áreas tradicionalmente associadas ao feminino, como reconciliação e justiça (artigos, 8, 13 e 15). Isso de fato, pode reforçar o estereótipo da mulher associado ao doméstico, determinando a separação do público-privado.

A principal questão relacionada a esta crítica à Resolução, é o fato dela institucionalizar e normalizar uma realidade que produz e reproduz relações desiguais de gênero (Shepherd, 2008), concretizando a imagem feminina sempre ligada a ideia de vítima, subestimando sua capacidade de agência e negligenciando sua potencial contribuição para a violência (Utas, 2005 *apud* Moura *et al.*, 2012: 170). Portanto, associar a mulher à paz contribui para a marginalização de situações onde elas podem assumir papéis de combatentes e perpetradoras de conflito (Elshtain, 1987 *apud* Rebelo, 2012: 94).

Apesar da Resolução oferecer contributos a curto e a médio prazo, dando visibilidade aos grupos marginalizados, a definição essencialista que ela cria entre mulheres, paz e violência, atrasa os ideais emancipatórios feministas (Cockburn, 2010; Spivak, 1987; Butler, 1999 *apud* Moura *et al.*, 2012). Isso ocorre, pois ela pode reforçar estereótipos e relações desiguais de gênero nos contextos de conflito e pós-conflito (Reardon, 1985), onde o sujeito masculino garantirá a segurança e a proteção das mulheres, enquanto elas serão os alvos da guerra, as vítimas do conflito. Desta forma, Cockburn (2007), afirma que a Resolução peca em alguns momentos, quando menciona brevemente o papel das mulheres na prevenção da guerra e não faz menção direta a elas ao fim do conflito. Além disso, a autora afirma que a 1325 não se refere ao regime de gênero que causa a vitimização das mulheres na guerra e nem menciona sobre a sua exclusão nos processos de paz.

Segundo Whitworth (2004 *apud* Cockburn, 2007: 149), a Resolução peca em não citar cláusulas antimilitaristas e não discutir sobre masculinidade militarizada ou sobre masculinidade de uma forma geral. No entanto, segundo Cockburn (2007), a 1325 exalta a necessidade de proteção às mulheres, cujos Estados podem usar deste argumento para uma

falsa legitimação dos seus objetivos militares, como no caso da invasão do Afeganistão. Logo, Cohen (2003) questiona as linguagens utilizadas nos documentos, afirmando que deve existir uma relação explícita entre o poder militarizado, a construção da masculinidade, as desigualdades de gênero em acesso ao trabalho remunerado e a desigualdade econômica global (*ibidem*). Cockburn (2007) exemplifica, afirmando que, se a ONU não é capaz de criticar os EUA, o capitalismo e a militarização, então é pouco provável que ela irá criticar a masculinidade.

Quando se fala de todos esses elementos descritos, vale se atentar à desigualdade estrutural presente nesta análise. Desigualdade esta, relacionada não só ao sexo, mas às relações e formas de construção de gênero que se encontram na base das violências e da guerra (Cockburn, 2010 *apud* Moura *et al.*, 2012: 171). A violência estrutural se manifesta através da exclusão, desigualdades, discriminação e produção e reprodução da violência sexuada, relembrando as teorias das violências de Galtung (1971). Ou seja, elementos da violência estrutural encontram-se inseridos nesta lógica reprodutora de relações desiguais de gênero.

Moura (*et al.*, 2012), chama atenção para a observação dos termos utilizados na Resolução ainda nesta linha de análise. O primeiro ponto é a ênfase na utilização do termo “conflito armado” ao invés de “violência”. O segundo termo faz alusão ao conceito de paz e de segurança ligados à ausência do conflito armado, ou seja, quando não há conflito armado, quer dizer que há paz e segurança, sugerindo que a paz duradoura pode e irá prevenir a violência futura. Entretanto, essa perspectiva sobre a paz ignora a forma como a paz formal pode contribuir e intensificar as relações desiguais de poder (Enloe, 2000). O que se observa, é que o discurso utilizado pela Resolução não aborda as outras formas de violência, criando uma equivalência deste termo – violência – somente à guerra, ignorando as diversas facetas que essa palavra se aplica, culturalmente e estruturalmente, que são contribuintes e reprodutoras das diferenças de gênero (Shepherd, 2008).

Há de se analisar também, a origem da resolução, uma vez que ela pode ser considerada uma reprodução da dominação do feminismo branco, ocidental e heterossexual, ignorando experiências de mulheres e homens ao redor do mundo (Moura *et al.*, 2012). Dentro da 1325, encontram-se camufladas, estruturas complexas de poder, local, nacional e internacional, como o imperialismo, capitalismo e o neocolonialismo (Spivak, 1987; Eisenstein, 2004; Pratt, 2009 *apud* Moura, *et al.*, 2013), o que pode se relacionar com a corrente feminista pós-colonial abordada no capítulo 1.

Perante o que foi exposto, verifica-se que o documento procura acima de tudo, proteger as mulheres e garantir sua participação nas operações de manutenção da paz, o que as define como pacíficas e vítimas, necessitadas da proteção dos homens. Esse discurso estabelece sutilmente papéis determinantes para homens e mulheres nos contextos de conflito e pós-conflito, silenciando relações de poder de gênero e violência masculinizada, sobretudo contra as mulheres, confirmando uma interpretação paternalista de segurança, o que tem como consequência o reforço das disparidades socioeconômicas em contexto de conflito armado e de paz formal.

Deste modo, a 1325 faz parte de um instrumento de governação internacional inerente ao sistema da ONU e em mandatos de organizações. Ela pode ser apontada, por toda a análise já exposta, como uma Resolução de viés conservador, face às referências e consequências da violência armada e seus efeitos sexuais (Moura *et al.*, 2012). Além disso, a ela reforça a desigual relação entre centro e periferia e o poder que o primeiro exerce sobre o segundo em um discurso de proteção e segurança, que cumpre sua demanda neoliberal de produção e consumo (Shepherd, 2008).

A 1325 pede aos Estados-membros que protejam a mulheres, garantindo maior participação e representação, enviando sugestões de candidatas para o Secretário Geral das Nações Unidas para cargos políticos. Além disso, prevê-se que os Estados atendam às necessidades particulares das mulheres, e movimentem esforços de natureza técnica, logística e financeira para tender questões relativas ao gênero. Desta forma, segundo Shepherd (2008), a 1325 faz com que a esfera internacional seja um agenciador para a igualdade de gênero, que se sobrepõe ao local e às zonas de conflito, que necessitam de uma agenda mais específica.

Portanto, a Resolução é um dos instrumentos do *peacebuilding*, de cunho conservador, e liberal, baseado em um discurso de dever e solidariedade do centro evoluído para a periferia em perigo. É “um mecanismo de governação global, justificando assim projetos hegemônicos (o neoliberalismo e a paz liberal)” (Moura *et al.*, 2012: 184). Desta forma, ela se configura como “um instrumento para lidar com as novas realidades de segurança internacional pós-Guerra Fria e não uma ferramenta de transformação dessas realidades” (Harrington, 2011 *apud* Moura *et al.*, 2012: 184).

Ao analisar que os Estados-membros são reconhecidos pela lógica da Resolução como os provedores da segurança e da paz, ratifica-se a ideia de que o modelo político de implementação adotado pelo documento, coloca o próprio Estado como a autoridade última

da segurança, menosprezando seu papel como promotor e violência (Youngs, 1999). Além disso, segundo Moura (*et al.*, 2012), esses Estados se encontram em posições superiores àqueles para os quais a Resolução se apresenta. Essa relação hierárquica centro-periferia se revela sutilmente nos parágrafos 8 e 15 através dos termos indígena e local, identificando a comunidade internacional dos Estados-membros como o responsável e promotor da paz, da segurança e dos direitos das mulheres (Shepherd, 2008). Nesta estrutura centro-periferia, camuflada em discursos de solidariedade, as relações de poder e de hierarquia se apresentam entre o internacional e o local, onde os Estados produzem e reproduzem violência direta e estrutural sob as regiões de conflito.

2.4.2.1 Violência armada, paz formal e guerra: o *continuum* de violências

A autora Tatiana Moura (2007) possui um estudo interessante sobre as dimensões da violência armada e segurança. Ela procura compreender de que forma a violência armada, existente em momentos de paz formal e informal, contribuem para a violência de gênero e a perpetuação de estereótipo e relações de poder dos homens sobre as mulheres. Shepherd (2008) analisa a Resolução 1325 neste sentido, através de um olhar atento para a violência armada, apontando que o documento peca em não explicitar a produção e reprodução da violência armada sexuada em situações de guerra e não guerra, o que acaba por não definir uma fronteira entre o tempo de “paz” e o tempo de conflito/guerra. Essa violência, de acordo com a autora, ocorre majoritariamente devido ao uso de armas de pequeno porte, pela facilidade do acesso e da portabilidade.

Bourgois e Scheper Hughes (2003) estabelecem o *continuum* de violências – geográfica, temporal e de escala (Cockburn, 2001), enfatizando suas conexões e significados para a guerra e para a paz. Um exemplo de violência, segundo Moura (*et al.*, 2012) é a praticada com armas de fogo, constituindo relações com a violência sexuada em tempos de “paz” e guerra. Para a autora, a proliferação das armas de fogo ocorre devido ao fácil acesso, à portabilidade e ao baixo custo, tornando-se um elemento de preocupação nas questões de segurança e paz. A violência armada possui um caráter global, presente em países ditos como desenvolvidos e em desenvolvimento, através de violência criminal, doméstica e interpessoal. A produção e comércio de armas de fogo depende das articulações dos cenários de guerra, paz e pós-conflito, atravessando fronteiras, desde a militarização às assimetrias de poder de gênero (*ibidem*).

Farr (2003 *apud* Moura *et al.*, 2012) reforça a ideia de que a violência armada faz parte de um *continuum* de violências, onde a violência de gênero, os abusos de mulheres em tempos de paz formal, é uma manifestação em intensidade menor da violência de grande intensidade em tempos de guerra formal. Segundo Cockburn (2010), o patriarcalismo se identifica como uma das forças que causam e perpetuam a guerra, ou seja, uma forma de violência, assim como fatores econômico e conflitos étnicos e religiosos.

A violência por armas de fogo se relaciona com as perspectivas de gênero pela incidência significativa da violência contra a mulher nos espaços públicos e domésticos (Moura, 2007). O que Moura (*et al.*, 2012) observa é que há mulheres e meninas que intervêm a favor da masculinidade armada e violenta, participando de forma direta nos conflitos armados, portando armas, contribuindo e encorajando homens a participar e indiretamente perpetuar os estereótipos de gênero que vinculam o homem à violência e à proteção.

A ideia que se deseja transmitir, é que a violência existente em cenários de paz formal e de guerra podem ter origem na predominância de ideologias de gênero e tecnologias como as armas de pequeno porte, que enaltecem a violência/agressão como uma representação pertinente de proteção, e sobretudo de poder (*ibidem*). Desta forma, a violência armada, de modo geral é um produto da construção de gênero que tem base na intensificação da masculinidade hegemônica e militar e na subalternidade de sujeitos masculinos e femininos sob o poder masculino (Connell, 1995 *apud* Moura *et al.*, 2012).

Segundo Barker (*apud* Moura *et al.*, 2012), alguns homens veem as armas como uma forma de poder, obtenção de *status* e acesso tanto aos bens materiais, quanto às mulheres, e ainda procuram construir sua identidade por identificação a outros homens através da violência com suas companheiras. Nesta perspectiva, pode-se notar que a Resolução 1325 se silencia sobre a violência sexuada e sobre estruturas de poder a nível local e internacional, como a ordem neoliberal e o neocolonialismo, o que naturaliza e por fim contribui para a violência interpessoal e para a perpetuação do *continuum* de violências (Moura *et al.*, 2012).

2.4.3 Os resultados parciais da implementação da Resolução 1325

Não se pode negar que a Resolução 1325 trouxe contribuições positivas para a maior visibilidade das questões de gênero e para o aumento da participação das mulheres nos processos de paz. “Das mais de 2200 resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança em

suas sete décadas de história, é difícil pensar em uma resolução mais conhecida por seu nome, número e conteúdo do que a resolução 1325”³³ (Coomaraswamy, 2015: 28). As dimensões do documento criaram uma atmosfera de esforços, que culminou em políticas específicas de gênero e mecanismos de incentivo para a participação mais efetiva das mulheres em todas as etapas do processo de paz. Segundo Tryggestad (2009), a 1325 “é considerada uma conquista inovadora, ao colocar os direitos das mulheres na agenda de paz e segurança da ONU”³⁴ (Tryggestad, 2009: 539).

A autora reitera esta ideia, afirmando que, ainda que a Resolução seja reconhecida como parte de um processo contínuo da ONU em preocupação com as temáticas de gênero e os direitos das mulheres, os esforços que culminaram sua existência, fazem parte de uma “arquitetura de segurança internacional modificada, da natureza mutável do conflito e da ampliação do conceito de segurança, juntamente com o papel cada vez mais influente das ONGs nas Relações Internacionais”³⁵ (Tryggestad, 2009: 542). Essa configuração é determinada por um contexto histórico particular, com a participação de um conjunto de atores e processos internos e externos (*ibidem*).

Miller *et al.*, (2014) aponta uma série de exemplos de acontecimentos que podem estar diretamente relacionados com a 1325. Segundo os autores, embora seja impossível provar que estes exemplos são um resultado da Resolução, é plausível considerar que elas estão direta ou indiretamente ligadas a ela. Os exemplos são: (a) a União Europeia tem apoiado pesquisas e estudos voltados para a 1325, além de parcerias nacionais para o desenvolvimento dos Planos Nacionais de Ação e a contratação de mais consultores de Gênero de Direitos Humanos; (b) a implementação da Política de Gênero da União Africana (2009); (c) os EUA nomeou a primeira embaixadora itinerante geral para a *Global Women’s Issues*, Mellane Verveer e em seguida Catherine Russell em 2013; (d) em 2011 a ONU Mulheres fundou uma nova unidade de coordenação, reunindo a DAW, INSTRAW, OSAGI e UNIFEM; (e) a OTAN recolhe dados anuais sobre mulheres em exércitos nacionais e em missões internacionais e nomeou Mai Skåre como Representante Especial do Secretário

³³ Tradução livre da autora. No original: “Of the more than 2200 resolutions adopted by the Security Council in its seven decades of history, it is hard to think of one resolution that is better known for its name, number, and content than resolution 1325” (Enloe, 2015: 28).

³⁴ Tradução livre da autora. No original: “is regarded as a groundbreaking achievement in putting women’s rights on the peace and security agenda of the UN” (Tryggestad, 2009: 539).

³⁵ Tradução livre da autora. No original: “A changed international security architecture, the changing nature of conflict, and the widening of the concept of security, together with the increasingly influential role of NGOs in International Relations” (Tryggestad, 2009: 542).

Geral para WPS; (f) Mary Robinson é nomeada como enviada especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos da África para implementar a Estrutura de Paz, Segurança e Cooperação em 2013; e (h) muitas organizações governamentais e não governamentais nomearam e estão nomeando Assessores de Gênero para promover políticas e implementação em WPS.

Após a aprovação da 1325, com o tempo, o CSNU ratificou outras resoluções para preencherem lacunas e ressaltar os objetivos da 1325 (cf. Quadro 2) (O'Reilly e Ó Súilleabháin, 2013). Atualmente, mais de 70 países, departamentos da ONU e agências internacionais adotaram planos de ação (no caso dos países, Planos Nacionais de Ação) para a implementação da Resolução, a fim de legitimar os esforços e dar seguimento aos objetivos do documento (O'Reilly e Ó Súilleabháin, 2013; Coomaraswamy, 2015; *Women's International League for Peace and Freedom*, 2018). Além disso, o aniversário da 1325 é marcado por um debate anual sobre a sua implementação e seus impactos, assim como uma análise do relatório de progresso produzido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (O'Reilly e Ó Súilleabháin, 2013).

Quadro 2 - Resoluções que sucederam a 1325 no âmbito das questões de gênero

1820 (2008)	1888 (2009)	1889 (2009)	1960 (2010)
<i>Gender-Based Violence</i> : reconhece a violência sexual como arma de guerra e possivelmente como crime de guerra e crime contra a humanidade.	Reitera que a violência sexual exacerba o conflito armado e impede a paz e a segurança internacional.	Medidas complementares à 1325; foco na construção da paz pós-conflito e na participação das mulheres em todas as fases dos processos de paz.	Apela ao fim da violência sexual nos conflitos armados (pelo pessoal da ONU/ forças de paz).
Demanda por maior treinamento das tropas para a prevenção e resposta à violência sexual.	Complementação da Res. 1820 sobre Gender-Based Violence e solicita lideranças para lidar com a violência sexual relacionada a conflitos.	Inclusão do conceito de empoderamento das mulheres de modo mais progressivo.	Lista de consequências para a violência sexual: relatórios anuais do Secretário-Geral e referências para o Comitê de Sanções da ONU.

Discute a vitimização <i>versus</i> empoderamento da mulher; Demanda por maior participação das mulheres nas operações de paz.	Solicita a nomeação de um Representante Especial da Secretaria de Gênero para avançar o trabalho da ONU sobre violência sexual.	Demanda pelo desenvolvimento de indicadores para medir a implementação da Resolução 1325.	Pede a implantação de um maior número de policiais e militares do sexo feminino em operações de manutenção da paz.
2106 (2013)	2122 (2013)	2242 (2015)	
Concentra-se na operacionalização das obrigações atuais ao invés de criar novas estruturas e iniciativas; foco na violência sexual como crime.	Afirma uma abordagem integrada para a paz sustentável e define métodos concretos para combater o déficit da participação das mulheres; vincula desarmamento à igualdade de gênero.	Incentiva a avaliação de estratégias e recursos em relação à implementação da Agenda <i>Women, Peace and Security</i> .	
Apela aos Estados-membros que lutem contra a impunidade, investigando e processando os responsáveis pelos crimes de gênero e que incluam os crimes de violência sexual na legislação penal nacional.	Aborda a questão do empoderamento das mulheres, acesso à justiça, informação e documentação sobre violações dos Direitos Humanos e o envolvimento da sociedade civil.	Destaca a importância da colaboração com a sociedade civil e apela ao aumento do financiamento para formação, análise e programas sensíveis ao gênero.	
Foca nas áreas de justiça, empoderamento das mulheres, armas, Direitos Humanos das Mulheres e sociedade civil organizada.	Reconhece a necessidade de abordar as causas profundas dos conflitos armados e os riscos de segurança enfrentados pelas mulheres.	Reconhece a importância da integração de “ <i>Women, Peace and Security</i> ” em todas as situações do país.	

Nota. O quadro foi elaborado a partir de informações obtidas em duas fontes. *Fonte 1:* Miller, B *et al.* (2014) *Women in peace and security through United Nations Security Resolution 1325: Literature review, content analysis of national action plans, and implementation. Institute for Global and International studies.* *Fonte 2:* Women’s International League for Peace and Freedom. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/resolutions-texts-and-translations>.

Os Planos Nacionais de Ação (PNA) têm como objetivo identificar as prioridades, determinar responsabilidades, destinar recursos e dar início às ações estratégicas num prazo definido, dentro daquilo que a 1325 prevê (Coomaraswamy, 2015). Segundo Fritz e Gumru (2009), apesar dos PNA possuírem diferenças pontuais, ficou definido que todos os países deveriam englobar os seguintes elementos em comum: fazer referência a todos os pontos básicos da Resolução 1325; apontar detalhes do período de preparação e da data de

promulgação, identificando os agente de execução e definindo a quantia financeira destinada; ser longo e específico; mencionar meninas e mulheres; informar os prazos e descrever os processos de execução, avaliação e monitoramento; definir os níveis (local, nacional ou internacional) de atividades, e por último, apontar de que forma as ONGs e o público poderiam participar do desenvolvimento, execução e avaliação dos planos.

A adesão dos Planos Nacionais aumentou, principalmente a partir de 2010. Isso pode ser identificado através dos dados apresentados pela “*Women’s International League for Peace and Freedom*”, que informa, que até março de 2018, 74 países adotaram um Plano Nacional de Ação.³⁶ A pesquisa revela que apesar do progresso, principalmente em 2017, com a adesão de países como Angola, El Salvador, Palestina e Brasil, dos 74 planos, apenas 16 (22%) deles incluem um orçamento destinado para a implementação do plano, e somente 22 (30%) incluem alguma referência ou ações específicas para o desarmamento e o controle e comércio ilícito de armas de pequeno porte. Além disso, somente 38 (51%) dos planos clarificam os processos de monitoramento e avaliação da implementação do PNA.

Portanto, Coomaraswamy (2015) observa que a concepção de um plano de ação poderia se basear em premissas idealistas, cujo os esforços em prol dos objetivos em comum seriam trabalhados por todos os setores de forma conjunta, independente das disparidades e diversidades. Entretanto, a construção de um ideal, apresentado às diferentes agendas, com interesses e prioridades desiguais e limites de recursos, pode tornar o plano de ação inalcançável e ineficaz (*ibidem*). Tryggestad (2009) afirma que dentro da Resolução, há discrepâncias entre os compromissos políticos e a real implementação. Esses desequilíbrios são geralmente explicados em termos da falta de vontade política e dos mecanismos de responsabilização, agregados à inércia organizacional e às atitudes discriminatórias em relação às mulheres. Desta forma, o autor afirma que segundo a literatura crítica, a 1325 “é retratada como mais um "truque" desempenhado pelos membros do Conselho de Segurança, em um esforço para apaziguar as mulheres ativistas”³⁷ (Tryggestad, 2009: 541).

Em 2008, o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas apresentou que, apesar dos esforços do CSNU para alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e incluir

³⁶ Ver quadro com todos os Estados-membros que adotaram Planos Nacionais de Ação para a Implementação da Resolução 1325 de 2005 a 2008 em: <http://www.peacewomen.org/member-states>

³⁷ Tradução livre da autora. No original: “*is portrayed as yet another "trick" played by the members of the Security Council in an effort to appease women activists*” (Tryggestad, 2009: 541).

a agência da mulher em todas as etapas dos processos de paz, um número enorme de mulheres e crianças ainda não tinham seus direitos garantidos, sendo alvos de violação dos Direitos Humanos (Fritz, 2010). O relatório ainda afirma que as mulheres, em casos de conflito armado e pós-conflito, acabam sendo as mais prejudicadas pelos desequilíbrios econômicos e questões sociais, além de serem vítimas de violência sexual, que é usado como instrumento de guerra (*ibidem*).

O'Reilly e ÓSúilleabháin (2013) avaliam o desenvolvimento da inclusão feminina nos processos de paz após a Resolução 1325 como progressivo, porém lento. Segundo os autores, das etapas do processo de resolução de conflitos, o *peacemaking* é aquela cuja as mulheres encontram-se menos presente, principalmente em relação a mediação. Em 2010, a Secretária Geral das Nações Unidas concebeu um plano de ação para adotar medidas mais sistemáticas a fim de garantir a participação das mulheres no *peacemaking*, como por exemplo, a partir da nomeação de mediadoras chefe e enviadas especiais para as atividades lideradas pela ONU (*ibidem*). Antes disso, a Organização não havia elegido oficialmente uma mulher para liderar um processo de mediação. Apenas em 2013 o Secretário Geral Ban Ki-moon, nomeou a primeira mulher mediadora, Mary Robinson³⁸, sendo a primeira mulher presidente da Irlanda e Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, e ainda Enviada Especial na Região dos Grandes Lagos (Un Women, 2013; O'Reilly e ÓSúilleabháin, 2013).

Como se pode notar, a efetiva implementação da 1325 depende muito dos esforços da ONU em ter um olhar para o “local” e dos seus Estados-membros, principalmente através dos seus Planos Nacionais de Ação. E, portanto, verifica-se que há países que dão pouca ênfase aos preceitos da Resolução. Alguns países do G-77, segundo Tryggestad (2009) criticaram o documento por identificar que ele poderia na verdade representar um conjunto de ideias liberais providenciado pelas potências mais influentes. Além disso, a autora aponta que a lenta e efetiva implementação da 1325 se manifesta pela cultura organizacional e estrutural das Nações Unidas e as formas tradicionais de pensar e agir. As análises de Tryggestad (2009) nos leva aos elementos construtivos da Resolução explorados na subseção 2.4.2, cujas estruturas linguísticas e conceituais constroem ideias estereotipadas e perpetuadoras da

³⁸ Dentre as atuações de Robinson, além da mediação, ela promoveu consultas contínuas com mulheres líderes e grupos da sociedade civil na Região dos Grandes Lagos, a fim de enfatizar o papel das mulheres para a sustentabilidade da paz, através de uma lógica de baixo para cima, cuja a inclusão feminina seria possível em todos os níveis. Além disso, Robinson ainda lançou um ONG particularmente na África, para trabalhar com fortalecimento da liderança feminina (O'Reilly e ÓSúilleabháin, 2013).

mulher associada à figura de vítima e de fraqueza, eliminando suas potenciais contribuições agenciadoras para os processos de paz.

Conclui-se, que a 1325 tem seu destaque, sobretudo simbólico, no que se refere à maior atenção às questões de gênero nas R.I. atrelados à paz e à segurança. Verificou-se, portanto, que houve esforços e eventos efetivos que podem estar associados à implementação do documento, como a progressiva adesão dos PNA e a nomeação de mulheres para cargos importantes. Entretanto, uma análise mais profunda aponta que a 1325 possui lacunas, sobretudo na sua formação linguística, baseada em premissas da paz liberal, que influencia diretamente no seu significado e na sua efetivação para a inclusão e para a participação das mulheres nos processos de paz. Desta forma, para que os princípios da 1325 possam se tornar palpáveis, é necessário segundo Moura *et al.* (2012) que os Estados efetuem campanhas e promovam mudanças políticas e legais para reforçar o seu cumprimento. A união de esforços nacionais e internacionais, e um olhar direcionado para o “local” configuram neste momento, a base para a verdadeira participação feminina nos processos de resolução de conflitos.

Capítulo 3 - Estudo de caso: a participação e influência das mulheres nos processos de paz na Libéria

Para ilustrar a participação das mulheres nos processos de paz, este capítulo retrata o estudo de caso da Libéria, país africano cuja história é marcada por instabilidades e múltiplas violências desde a sua fundação. O objetivo do estudo de caso é mostrar um país, cujo cenário foi marcado por conflitos civis, e onde as mulheres atuaram e influenciaram os processos de paz. Além disso, será destacado sob quais circunstâncias a Resolução 1325 foi implementada na Libéria, analisando a abordagem das questões de gênero e os potenciais reflexos da sua efetivação para a agência e o atendimento às necessidades das mulheres no contexto pós-conflito.

A guerra civil liberiana ocorreu entre 1989 e 2003, deixando centenas de milhares de mortes além da deterioração das estruturas e instituições do Estado, da economia e da vida da população (Vinck *et al.*, 2011). Os processos de construção e reconstrução da paz no país foi e ainda são repletos de desafios, levando em conta as segregações e as situações de extrema violência mesmo antes da guerra. Entretanto, dentre os mais importantes exemplos da participação das mulheres nos processos de resolução de conflitos e da construção da paz, sobretudo como *peacebuilders*, a Libéria merece destaque. Leva-se em conta a existência de outros casos relevantes, como as Filipinas e a Irlanda no Norte, marcados pela atuação das mulheres como mediadoras e líderes em acordos importantes e como *peacebuilders* em organizações locais, auxiliando nos processos de construção e reconstrução da paz (Coomaraswamy, 2015).

Desta forma, o estudo de caso se concentra em compreender as razões que resultaram na Primeira e na Segunda Guerra Civil da Libéria e suas consequências, principalmente para as mulheres. Neste sentido, analisa-se o as manifestações das violências direta, estrutural e cultural, e de que forma esta conjuntura problemática influenciou as mulheres a formarem coalizões de paz, como as redes locais. A participação das mulheres de diferentes religiões e etnias contribuiu efetivamente para as negociações e assinatura do acordo de paz, atuando como *peacemakers*, e sobretudo como *peacebuilders*.

Com a aprovação da Resolução 1325 em 2000, a assinatura do acordo de paz em 2003 e a elaboração de um Plano Nacional de Ação para a implementação da 1325 em 2009, procura-se nesta circunstância, analisar de que forma esses elementos estão interligados e como o Plano Nacional incorporou as questões de gênero e a agência das mulheres nos processos de

reconstrução da paz da Libéria. Leva-se em conta as reflexões elaboradas no capítulo anterior sobre as premissas da paz liberal na constituição da ONU e consequentemente na 1325, compreendendo de que forma isso se reflete na possibilidade das mulheres atuarem como agentes nos processos de paz e serem atendidas em suas necessidades e demandas.

Portanto, a primeira parte do capítulo conta com uma abordagem histórica da Libéria, a fim de compreender a sua formação, as relações entre os nativos e os colonizadores e situação das mulheres em um primeiro momento da construção do país. Posteriormente, procura-se explorar as causas e consequências da Primeira e da Segunda Guerra Civil Liberiana, e as intervenções internacionais que o país viria a sofrer. Nestes contextos, é explorado as condições das mulheres, como foram influenciadas e influenciaram os conflitos e os esforços para a construção da paz, com ênfase na criação de organizações de mulheres para a paz e instituições locais, dando atenção às questões como violência baseada em gênero, segurança e agenciamento feminino.

Sequencialmente, analisa-se criação da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), que integrou um mandato explícito de gênero, propiciando a maior participação das mulheres na construção da paz pós-conflito além de atrelar as suas políticas diretamente às premissas da Resolução 1325. Em seguida, é ressaltada a participação feminina nos processos de *peacemaking* e *peacekeeping* e os principais resultados dessa participação – e sobretudo como *peacebuilders* – na conjuntura político-social liberiana. Por fim, aborda-se a implementação da 1325 e do PNA da Libéria, analisando de que forma ambos influenciaram tanto a abordagem das questões de gênero nas políticas do país, como na participação e agência feminina na construção da paz pós-conflito, levando em consideração os pilares neoliberais que a 1325 se baseia e as suas dimensões discursivas e conceituais.

3.1 Contexto histórico

A Libéria é um país africano que se destaca entre os seus vizinhos, pois detém uma história singular: apesar de ter sido descoberta pelos portugueses no século XV, em 1821 passou a pertencer a *American Colonization Society*, uma organização privada de origem americana que tinha como objetivo reinstalar ex-escravos americanos na região (Kieh, 2009). Dentre seus interesses, a organização almejava a expansão das relações comerciais dos Estados Unidos com a África e civilizar a população nativa (Esteves e Souza, 2011). O território, entretanto, já era habitado por diversos grupos étnicos, o que gerou relações conflituosas de

os direitos das Américo-liberianas eram considerados progressistas, podendo ocupar cargos no ministério e tomar decisões no governo (*ibidem*).

Durante o governo do Presidente William Tolbert Jr. (1971-1980), as mulheres ocuparam oito postos ministeriais, compondo 14,7% dos juízes, 30% dos professores universitários, 9,4% dos médicos e 48,2% dos enfermeiros. Foi durante o seu mandato que a Libéria teve a primeira mulher presidente de uma universidade nacional da África, Mary Antoinette Brown Sherman, além de um alto índice de matrículas de meninas e uma representação significativa de professoras (*ibidem*). De acordo com Fuest (2008) nas províncias ao noroeste da Libéria, as mulheres possuíam altos níveis de educação em relação aos homens, constituindo 25% dos cargos técnicos e profissionais na capital Monróvia na década anterior à Primeira Guerra Civil. Portanto, “um *status* relativo mais elevado das mulheres dentro de uma sociedade permite que elas adquiram capital humano relativamente mais alto e se mobilizem em redes sociais horizontais”⁴⁰ (Gizelis, 2011: 527).

Verifica-se, no entanto, um cenário discriminatório entre as mulheres Américo-liberianas, que possuíam mais chances e acesso aos direitos, ação política e à educação, residindo na capital do país, e as nativo-liberianas, que careciam de direitos e arcavam mais com as consequências da segregação estabelecida pelos colonizadores (Theobald, 2014). Esta conjuntura de divisões afetava a vida das mulheres diretamente, o que mais tarde contribuiu para as motivações que as levaram a formar grupos em prol da paz, em que a condição social, etnia e religião não seriam uma razão para a desunião.

Apesar da Libéria ter ocupado uma posição relativamente tranquila no S.I. comparada a outros Estados africanos após a sua independência, que ocorreu em 1847⁴¹, sua condição interna era marcada por grande fragilidade institucional e estrutural (Esteves e Souza, 2011), crises econômicas e relações desiguais de poder (Popovic, 2009). Os conflitos entre comunidades nativas e a incapacidade dos líderes de administrar o país e mediar as tensões (Aning, 1999), culminou no afastamento e execução do presidente Tolbert comandado pelo sargento Samuel Doe, líder do Conselho de Redenção Popular (*People's Redemption*

⁴⁰ Tradução livre da autora. No original “*Thus, higher relative status of women within a society allows women to acquire relatively higher human capital and mobilize in horizontal social networks*” (Gizelis, 2011: 527).

⁴¹ Mesmo após a independência, a ligação entre a Libéria e os EUA permaneceu resistente. Exemplos disso são a constituição liberiana inspirada no modelo norte-americano, e a nomeação de um presidente negro nascido na Virgínia (Esteves e Souza, 2011).

Council- PRC), que se tornou presidente em 1985, dando início a um período de ditadura no país (Adebajo, 2002 *apud* Esteves e Souza, 2011).

3.2 A Primeira Guerra Civil Liberiana

No período em que Doe esteve no poder, foram potencializadas diversas disputas étnicas e rivalidades internas, além da exploração de recursos naturais do país de maneira ilícita (Harris, 1999). Segundo Paris (2014), apesar de no início a população nativa ter acolhido o golpe e o novo regime vigente, crendo nas promessas do governante, o autoritarismo, o nepotismo e os benefícios apenas para uma minoria⁴² passaram a trazer insatisfação ao povo. Apesar das tensões internas, as relações com os EUA permaneceram em nome do interesse americano em manter a Libéria como um aliado contra a União Soviética na África, financiando o país com mais de US\$ 500 milhões entre 1980 e 1989 (Howe, 2001 *apud* Esteves e Souza, 2011: 30).

Descontentes com o governo de Doe, em 1989, grupos guerrilheiros compostos por minorias étnicas perseguidas por ele, liderados pela Frente Patriótica Nacional da Libéria (*National Patriotic Front of Liberia - NPFL*) dirigida por Charles Taylor, se rebelaram contra o governo, dando origem à Primeira Guerra Civil Liberiana (Adebajo, 2002 *apud* Esteves e Souza, 2011: 30). Efetivamente, é notável que a história da fundação do país e as razões que desencadearam a primeira guerra são essenciais para compreender os futuros desafios que o país viria a enfrentar, levando em conta a violência cultural e estrutural que ameaçaram diretamente a segurança e a estabilidade da região por muito tempo.

O conflito civil culminou em mais de 200 mil mortes, até mesmo do presidente, e aproximadamente 80% da população se refugiou em países vizinhos (Esteves e Souza, 2011). Desta forma, em 1990, houve a primeira tentativa internacional de intervir no país, liderada pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community Of West African States - ECOWAS*) através do envio de forças de paz lideradas pela Nigéria. O Grupo de Monitoramento da ECOWAS para Cessar-fogo (*Ecowas Cease-fire Monitoring Group - ECOMOG*), composto por aproximadamente quatro mil soldados

⁴² Doe beneficiava o seu próprio grupo étnico, os Krahn, que constituíam 4% da população (Alao, 1998 *apud* Paris, 2014: 90).

da Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa contou com o auxílio da ONU e da Organização da Unidade Africana (Aning, 1999) para efetivar as atividades.

Entretanto, segundo Popovic (2009), embora tenha havido esforços para o cessar-fogo e iniciativas para as negociações, a intervenção foi considerada controversa pela *Human Rights Watch* pois a ECOMOG teria se aliado informalmente às forças beligerantes, acusadas de graves problemas de Direitos Humanos, causando questionamentos quanto a capacidade arbitrária de neutralidade da organização. Desta forma, em 1992, o CSNU estabeleceu o embargo de todas as entregas de equipamentos militares na Libéria por meio da Resolução 788 (Esteves e Souza, 2011) e em 1993, representantes da ECOWAS, da OAU e da ONU assinaram o Acordo de Cotonou, que legitimaria o cessar-fogo (Mutwol, 2009). Em 1994, sob a Resolução 8668, o CSNU definiu a criação de uma Operação de Manutenção da Paz na região, a Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (*United Nations Observer Mission in Liberia - UNOMIL*) (Popovic, 2009).

Os principais objetivos da missão seriam: monitorar o cessar-fogo; fiscalizar o cumprimento do Acordo de Paz de Cotonou e do embargo ao fornecimento de equipamentos militares; monitorar e agenciar recursos para o desarmamento e a desmobilização de combatentes; auxiliar na coordenação da ajuda humanitária; averiguar o processo eleitoral e informar sobre possíveis violações do direito humanitário internacional (S/RES/866 1993). Entretanto, o acordo falhou pelos interesses divergentes entre as partes, além da proliferação de facções étnicas que dificultou o desarmamento (Mutwol, 2009). Nota-se, ainda que o documento não faz qualquer referência às mulheres ou às questões de gênero, e que no primeiro ano da missão, segundo Beilstein (1995), não havia nenhuma mulher dentre os 246 *peacekeepers*⁴³.

Doze acordos de paz, incluindo o Acordo de Accra, foram negociados neste período, mas apenas o Acordo de Abuja II em 1997, assinado por todas as facções armadas da guerra e representantes da sociedade civil conseguiu finalizar o conflito (Paris, 2014; Mutwol, 2009). Neste momento, Ruth Sando Perry foi nomeada presidente do Conselho de Estado da Libéria (Fuest, 2008), configurando uma conquista importante num momento de tensões em que a maioria das mulheres se encontravam em situações de risco no país.

⁴³ Ver tabela completa de 1993 com índices de *peacekeepers* em outras Missões em:

<http://www.un.org/womenwatch/daw/public/w2000/Women2000/Women2000%20Role%20of%20women%20in%20peace-keeping%201995.pdf>

A criação de um governo interino vigorou no período de transição para eleições democráticas, programadas para maio de 1997, e neste momento, a ONU finalizou suas atividades considerando que a sua missão havia sido cumprida com sucesso (Paris, 2014). No mesmo ano, o CSNU criou o Escritório de Apoio à Consolidação da Paz na Libéria (*United Nations Peacebuilding Support Office in Liberia - UNOL*), que juntamente com o governo, favoreceria a “reconciliação nacional e a boa governança” (UN, 2000 *apud* Esteves e Souza, 2011: 31). Com os movimentos para as eleições, as facções em guerra converteram-se em partidos políticos, cuja NPFL tornou-se o Partido Patriótico Nacional (NPP) de Charles Taylor, que com 75,3% dos votos obteve uma vitória esmagadora. A fase que se seguiu foi de relativa calma e esperança para o país (Paris, 2014).

Verifica-se, portanto, que o período que antecedeu a guerra e os posteriores desafios enfrentados são originários de um processo de violência desde a fundação do país. Primeiramente, a violência cultural, que se caracteriza como normas e atitudes sociais restritivas, manifestadas por meio de símbolos culturais como religião, linguagem e ideologia foi ocasionada pela ocupação dos norte-americanos na região já habitada pelo povo nativo⁴⁴. Evidentemente, o processo de repressão e subordinação contribuiu para a construção de relações binárias no país, como superior e inferior, bom e mau, o que influenciou diretamente em manifestações como o machismo e o sexismo e consequentemente em relações desiguais de poder entre homens e mulheres (Oliveira, 2017).

Num segundo momento, a violência estrutural se faz presente na formação liberiana, caracterizada pela distribuição desigual de recursos e poder que gerou oportunidades de vidas desiguais (Galtung, 1971), como pode-se observar as diferenças de possibilidades entre as mulheres Américo-liberianas e as nativas. Esta violência tem como consequências a opressão, injustiça, exploração e pobreza, fatores que influenciam direta e indiretamente na vida das mulheres, enquanto a violência direta manifesta-se em grande escala, a partir de assassinatos, estupros, violência doméstica e torturas, caracterizando-se como um produto da violência estrutural (Galtung, 1971; Oliveira, 2017).

Este *continuum* de violências afeta a vida das mulheres, contribuindo para estereótipos e relações desiguais de gênero e poder que as mantém em posição inferior, marginalizadas perante os processos agenciadores da paz. Portanto, é importante questionar as razões que

⁴⁴ Os grupos étnicos já habitados na Libéria eram: *Kpelle; Bassa; Gio; Kru; Grebo; Mano; Krahn; Gola; Gbandi; Loma; Kissi; Vai; Dei; Bella; Mandingo; e Mende*, representando cerca de 95% da população liberiana (Iroanya, 2008).

levaram as mulheres na Libéria, perante um cenário de conflitos e expostas à um *continuum* de violências, a atuarem de maneira direta nos processos de construção e reconstrução da paz, tonando-se atores importantes e ocupando papéis socialmente associados aos homens.

3.2.1 As mulheres no período da Primeira Guerra Civil

Antes da guerra, falar sobre violência contra a mulher não era um assunto discutido amplamente na Libéria, mas com o passar do tempo e com as consequências negativas para elas advindas dos conflitos, principalmente a violência de cunho sexual, a pauta de gênero atrelada à segurança passou a ser mais explorada, principalmente em organizações locais (Swiss *et al.*, 1998).

A partir disso, uma pesquisa efetuada na capital Monróvia em 1994 com 205 mulheres de diferentes idades (dos 15 aos 70), comunidades, religiões, níveis de educação e *status* econômico, revelou que durante os primeiros 5 anos de guerra civil, 49% delas declararam ter passado por pelo menos um ato de violência física ou sexual. Além disso, 17% afirmam terem sido espancadas, amarradas ou detidas sob guarda armada, enquanto 32% foi revistada pelo menos uma vez e 15% foi estuprada, sujeita à tentativa de estupro ou coagida sexualmente. A pesquisa ainda indicou que as mulheres e meninas que foram forçadas a cozinhar para soldados e combatentes estavam mais sujeitas ao estupro, tentativa de estupro ou coerção sexual do que as que não foram forçadas a cozinhar, e a idade em que essas situações ocorriam era majoritariamente antes dos 25 anos (*ibidem*). Portanto, nota-se que a violência baseada em gênero foi uma realidade durante a Primeira Guerra Civil, cujas mulheres foram alvos de violência sexual, e submetidas a situações em que a cultura do estupro esteve presente como arma de guerra e como demonstração de força e poder.

Fuest (2008) analisa a situação das mulheres nas circunstâncias de conflito na Libéria, afirmando que, com a morte de muitos homens, houve como consequência um aumento da participação feminina nas atividades econômicas, nas quais elas passaram a assumir responsabilidades antes dominadas por eles, como fabricar tijolos, construir telhados e limpar fazendas. Além disso, muitas mulheres passaram a proteger suas famílias de ataques, cumprindo papéis antes ocupados apenas pelos homens na questão da segurança. A autora ainda afirma que para se protegerem de estupros e da morte, algumas mulheres jovens tornaram-se assassinas mais temidas que homens, quebrando o estereótipo da mulher vítima, passiva e pacifista (*ibidem*). De acordo com Theobald (2014), estima-se que mulheres e

meninas soldadas representaram de 30 a 40% dos combatentes de guerra, no total de 25 a 30 mil, um dos mais altos índices do mundo, contribuindo para a perpetuação da guerra e da violência.

Nota-se, portanto, que a lógica da guerra afeta diretamente a vida das mulheres, fazendo-as questionar e ultrapassar convenções e posições sociais predeterminadas. Essa quebra de estereótipos de gênero é visível na história da Libéria, na qual as mulheres foram estimuladas a ocupar posições não tradicionais ou negadas a elas por normas sociais e por um ciclo de violências que as manteve como submissas e inferiores. Os conflitos, no entanto, aumentaram a legitimidade das reivindicações de participação e de poder feminino, nos níveis local e nacional. Os principais movimentos criados neste momento foram a *Liberian Women's Initiative* (Iniciativa das Mulheres Liberianas - IML) e a *Mano River Union Peace Network* (Rede das Mulheres da União do Rio Mano para a Paz - MARWOPNET) em 1994 (Kieh, 2013).

Segundo Popovic (2009), a IML se configurava como uma ação que envolvia mulheres de todos os níveis sociais, independentemente da etnia, religião e condições econômica e educacional, por meio de atividades de negociação e mediação a fim de influenciar a construção da paz. Fuest (2008) afirma que as organizações de mulheres liberianas proliferaram desde a criação da IML (1994), atuando em diversas áreas, desde a produção agrícola, assistência médica, cura de traumas, ao comércio e ativismo pela paz e justiça. A MARWOPNET, seguindo a mesma linha, atuava através de protestos, reuniões diretas com líderes, organizações regionais de segurança e treinamento e conscientização de mulheres nas comunidades (Anderlini, 2004).

Segundo a autora, o aumento do número de organizações se deu pelas experiências femininas compartilhadas, principalmente de violência. Grupos do sudeste como o *Grebo*, *Kru* e *Krahn* organizavam ações coletivas nos anos 1990 para controlar decisões políticas dominadas por homens (Fuest, 2008). De acordo com Kieh (2013), dentre os grupos que atuaram de forma direta para a paz, as instituições religiosas, mesmo que em pequena escala nesta época, prestaram assistência humanitária e auxiliam os ex-combatentes durante os processos de DDR. Durante a Segunda Guerra Civil, no entanto, elas se fizeram presente de maneira mais incisiva, atuando e influenciando diretamente nos processos de paz (*ibidem*). Em comparação aos outros países africanos, o ativismo coletivo de paz feminina na Libéria é

considerado grande e resistente, com alto nível de determinação e militância nas ONGs e nas organizações em prol da paz (Fuest, 2008).

3.3 A Segunda Guerra Civil Liberiana

De acordo com Esteves e Souza (2011), o encerramento da UNOMIL e a ascensão do presidente Taylor culminaram no ressurgimento das tensões no país, dando início à Segunda Guerra Civil Liberiana em 1999. Milícias e grupos rebeldes contestavam o governo e a autoridade do presidente, acusado de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, e passaram a controlar algumas áreas do país (*ibidem*). O cenário de instabilidade, opressão, corrupção e violência resultou em altos índices de criminalidade e desrespeito aos Direitos Humanos, praticados tanto pelo governo, quanto pelos milicianos (Sawyer, 2004). Neste momento, surgem dois movimentos principais de oposição ao governo: Liberianos Unidos pela Reconciliação e Democracia (*Liberians United for Reconciliation and Democracy - LURD*) predominante ao norte, e o Movimento para a Democracia na Libéria (*Movement for Democracy in Liberia - MODEL*) crescente no sul (Sayle *et al.*, 2009).

Verifica-se que todas as medidas adotadas na primeira intervenção internacional não criaram uma paz estável e duradoura, pois não foram gerados mecanismos eficazes para a prevenção de um novo conflito, ignorado a dimensão das questões étnicas e culturais envolvidas no contexto político local, que era um elemento fundamental para promover e alcançar a paz. Segundo Ironya (2008) a politização da ECOMOG abandonou os princípios de neutralidade e imparcialidade do humanitarismo, direcionando a ajuda para grupos específicos, o que também contribuiu para o prolongamento do conflito e para a Segunda Guerra Civil. O cenário de insatisfação e desespero popular deixava evidente os problemas estruturais que a missão da Primeira Guerra Civil não conseguiu resolver como a pobreza extrema, fome e doenças (*ibidem*).

Segundo Esteves e Souza (2011), o caso liberiano revela que a deterioração das condições humanitárias e o ressurgimento dos conflitos internos ultrapassaram as fronteiras nacionais, constituindo-se como uma ameaça para a segurança internacional. Questões como alto nível de deslocamento, pobreza, proliferação de armas e elevado índice de desemprego agravaram a situação complicada na Libéria (*ibidem*). As mulheres enfrentaram as consequências deste

processo, desde a violação dos Direitos Humanos, crianças armadas⁴⁵, grande número de deslocadas e refugiadas⁴⁶, além da violência sexual em grande escala, usada sobretudo como arma de guerra (Moran e Pitcher, 2007).

3.3.1 A Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL)

O crescimento dos conflitos tornou precária as condições de vida na Libéria, e o fortalecimento dos grupos rebeldes fez com que apenas um terço do território nacional continuasse sob o domínio do governo de Taylor (Sayle *et al.*, 2009). O cenário resultou nos esforços da ECOWAS com os EUA para o envio de tropas para a região, e o Secretário-Geral Kofi Annan sugeriu ao CSNU uma nova intervenção internacional no país que seria dividida em três fases: a emissão de tropas da ECOWAS, o envio de força multinacional e o estabelecimento de uma Operação de *Peacekeeping* da ONU (Esteves e Souza, 2011). A deterioração das condições do país, além da pressão internacional, resultou na derrota militar de Taylor, fazendo-o deixar o país e renunciar ao cargo em agosto de 2003 (*ibidem*). Um mês depois, o CSNU estabeleceu a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) (S/RES/1509 2003).

Segundo Esteves e Souza (2011), a nova abordagem da UNMIL baseava-se na reestruturação e agregaria a multidimensionalidade e diversos atores, combinada às reformas das instituições e da infraestrutura estatal, além da condução do processo eleitoral e da realização de programas voltados para o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, a missão deveria trazer estabilidade para a situação da segurança, ajudar as organizações humanitárias, dando suporte para a proteção das pessoas e garantindo o acesso das OIs, ONGs, agências da ONU à população local. Os múltiplos atores passaram a estruturar os esforços para a reconstrução da paz e para a prevenção de conflitos, numa dinâmica cuja sociedade civil e a comunidade internacional passariam a agir de forma mais conjunta (Annan, 2014).

A ONU enxerga que a UNMIL incorporou as orientações normativas, operacionais e institucionais em favor da paz, redefinindo a própria noção do termo – paz – e os caminhos

⁴⁵ Estima-se que 20.000 crianças soldados estavam lutando tanto pelos rebeldes quanto pelo governo durante a Segunda Guerra Civil (Kieh, 2013).

⁴⁶ A maioria dos refugiados e deslocados internos eram crianças e mulheres, que viviam em campos na capital, Monróvia (Kieh, 2013).

para alcançá-la, tornando a assistência ao desenvolvimento e a proteção humanitária os seus pilares (Esteves e Souza, 2011). Além disso, a ONU acredita que a estratégia da multidimensionalidade trouxe à Libéria benefícios importantes como o apoio internacional, que proporcionou projetos e recursos ao país, por meio de Organizações Internacionais, ONGs e principalmente os EUA (*ibidem*).

Segundo Esteves e Souza (2011), tomando como base os seus elementos constitutivos e as etapas estabelecidas pela UNMIL, os empreendimentos determinados no país para a reconstrução da paz fundamentaram-se em ideias liberais democráticos, baseados no livre mercado, cujas agências internacionais estabeleceriam padrões de boa governança que seriam a base da administração pública.

Entretanto, há autores que creem que o modelo implementado, baseado nas premissas da paz liberal são questionáveis, na medida em que as preocupações se concentram em resolver as situações presentes, sem um olhar voltado para os problemas estruturais e com o foco no “local”. O modelo de adesão de políticas “prontas” importadas fizeram parte dos processos de intervenção na Libéria, e as consequências dele, apesar do otimismo da ONU, são contestáveis. Pode-se observar, segundo Lyons (1999 *apud* Paris, 2014: 95), que o Acordo de Abuja e a missão que se seguiu prestou pouca atenção aos problemas estruturais vividos há anos pela Libéria, como a reconstrução das relações sociais, a pobreza, as desigualdades e a violência baseada em gênero. Apesar das eleições terem sido livres, e ter ajudado a criar certa estabilidade a curto prazo, como um todo, não ofereceu condições para uma paz estável e duradoura no país (Paris, 2014).

Portanto, apesar das lacunas existentes para a efetivação plena da paz, segundo Popovic (2009) a UNMIL foi marcada pela significativa inclusão das mulheres nos seus esforços, configurando-se como a primeira Missão de Paz da ONU a incluir um mandato explícito de gênero. A Missão reafirma a importância de incluir a perspectiva de gênero nas operações de paz e na construção da paz pós-conflito, atrelando os seus esforços às premissas da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança e recordando a necessidade de abordar a violência contra as mulheres como instrumento de guerra. (S/RES/1509 2003).

Neste período, o Gabinete de Assuntos de Gênero (OGA) da UNMIL priorizou assuntos como: DDRR, violência baseada em gênero, processo eleitoral e colaboração com a polícia (DPKO, 2005). Os processos de DDRR podem ser considerados significativos para a legitimação do envolvimento feminino, uma vez que a Mulheres Associadas às Forças de

Combate (*Women Associated with Fighting Forces- WAFF*) contribuíram efetivamente, resultando no desarmamento e desmobilização de combatentes, incluindo cerca de 21.000 mulheres e meninas⁴⁷. Em relação a colaboração com a polícia, a OGA auxiliou a Polícia Civil da UNMIL e a Polícia Nacional da Libéria através de treinamentos para questões de gênero e o lançamento de uma Unidade de Mulheres e Crianças na Força Policial Nacional, a fim de construir um ambiente protetivo a elas (OGA, 2010).

Relativamente ao tema da violência contra as mulheres, em 2005, a OGA, juntamente com outros atores⁴⁸ se uniram para o lançamento de uma campanha nacional na Libéria sobre o assunto, priorizando a reforma da Lei do Estupro e a conscientização sobre a violência sexual e de gênero, através de treinamento de profissionais, programas de rádio e projetos culturais nas comunidades. A OGA ainda contribuiu para o processo eleitoral, juntamente com a Iniciativa das Mulheres Cristãs para a Paz (*Christian Women Peace Initiative - CWPI*) e As Liberianas Muçumanas para a Paz (*Liberian Muslims for Peace (LIMWOP)*) sob a bandeira da WIPNET⁴⁹, adotando iniciativas para garantir a representação feminina em 30% nos partidos políticos, além de realizar esforços para o registro de eleitoras, já que originalmente apenas 25 a 30% das mulheres se registraram para votar. A campanha de conscientização resultou em 50% de registros feminino, um total de 7.425 indivíduos, fruto dos trabalhos realizados por 200 mulheres em dez comunidades liberianas (Gbowee, 2009; DPKO, 2005).

3.3.2 As mulheres no período da Segunda Guerra Civil Liberiana: o impacto das *peacebuilders* nos processos de construção da paz

A Segunda Guerra Civil da Libéria foi marcada por intensa violência baseada em gênero (Kember, 2010) e muitos relatos de casos de tortura e estupros que resultaram em uma alta taxa de mortalidade feminina (Vinck *et al.*, 2011). Segundo Ekiyor e Gbowee (2005), as negociações de paz não incorporaram de forma adequada as verdadeiras preocupações e

⁴⁷ Durante o Governo de Transição, em 2003, a WIPNET entrevistou na falta de pagamento aos combatentes pela entrega de armas “*cash for guns*”, resultando em uma reunião com o Presidente Charles Gyude Bryant com o objetivo de pressionar e alertar sobre a coerência dos acordos e as falhas do sistema de pagamento, revelando um exemplo em que as mulheres usaram a advocacia e a conscientização para influenciar os processos de paz e garantir que o DDR fosse efetuada da forma correta (Gbowee, 2009)

⁴⁸ Os atores envolvidos na iniciativa foram: o Escritório de Direitos Humanos, o Serviço de Apoio Legal e Judicial, a Polícia Civil, o Escritório de Informação Pública, o Ministério de Gênero e Desenvolvimento e ONGs nacionais e internacionais (DPKO, 2005).

⁴⁹ Rede de Mulheres que será explorada na próxima subseção.

necessidades das mulheres, além de não reconhecerem os potenciais papéis femininos nas contribuições para a construção e reconstrução da paz pós-conflito. Verifica-se que as guerras impactaram as mulheres liberianas de maneira devastadora, e esse fator, juntamente com a falta visibilidade de suas demandas serviu para motivá-las a construir uma coalizão de paz.

Em reação a esta marginalização, a Rede Ocidental Africana pela Construção da Paz (*West African Network for Peacebuilding* - WANEP) consultou grupos de mulheres, de maioria ligadas a alguma fé e lançou a Rede de Mulheres para a Construção da Paz (*Women in Peacebuilding Network* – WIPNET) com a ajuda de Leymah Gbowee, presidente da organização de mulheres da Igreja Luterana de São Pedro em Monróvia e Comfort Freeman, presidente da Igreja Luterana Nacional de Mulheres na Libéria (Kieh, 2013). Motivada por insatisfações generalizadas advindas principalmente das consequências do conflito, a WIPNET procurou identificar as lacunas em relação às questões de gênero nos processos de paz do país, e de que forma poderia atuar diretamente para influenciar pacificamente na construção da paz (Gbowee, 2009)

Desta forma, em um mês a WIPNET ampliou, apoiando e incluindo a participação das mulheres muçulmanas, que juntamente com as cristãs, organizadas, formaram um grupo de mais de 3 mil mulheres para o lançamento oficial da WIPNET-Libéria, liderada pela militante pacifista Leymah Gbowee (Kieh, 2013). Em 2003, a Rede criou a campanha nacional *Mass Action for Peace*, reunindo mulheres de diferentes etnias, religiões e classes sociais (Bigio e Vogelstein, 2016) com o principal objetivo de se manifestar em favor da paz, através da mensagem “*We want Peace, no more war*” e de pressionar o cessar-fogo (Gbowee, 2009).

Durante as negociações que aconteciam em Gana, sete mulheres representantes – incluindo Leymah Gbowee – de diferentes organizações mobilizaram refugiadas para participarem da campanha, dando início aos protestos (Gbowee, 2009). Como resultado, mais de 200 mulheres se fizeram presentes na entrada da sala de conferências, utilizando cartazes, protestando em favor da paz e bloqueando a passagem dos delegados, exigindo que os líderes das facções assinassem o acordo que legitimasse o fim do conflito (*ibidem*). Durante a reunião, os diplomatas e o principal mediador pediram que as mulheres se retirassem, e elas apenas concordaram nas seguintes condições: deviam parar de insultar as mulheres durante as manifestações; o cessar-fogo deveria ser imediato; não poderia ter nenhuma liderança de

facções em guerra no Governo de Transição, deveriam promover o imediato processo de DRR, incluindo as mulheres e implementar *peacekeepers* e eleições o mais breve possível (Luppino e Webbe, 2011).



Figura 6. Mulheres liberianas em manifestação em frente à Embaixada Americana em julho de 2003. Foto: Pewee Flomoku. Fonte: <https://www.forkfilms.net/downloads/>

Os protestos se estenderam por toda o país, principalmente na capital, através de vigílias e atos em pontos estratégicos como a prefeitura, igrejas, mesquitas, agências da ONU e Embaixadas, enfrentando as tentativas de impedimento por parte das forças armadas do presidente (*ibidem*). As mulheres liberianas se manifestavam de forma pacífica, através de danças, cantos e orações, usando normalmente roupas e lenços brancos em sinal de paz e união (Kieh, 2013), o que as transformavam em uma única força (cf. Figuras 6 e 7).

Durante os esforços, a WIPNET também consolidou o Fórum das Mulheres Liberianas, onde elas poderiam conversar e refletir sobre o desenvolvimento e o progresso das negociações de paz (*ibidem*), o que promovia um espaço e oportunidade de voz, empoderamento e ação política às mulheres. Verifica-se, portanto, neste momento da história da Libéria, a união feminina em prol da paz, que agregou mulheres de diferentes origens e religiões. As ações tornaram-se um marco importante para o ativismo das mulheres liberianas como *peacebuilders* num país cuja trajetória é lembrada pela violência estrutural e cultural desde a sua fundação.



Figura 7. Protesto das mulheres liberianas em Monróvia
Foto: Pewee Flomoku. Fonte: <https://www.forkfilms.net/downloads/>

Kieh (2013) ressalta que o grupo persistiu nas manifestações por meses, conquistando a atenção do país e da mídia internacional, e finalmente, conseguiram um encontro com Charles Taylor e com o principal mediador, o ex-presidente nigeriano, o general Atiku Abubakar. Sob pressão da Comunidade Internacional, da ECOWAS e das mulheres ao governo da Libéria, em junho de 2003 em Accra, o Presidente e as forças beligerantes LURD e MODEL chegaram à mesa de negociações para pôr fim ao conflito de 14 anos (Gbowee, 2009). Como resultado, um Governo de Transição é instaurado no país, em que Gyude Bryant, um homem de negócios é selecionado como presidente interino (*ibidem*).

Os esforços das mulheres ajudaram a chegar no Acordo de Paz Global (*The Comprehensive Peace Agreement - CPA*)⁵⁰, assinalando o fim da guerra civil da Libéria (Bigio e Vogelstein, 2016). Tanto a população como a mídia enaltecera as ações das mulheres durante os processos de conversação, considerando-as uma das forças motrizes por trás do acordo (Gbowee, 2009). As mulheres se preocuparam com a linguagem abordada no CPA, uma vez que era necessário que todas elas nas comunidades pudessem compreender e estar conscientes do seu conteúdo. Em relação a isso, o Centro de Retiro Pastoral do Convento de Santa Teresa, em parceria com a WIPNET, providenciou uma reunião em Monróvia com o objetivo de desmistificar o acordo e determinar medidas para a sua implementação (*ibidem*).

⁵⁰ Ver documento oficial em:

https://peaceaccords.nd.edu/sites/default/files/accords/Liberia_CPA_2003.pdf

Outros grupos de mulheres como a MARWOPNET colaboraram com as conversações, resultando no seu convite para participar das negociações de paz no país e posteriormente solicitada a assinar o acordo como testemunha (Popovic, 2009). O documentário “*Pray the Devil Back to Hell*” conta a história das mulheres liberianas e suas manifestações e conversações de paz durante a Segunda Guerra Civil do país. Durante uma entrevista com os produtores, um dos líderes das facções em guerra relatou que as mulheres eram suas consciências (Gbowee, 2009).

Verifica-se, portanto, o papel de importância das mulheres durante a Segunda Guerra Civil, atuando através de organizações e coalizações em prol da paz, que em um conjunto de esforços, conseguiram influenciar diretamente como *peacebuilders* na chegada de um acordo. O fato que mais chama atenção dentro destes esforços é a união das mulheres independente da religião, classe social ou etnia, em um país marcado por rivalidades étnicas e religiosas.

3.3.3 A participação das mulheres *peacemakers* e *peacekeepers* nos contextos de conflito e pós-conflito

Segundo O’Reilly *et al.* (2015) quando há grupos de mulheres influenciando diretamente os processos de *peacemaking*, é possível afirmar que um número mais significativo de questões é levado à mesa, assim como preocupações mais específicas e concretas. As autoras afirmam que o maior impacto da influência feminina nestes processos está na pressão para o início e para a finalização das negociações (*ibidem*). Desta forma, é possível afirmar que as mulheres na Libéria se mobilizaram fortemente para exigir a assinatura do acordo de paz, além de terem participado de negociações formais como observadoras, sendo assim chamadas de *peacemakers*.

Segundo o estudo *Inclusive Peace & Transition Initiative* (2018), o Acordo de Paz da Libéria assinado em 2003 contou com a participação das mulheres nas seguintes categorias: ação em massa; *status* de observador; consultas não-oficiais; representação direta no período transitório de governo e comissões inclusivas. Em relação a influência exercida por elas, destaca-se: o envolvimento precoce e construção de coalizões; grupos e redes consistentes de mulheres; boa recepção do mediador e das partes em conflito; critérios de seleção mais inclusivos para o período de transição do governo e alta aceitação pública e apoio internacional (*ibidem*).

Nesta conjuntura, a MARWOPNET, liderada por Ruth Sando Perry e Theresa Leigh-Sherman, obteve estatuto de observador formal durante as negociações, sem poder de fala ou voto, e a WIPNET⁵¹ liderou a campanha de ação em massa, influenciando também nas negociações de paz, a partir do contato direto e a participação em consultas informais como mediadoras, o que contribuiu para a assinatura do acordo entre os líderes das facções e o presidente Charles Taylor (Porter, 2007 *apud* Gizelis, 2011: 525).

Em reconhecimento ao importante papel da MARWOPNET em trazer partes à mesa, o grupo foi convidado a participar das negociações formais e tornaram-se signatários (como testemunha) da declaração de paz que resultou no CPA⁵² (Anderlini, 2004). Dentre as testemunhas do Acordo, 17%, incluindo observadores formais de partidos políticos e sociedade civil, eram mulheres (*The Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018) destacando-se nomes como Theresa Leigh Sherman, Mary N. Brownell e Amelia A. Ward (Luppino e Webbe, 2011).

A atuação da MARWOPNET refletiu a vontade feminina que estabeleceu quotas de gênero para que os membros da Assembleia Legislativa de Transição e ajudou na inclusão das questões para o equilíbrio de gênero em cargos eletivos e não eletivos. Essa influência contribuiu de maneira fundamental para a inclusão das mulheres na política do país pós-conflito, num período em que ainda havia grande insegurança para as mulheres (OGA, 2010). Em 2003, a MARWOPNET recebeu o Prêmio da ONU para os Direitos Humanos, em 2004 trabalhou com treinamentos de mulheres para resolução de conflitos, oferecendo educação e auxílio em empreendedorismo e em 2011, mulheres treinadas pela Rede trabalharam como observadoras eleitorais nas eleições do país (*ibidem*).

Desta forma, pode-se afirmar que a WIPNET e a MARWOPNET participaram efetivamente do processo de paz liberiano principalmente como mediadoras informais, facilitando a desmobilização (Gizelis, 2011). Além disso, as mulheres na Libéria puderam contribuir para a criação de estruturas mais consistentes para os processos de transição do governo, como a criação do Ministério de Gênero (*Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018). Portanto, em meio aos desafios enfrentados pelas mulheres nestes processos como o poder limitado

⁵¹ Foi oferecido à WIPNET um assento como observadora para as negociações oficiais. Entretanto, a Rede recusou, afirmando que seriam mais efetivas de maneira informal, além de não quererem competir com a MARWOPNET (*The Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018)

⁵² Ver a assinatura da MARWOPNET no Acordo de Paz em: <https://peacemaker.un.org/liberia-peaceagreementlurdmmodel2003>

de decisão, a falta de financiamento e a natureza heterogênea entre os grupos envolvidos, verifica-se que os grupos de mulheres influenciaram de maneira significativa os processos de *peacemaking* na Libéria, gerando impactos a longo prazo (*ibidem*). Alguns dos resultados desses esforços são a inclusão de questões de gênero e mulheres no CPA e posteriormente um mandato explícito de gênero na UNMIL.

Em relação às mulheres *peacekeepers*, a UNMIL se destaca dentre as missões por ter incluído pela primeira vez na história uma unidade policial exclusivamente feminina de mulheres indianas em 2007. Esta iniciativa é considerada um resultado importante dos esforços voltados para maior inclusão feminina nos processos de resolução de conflitos e na manutenção da paz, tonando-se um modelo para boas práticas no setor de segurança (Popovic, 2009). De acordo com dados de um estudo patrocinado pelo DPKO em 2010, pode-se afirmar que a unidade impactou e inspirou positivamente as mulheres liberianas, fazendo-as a se interessarem mais pelas forças de segurança nacionais, além de trazer maior confiabilidade para a população civil, sobretudo para as mulheres e meninas em relação à violência sexual (Kraus *et al.*, 2011).

Em declaração, o Secretário Geral da época, Ban Ki-moon homenageou o desempenho das mulheres indianas *peacekeepers* na Libéria, exaltando seus esforços e profissionalismo, além de ressaltar sua importância e contribuição para a criação de um ambiente mais seguro, principalmente em relação ao combate à exploração e o abuso sexual (ONU, 2016).

Segundo a UN Women (2016) o aumento do número de mulheres na força policial liberiana foi de 6% em 2007 para 17% em 2016, além de reformas nas Forças Armadas da Libéria que trouxeram maiores oportunidades ao público feminino. A Organização afirma que esforços estão sendo efetuados para que o índice suba para os 30% até 2030. Em referência a este aumento, a ONU afirma que o índice de denúncias contra violência sexual reduz proporcionalmente ao aumento do número de mulheres *peacekeepers* em uma região (*ibidem*).

Esse fenômeno relacional ocorre pois, a presença feminina em forças de *peacekeeping* criam uma espécie de código de conduta para a atuação dos soldados para a paz, sobretudo nas questões de gênero, que surge a partir de experiências compartilhadas e relações de confiança (DAW/ONU/1995). Um estudo da INSTRAW (2010) ainda revela que equipes mistas de *peacekeeping* representam melhor uma sociedade, pois reflete mais satisfatoriamente a realidade.

3.4 Os principais resultados da participação das mulheres na conjuntura político-social liberiana

Segundo um relatório da UNMIL (2010), a incorporação de questões de gênero e a maior inclusão das mulheres na linguagem do Acordo de Paz (CPA) ocorreu em virtude da influência do movimento feminino para a sua efetivação. Portanto, o documento reforça a indispensabilidade da presença de mulheres na Comissão de Reforma de Governança e na Comissão Nacional de Eleições. (S/2003/850). Além disso, afirma-se que na Assembleia Legislativa Nacional de Transição deve-se incluir membros da sociedade civil e grupos de interesse, incluindo Organizações de Mulheres (Artigo 24). No artigo 28, declara-se que as partes devem levar em consideração o equilíbrio de gênero em nomeações eletivas e não eletivas no Governo de Transição, enquanto o artigo 31 considera que na implementação de programas para a reconstrução e desenvolvimento do país, deve ser mantido o equilíbrio entre homens e mulheres nas responsabilidades (*ibidem*). Sobre a questão da segurança, o acordo dá especial atenção à questão da reabilitação de grupos vulneráveis ou vítimas da guerra como mulheres, crianças, idosos e deficientes (Bell e O'Rourke, 2010).

A ação e influência das mulheres garantiu a inclusão de um Ministério de Gênero no Governo de Transição e a nomeação de Ellen Johnson Sirleaf como chefe da Comissão da Reforma da Governança (*Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018). Portanto, segundo Fuest (2008), o Acordo de Paz pode se destacar pela inclusão ainda que inespecífica de questões de gênero, e este fato mostra-se como o início de iniciativas políticas mais concretas que prosperaram com a eleição de Ellen Johnson Sirleaf para presidente.

Em 2005, através de eleições livres e justas, Sirleaf é eleita na Libéria com mais 50% de eleitores do sexo feminino, tornando-se a primeira presidente mulher nomeada democraticamente na África (OGA 2010). Em seu mandato, o Gabinete incluiu cinco mulheres para ministras em cargos estratégicos, 21 como ministras adjuntas, além de 28 em nomeações executivas não tradicionais (OGA, 2010). O fato, de acordo com Gbowee (2009) evidencia a capacidade do país de desconstruir estruturas patriarcais que mantiveram as mulheres em posições de marginalização ao longo da história liberiana.

Dentre as iniciativas realizadas no final do segundo conflito civil sobre questões da mulher, paz e segurança, estão a implantação de um maior número de organizações de mulheres envolvidas em atividades de educação, subsistência e advocacia; campanhas para enviar meninas para a escola; fornecimento de bolsas para mulheres e meninas; aumento do número

de mulheres envolvidas nas ações de advocacia; maior envolvimento feminino no saneamento, gestão de resíduos, agricultura sustentável (arroz) e atividades de microfinanças (Popovic, 2009). Além disso, dentre as políticas de gênero apoiadas pela presidente, está a Reforma no Setor de Segurança (RSS), que definiu uma meta de atingir 20% de mulheres tanto no exército quanto na força policial (*ibidem*).

Além disso, pode-se afirmar que a aprovação da Resolução 1325 trouxe contribuições diretas para a Libéria, principalmente com uma mulher na presidência, que passou a incorporar pautas de gênero e incluir mulheres na política de maneira mais firme. No mesmo ano da eleição, a Comissão da Verdade e Reconciliação adotou mecanismos para abordar questões de gênero, como: considerar com mais vigor as experiências das mulheres; dar maior atenção à violência baseada em gênero e à segurança feminina; empregar especialistas em direito das mulheres e se atentar à recuperação psicológica das mulheres e sua reintegração social (*Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018).

Em relação à legislação e às políticas nacionais, a participação das mulheres pode ser considerada relevante por exemplo em relação ao estupro. Antes de 2006, apenas o estupro coletivo era considerado uma ofensa por lei, e depois, com um grande movimento das mulheres liderado pela Associação de Advogados do Sexo Feminino da Libéria (*Association of Female Lawyers of Liberia - AFELL*) foi formulado um projeto de lei que aborda o estupro em diferentes vertentes antes negligenciadas, além de punir o agressor por sete anos de prisão (Gbowee, 2009). Além disso, em reconhecimento às contribuições oferecidas pela ativista Leymah Gbowee e pela presidente Ellen Johnson Sirleaf para o país e para as mulheres liberianas para a construção da paz, ambas receberam o Prêmio Nobel da Paz em 2011 (Luppino e Webbe, 2011).



Figura 8. Tawakkul Karman, Leymah Gboee e Ellen Johnson Sirleaf recebendo o Prêmio Nobel da Paz em 2011. Fonte: Harry Wad Photo

3.5 O Plano Nacional de Ação da Libéria e a implementação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança

Popovic (2009), afirma que após 14 anos de conflito civil na Libéria, o país conseguiu estabelecer um governo eleito democraticamente, preocupado com a paz e com a igualdade. A eleição de Ellen Johnson Sirleaf em 2005, sendo a única nação africana com uma chefe de Estado do sexo feminino, revela uma vontade política favorável às questões de gênero, além da criação de um Plano Nacional de Ação para a implementação da Resolução 1325 lançada no Colóquio Internacional sobre Empoderamento das Mulheres, Desenvolvimento da Liderança, Paz e Segurança Internacional em março de 2009 em Monróvia (OGA, 2010).

O governo da presidente Sirleaf planejou a implementação da 1325 em colaboração com a comunidade internacional e organizações da sociedade civil, incluindo a promoção dos Direitos Humanos de todos. Para isso, a confecção de um documento foi elaborada a partir de uma introdução das questões relativas ao gênero, paz e segurança em conjunto com o planejamento de ações lideradas pelo Ministério do Gênero e Desenvolvimento⁵³ (Popovic, 2009).

De acordo com o OGA (2010), o PNA destina-se em atender as mulheres e meninas em suas necessidades e interesses pós-conflito através de políticas e projetos a médio prazo. Portanto, os objetivos gerais do Plano incluem a permissão das mulheres para a sua participação efetiva nos processos de construção da paz em todos os níveis de tomada de decisão; a fortificação de políticas e procedimentos de proteção às mulheres, em relação à segurança, aos Direitos Humanos e à violência baseada em gênero e o fornecimento de serviços sociais às mulheres e meninas: justiça social, saúde e educação (Popovic, 2009). Segundo Luppino e Webbe, (2011), o Plano foi criado em parceria com o Plano Nacional de Ação da Violência Baseada em Gênero e a Política Nacional de Gênero, a fim de fomentar estratégias para a igualdade de gênero e o combate à violência.

Em conjunto com o *International Alert, Office of the Gender Advisor* da UNMIL e outras agências da ONU e organizações da sociedade civil, o UN-INSTRAW auxiliou o Ministério do Gênero e Desenvolvimento nos procedimentos de liderança do seguimento do PNA da Libéria (LNAP) para a implementação da Resolução 1325 (Popovic, 2009). Além disso,

⁵³ O Ministério de Gênero e Desenvolvimento serve como o veículo principal em todos os assuntos que afetam a proteção, promoção, participação e promoção das mulheres na Libéria, e coordena os esforços de integração de gênero (OGA, 2010).

participaram as partes interessadas da sociedade civil, incluindo representantes de ONGs locais, comunitária e internacionais, organizações religiosas e instituições de mídia, e ainda representantes do setor privado, agências da ONU, departamentos da UNMIL e membros da comunidade de doadores. Em 2006, a INSTRAW publicou o *Security Equality, Engendering Peace*, um guia para planejar políticas sobre mulheres, paz e segurança a fim de apoiar a efetiva implementação da 1325 na Libéria (*ibidem*).

Dentre as questões abordadas pelo PNA estão: a conscientização (muitas pessoas não sabem o que a Resolução significa para os avanços, agência e empoderamento feminino); abrangência (inclui a situação das mulheres liberianas perante as questões da paz e da segurança); coordenação e coerência (ressalta a importância do Ministério de Gênero e Desenvolvimento como a principal agência de coordenação de políticas e atividades em prol das mulheres, além de reforçar o processo de participação e inclusão das partes interessadas); prestação de contas (reforça as responsabilidades de todas as partes, incluindo o governo, o setor privado e a sociedade civil); monitoramento (confecção de relatórios e indicadores para a efetivação dos esforços e responsabilidades); recursos sustentáveis (orçamento adequado para a efetivação do plano e identificar necessidades nos financiamentos) (*ibidem*).

3.5.1 O PNA da Libéria e a Resolução 1325 sob o paradigma da paz liberal

Repensando o termo “hibridismo”, que segundo Ginty (2010, 2011) significa a cooperação entre atores locais e internacionais através de diversos agentes, estruturas e redes de promoção da paz, pode-se analisar criticamente o estudo de caso da Libéria sob uma perspectiva em torno deste termo naquilo que permeia a incorporação da Resolução 1325 e o Plano Nacional de Ação da Libéria. O hibridismo, de acordo com Ginty e Richmond (2015), seria uma maneira de entender os resultados do processo de *peacebuilding*, e as consequentes interações complexas entre o local e o internacional e suas relações de poder.

No entanto, quando testado o modelo de hibridismo no contexto da elaboração do PNA liberiano, verifica-se relações desiguais na construção da paz, principalmente as relações de gênero (Ryan e Basini, 2017). O PNA revela-se como um bom exemplo para compreender o hibridismo e as relações de poder, pois ele representa uma política baseada no modelo neoliberal que tenta influenciar um ambiente em situação de pós-conflito (Ginty, 2010, 2011).

Segundo Ryan e Basini (2017), a Resolução 1325 seria um elemento construtor da paz impulsionado internacionalmente, e, portanto, imbuído de poderes e relações de gênero tanto em sua base constitutiva, quanto em suas dimensões discursivas e conceituais pautadas na ONU. Consequentemente, essas relações influenciam os processos entre o local e o internacional, em que a agenda da paz liberal introduzida à Resolução supõe que a comunidade internacional seja sinônimo de paz e que o local em conflito e pós-conflito seja um “problema” que precisa ser solucionado por eles (*ibidem*).

Portanto, segundo Shepherd (2009), a 1325 reconhece que o CSNU é o “guardião” para a verdadeira inclusão das mulheres e os seus interesses para a construção da paz, e que ainda assume o papel de proteger as mulheres vítimas e vulneráveis das consequências da guerra e da violência. Essa lógica, que a premissa neoliberal cria, de superior *versus* inferior, reforça a origem da violência nas esferas internas, tonando-se uma ameaça para a segurança das mulheres, o que legitima uma razão para a intervenção internacional.

Desta forma, ao reconhecer a interação entre os atores envolvidos nos processos de construção da paz em todos os níveis, verifica-se que os grupos locais são incentivados e praticamente forçados a aceitar e a cumprir um projeto de paz liberal (Ryan e Basini, 2017). Essa lógica imposta pelo “internacional” ao “local” é problemática no sentido que fica determinado quem e como os atores devem participar dos processos de paz, colocando em risco as relações de poder de gênero (Ginty, 2010).

Ryan e Basini (2017) analisam o conceito de hibridismo neste sentido, afirmando que dentro desta lógica, apesar do poder circular entre os atores, não se sabe como alguns deles são capazes de participar da construção da paz, enquanto outros são marginalizados. Cohn (2004) reconhece os esforços e o ativismo desempenhado na construção e aprovação da Resolução 1325. Entretanto, a autora questiona a agenda do documento, enfatizando a reafirmação da proteção e participação das mulheres nos processos de paz e a negligência em não abordar políticas práticas de agenciamento e poder feminino.

Nesta conjuntura de análise, Ryan e Basini (2016) avaliam a implementação do Plano Nacional de Ação na Libéria. Em conjunto com organizações da sociedade civil, grupos de mulheres locais e ministérios do governo, apesar de não ter havido um relatório final em quatro anos, o PNA resultou em algumas conquistas: mais mulheres no setor de segurança, em cargos de tomada de decisão e nos processos de construção da paz e resolução de conflitos; melhorou o empoderamento social e econômico das mulheres e ofereceu

informações sobre proteção, direitos e segurança ao público feminino. Levar em consideração quem participou do PNA é importante pois as relações de gênero e poder já existentes no país revelam como os atores internacionais ajudaram a moldar essa participação. No caso liberiano, os grupos que estavam mais ligados a alguma ONG internacional tiveram maior oportunidade de participação (*ibidem*).

De acordo com Ginty (2011), o modelo do hibridismo permite que os agentes da paz liberal imponham formas de aceitação à intervenção em nome da paz, e o PNA é um exemplo disso oferecido pela ONU para a implementação da Resolução 1325. Desta forma, os Estados foram fortemente encorajados a elaborar os seus próprios planos, porém baseando-se precisamente nas premissas da 1325. Esse processo de encorajamento e incentivo se inicia na ONU, propagando-se para os seus órgãos e agências especializadas, inclusive a própria missão das Nações Unidas. A OSAGI alega que os PNAs são a única maneira de reconhecer o potencial papel da mulher em contribuição para a paz, ignorando a capacidades locais por si só de construção de um ambiente pacífico (Ryan e Basini, 2016).

O Estudo Global de 2015 sobre a implementação da 1325 declara que o PNA é um instrumento fundamental para a responsabilização dos Estados-membros no respeito às suas obrigações (UN Women, 2015 *apud* Ryan e Basini, 2016: 193). Portanto, entende-se, que adotar um PNA, que está em conformidade com a Resolução 1325, significa alinhar-se à ONU e, portanto, adquirir reconhecimento internacional.

Sabe-se que vários atores agiram de forma conjunta para a efetivação do PNA, inclusive em construção de manuais sobre como desenvolvê-lo (INSTRAW, 2006). Essa combinação de incentivos ocorre em diferentes esferas, em que as ONGs por exemplo, podem influenciar e exercer poder sobre grupos locais de mulheres, incentivando a colaboração com a agenda proposta pela ONU. Na Libéria, os incentivos ocorrem normalmente por meio de prestação de ajuda (Ryan e Basini, 2016).

O poder de aceitação do PNA na Libéria ocorreu de forma satisfatória, uma vez que a existência de uma missão da ONU já instalada, confirma a sua autoridade e legitimidade. Nota-se, portanto, segundo as autoras, que para alguns grupos de mulheres, o desenvolvimento do Plano ocorreu de forma inclusiva, enquanto para outros não, concluindo que os grupos localizados na capital, que tinham relações estreitas com a Resolução 1325 e parceiros de ONGs internacionais, possuíam maior comunicação com o Ministério de Gênero e Desenvolvimento e com a comunidade internacional (*ibidem*).

Essa acessibilidade ou não dos grupos de mulheres aos recursos e privilégios, advém do alcance ao “internacional”, o que quer dizer que, grupos que se alinham aos de “fora”, possuem maior oportunidade de atingir participação e vantagens na produção e implementação do PNA e conseqüentemente nos resultados dele a médio prazo (Pratt e Richard-Devroe, 2011). Essas divisões, no entanto, promovem relações desiguais de gênero nos setores público e privado, fazendo os grupos mais próximos aos “internacionais” terem seus discursos sobre mulheres, paz e segurança legitimados, enquanto outros são marginalizados (Ryan e Basini, 2016).

Desta forma, reconhecendo as intervenções da paz liberal e a deslegitimação de muitos discursos, grupos de mulheres locais, ministros e ministérios se engajam na resistência da implementação do PNA na Libéria, o que pode ser um fator que limita a efetivação de políticas do Plano. A propensão de atores locais em se contrapor ao modelo de intervenção é um fator importante, que demonstra o seu poder diante da ação internacional (*ibidem*). Ginty (2011) declara que os atores locais têm a capacidade de criar alternativas para a paz, a partir de movimentos próprios, advindos por exemplo dos costumes e tradições, se manifestando contra a subordinação à paz liberal. Desta forma, esses movimentos não se encontram com os atores externos, e muitas vezes são despercebidos pelo “internacional” (*ibidem*).

No entanto, a construção da paz pode ocorrer nestas conjunturas alternativas, como o movimento de mulheres no período da segunda guerra civil liberiana, através de manifestações pacíficas que uniu diferente religiões e etnias, levando as partes beligerantes à negociação. Esses grupos de mulheres, mesmo após a chegada do acordo continuaram envolvidas com a construção da paz (Ryan e Basini, 2016). Tais iniciativas demonstram que na Libéria, as mulheres souberam se organizar, reconhecendo seu potencial papel na construção da paz e na segurança, da sua maneira, utilizando dos meios e recursos disponíveis, sem que o “internacional” lhes dissesse o que era importante. Portanto, a informalidade dos encontros e esforços colocavam como prioridade as experiências femininas do dia-a-dia (Sylvester, 2013), levando em conta o *continuum* de violências que as afetava direta e indiretamente.

O PNA seria então, uma forma da Libéria se vincular e se comunicar com a comunidade internacional, mostrando o cumprimento da implementação da Resolução 1325 e ganhando notoriedade nacional e internacional perante às questões de gênero pós-conflito. Entretanto,

o que se observa, é que a agenda internacional pode não condizer com a realidade local, adotando uma política própria, global, que não aborda de fato as questões das mulheres liberianas (Ryan e Basini, 2016).

Desta forma, é possível que o PNA possa beneficiar mais os interventores e os doadores internacionais do que as mulheres locais, e também é possível que o Plano coloque como prioridade alguma questão, potencializando os recursos e financiamentos para tal, negligenciando as demais, como é o caso da primazia da violência baseada em gênero e o descaso pela promoção da liderança e empoderamento feminino na política, economia e programas de construção da paz. Essa lógica reforça a ideia do Estado protetor e da mulher vulnerável sem poder e agenciamento, perpetuando estereótipos de gênero, negligenciando as inúmeras necessidades femininas e suas potenciais contribuições para a paz (*ibidem*).

Após a guerra civil liberiana, o cenário do país era caracterizado por desigualdades, instabilidade, fraqueza do governo e recursos muito limitados. Portanto, a agenda para Mulheres, Paz e Segurança do PNA é frequentemente colocada em segundo plano em detrimento de assuntos “mais urgentes”. No entanto, não se pode negar, que existem mulheres trabalhando para levar o PNA a diante, mesmo com as inúmeras barreiras encontradas. E ainda existem outras mulheres, que resistem ou até mesmo ignoram a agenda do PNA, agindo por si, em organizações locais. Pode-se afirmar, que mesmo antes da implementação da 1325, as mulheres liberianas, sem ter plena consciência disso, estavam auxiliando fortemente a construção da paz no país sem uma intervenção da paz liberal (*ibidem*), e pela união e o empoderamento são lembradas como atores importantes no processo de resolução de conflitos da Libéria.

No entanto, vale ressaltar, que a situação geral, as condições de gênero e a participação das mulheres na promoção da paz e da segurança na Libéria atualmente sofrem barreiras importantes. Em 2009, no ano da implementação do PNA, o país ainda sofria as consequências da guerra, como: altas taxas de violência sexual, recrutamento de crianças e a proliferação de doenças como SIDA (Popovic, 2009). Segundo a pesquisa “*The Inclusive Peace & Transition Initiative*” promovida pelo *The Graduate Institute of International and Development Studies* (2018), com uma população de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas, a Libéria ocupa a posição de um dos países mais pobres do mundo, além de estar entre aqueles com um dos maiores Índices de Desigualdade de Gênero. Verifica-se que o PIB do país aumentou, porém, não há muitas evidências de que a situação geral tenha

melhorado de forma significativa, principalmente a vida das mulheres fora da capital (Luppino e Webbem 2011).

Apesar das realizações louváveis que incorporaram com mais vigor as questões de gênero e incluíram as mulheres nos processos de paz, a representação política feminina ainda continua baixa e a violência baseada em gênero perpetua no país (Luppino e Webbem 2011). Segundo Isbell e Jacobs (2017), apesar da aclamação internacional pelo cargo e as políticas de Sirleaf, a população liberiana se sente dividida em uma pesquisa de opinião feita em 2016 e 2017. Os autores afirmam que apesar dos esforços para a inclusão das mulheres e das pautas de gênero no poder público, muitos entrevistados afirmam que a situação econômica do país permanece complicada, principalmente em relação à falta de emprego, infraestrutura, educação e agricultura, refletindo diretamente na vida das mulheres. Com esses fatores em situação emergencial, as pautas de gênero são normalmente negligenciadas ou colocadas em segundo plano (*ibidem*), o que deixa as mulheres liberianas dependentes da vontade política.

Conclusão

Em termos multidimensionais, o prisma feminista de Relações Internacionais surge redefinindo segurança como um processo, e não como um ideal, em que as preocupações com as desigualdades estruturais, as relações de poder e as hierarquias de gênero se tornam os elementos prioritários para atender ao indivíduo e ao comunitário, diferentemente das teorias tradicionais que preconizavam somente o Estado. Os questionamentos das correntes Feministas de R.I. perpetuaram desde à questão da marginalização feminina no âmbito da segurança, às complexas e múltiplas violências (direta, estrutural e cultural) que afetavam a vida das mulheres em tempos de guerra e paz formal.

Assim, os estudos feministas passam a incorporar o gênero como uma categoria de análise, compreendendo que as diferenças de gênero são uma construção social e cultural presente em todas as dimensões da vida pública e privada onde o poder, a autonomia e a racionalidade estão associados às normas de masculinidade construídas e perpetuadas. Desta forma, compreende-se que as desigualdades entre os homens e as mulheres, e as relações de poder que se estendem a ela, colaboram para a insegurança em todos os níveis, em que estruturas patriarcais e hierárquicas coexistem nos níveis local e internacional.

Os processos de resolução de conflitos, no entanto, passam a desenvolver com mais vigor estratégias multiníveis nos anos de 1990, a partir de um cenário de emergências complexas que demandam pela ampliação da agenda internacional, incluindo novos temas, como meio ambiente, Direitos Humanos, humanitarismo, identidade e gênero. Assim, os processos de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding* tornam-se estratégias de intervenção que procuravam incorporar medidas para a construção e manutenção da paz. Entretanto, as mulheres permaneceram às margens desses processos, julgadas por estereótipos que dificultavam a sua efetiva inclusão nos âmbitos militar, de negociação e como agentes nos períodos de conflito e pós-conflito. Os obstáculos e avanços encontrados para a participação das mulheres nos processos de paz são incorporados às análises sobre o papel das Nações Unidas e a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, que configuraria pela primeira vez a interrelação entre as ideias de desenvolvimento, paz, segurança e Direitos Humanos, associado diretamente às questões de gênero.

Frente aos elementos expostos, a conclusão desta dissertação remete aos objetivos, à pergunta de partida e à hipótese formulada na introdução. Portanto, levando em conta primeiramente os objetivos, considera-se que eles foram atingidos, na medida em que houve a ampliação do conhecimento sobre a participação das mulheres nos processos de paz. Isso se deu a partir de uma abordagem teórica, através de debates entre autores e correntes distintas; qualitativa, incorporada sobretudo por uma ampla revisão bibliográfica e documental e uma breve exposição de dados quantitativos, por meio de gráficos que puderam ilustrar os índices da participação das mulheres nos três níveis do processo de resolução de conflitos; e, por fim, a utilização do estudo de caso da Libéria, que pôde incorporar todos os elementos essenciais para a análise, desde o “triângulo das violências” e as potenciais contribuições das mulheres para a construção da paz, às implicações da Resolução 1325, principalmente através do Plano Nacional de Ação.

Considerando sucessivamente a pergunta de partida, propõe-se respondê-la segundo a coexistência dos conhecimentos teóricos do Capítulo 1, do desenvolvimento exploratório e crítico do Capítulo 2 e o estudo de caso do Capítulo 3. Portanto, segue a pergunta: “Visto que a Resolução 1325 marca um novo período de esforços internacionais voltados para as questões de gênero, paz e segurança, é possível afirmar que a sua implementação contribuiu de fato para a incorporação e participação das mulheres nos processos de paz?”. Diante desta indagação, propõe-se expor quatro questões que contribuem de maneira fundamental para respondê-la.

Em um primeiro momento, deve-se considerar o meio pelo qual o documento foi formulado, aglomerando interesses e demandas de inúmeros atores, desde a UNIFEM e as agências especializadas da ONU às ONGs e a sociedade civil. Essa preocupação em incorporar sujeitos e elementos multiníveis advém principalmente da demanda feminista, iniciada no florescimento dos movimentos acadêmicos e sociais, em que as mulheres reivindicaram por maior participação nas questões referentes à paz e à segurança. Portanto, pode-se afirmar, que houve a participação de mulheres de diferentes âmbitos e níveis na formulação da Resolução.

Em um segundo momento, deve-se levar em conta que a 1325 faz parte de um instrumento de governação internacional inerente ao sistema da ONU, que possui um viés conservador baseado nas premissas da paz liberal, face à implementação de uma engenharia social de programas e práticas verticalizados. De acordo com a análise dos elementos constitutivos da Resolução na subseção 2.4.2, conclui-se que, ao apresentar o termo “gênero” em equivalência à “mulheres” e fazendo dos homens atores omissos da 1325 referindo-os principalmente como autores de violência (combatentes e promotores de violência sexual) e protetores (das mulheres e crianças), o documento cria uma ordem binária de masculino e feminino, a partir de sistemas de hierarquia e poder.

Desta forma, o essencialismo de gênero criado em suas premissas, define as mulheres como vulneráveis, mães, civis e necessitadas de proteção, o que justamente as teorias feministas pós-positivistas criticam, gerando debates sobre essa naturalização de estereótipos que limita e legitima papéis das mulheres e dos homens na sociedade e nos contextos de conflito. Além disso, a Resolução ainda peca por mencionar brevemente o papel das mulheres na prevenção da guerra e por não fazer menção direta a elas ao fim do conflito.

Abordagens que ligam as mulheres diretamente aos papéis socialmente vinculados ao feminino, confirmam a lógica minimalista da 1325, que normaliza relações desiguais que dificultam e subestimam as suas capacidades para contribuir para a paz, assim como de perpetuar a violência. Vale ressaltar, que a ausência de cláusulas antimilitaristas e de abordagens sobre masculinidade e masculinidade militarizada, negligenciam os perigos de um *continuum* de violência, que perpetua desde a violência armada à violência sexual em períodos de conflito e de paz formal. Percebe-se também que a Resolução reforça a ideia do conceito de segurança estar vinculado a uma relação do centro para a periferia, em que o

centro, o “internacional”, protege e oferece a igualdade de gênero à periferia, “o local”, cumprindo a demanda de produção e consumo do ideal neoliberal.

Em terceiro lugar, deve-se considerar, como demonstrado na subseção 2.4.3 sobre os resultados parciais da implementação da 1325, que ela trouxe contribuições positivas para a maior visibilidade das questões de gênero e para o aumento da participação das mulheres nos processos de paz. Isso está associado a uma série de razões expostas em tal subseção, que são resultados de uma atmosfera de esforços, como políticas específicas de gênero, importantes posições políticas ocupadas por mulheres, a criação de uma unidade de coordenação das questões de gênero formada pela DAW, INSTRAW, OSAGI e UNIFEM e os Planos Nacionais de Ação.

A quarta, e última questão, baseia-se nos resultados obtidos a partir do estudo de caso da Libéria, país marcado por uma história de violências (direta, estrutural e cultural), em que as mulheres, unidas em diferentes religiões, etnias, culturas e níveis de educação, influenciaram e contribuíram para o fim do conflito civil em 2003, principalmente como *peacebuilders*. Após a assinatura do acordo de paz, a Missão da ONU na Libéria integrou em suas dimensões estratégicas, um mandato explícito de gênero para solidificar as recomendações da Resolução 1325 e proporcionar a participação feminina nos processos de reconstrução da paz. Além disso, em 2009, o Plano Nacional de Ação da Libéria, elaborado por atores internacionais e locais foram incluídos nas políticas do país, a fim de institucionalizar e reforçar as premissas da 1325.

Enxergando a trajetória liberiana de maneira superficial, pressupõe-se que a implementação da 1325 e do PNA ocorreram com sucesso. Isso é evidenciado a partir de resultados satisfatórios a curto prazo, como a incorporação de questões de gênero e a inclusão de mulheres na linguagem do Acordo de Paz (CPA) e a nomeação de Ellen Johnson Sirleaf para a presidência e o consequente aumento do número de cargos ocupados por mulheres, dentre outros pontos destacados nas seções 3.4 e 3.5.

Todavia, quando se analisa a aplicação do hibridismo, ou seja, a cooperação entre os atores locais e internacionais no que diz respeito à implementação do PNA liberiano, uma análise mais profunda revela que o documento, sendo um produto da 1325, também se baseia nas premissas da paz liberal, fomentando uma engenharia social verticalizada que inclui relações de poder e de gênero desiguais, pautada na ideia de que o “local” necessita de um modelo de paz para que ela exista.

Levando em consideração as quatro questões abordadas acima, a resposta para a pergunta de partida é a seguinte: a 1325 evidentemente muito contribui para a maior implementação das questões de gênero vinculadas à paz e à segurança, como mostram os resultados parciais do documento na subseção 2.4.3. Ela se revela, sobretudo como um elemento de importância simbólica, que legitima a vinculação das questões de gênero e a participação das mulheres à construção e reconstrução da paz. Entretanto, a 1325 deixa lacunas significativas que devem ser observadas, advindas da sua base constitutiva na premissa da paz liberal que reflete nas suas dimensões discursivas e conceituais e como consequência na posterior implementação de possíveis Planos de Ação. Desta forma, a Resolução se apresenta como um instrumento político que tem a possibilidade de alterar estruturas e efetivar esforços, mas que se limita mantendo um olhar verticalizado para o “local”, ignorando as experiências e a historicidade daqueles que lá se encontram.

Portanto, ao testar a hipótese proposta: “Após a aprovação da Resolução 1325 as mulheres passaram a ter maior representação, participação e agência nos processos de resolução de conflitos”, pode-se concluir que sim, que houve um aumento no número de mulheres nos processos de paz, porém esses índices ainda permanecem baixos e bastante insatisfatórios como apresentado nos gráficos ao longo do Capítulo 2. Apesar das políticas de incentivo para a maior incorporação das mulheres, não há um verdadeiro olhar para o “local” e para os problemas estruturais, dificultando de maneira impactante o crescimento destes números.

Assim, pode-se concluir a partir do estudo de caso da Libéria que, se o PNA resultou em avanços satisfatórios a curto prazo, a médio prazo ele já deixa a desejar. Analisando a situação atual do país, quase dez anos após a sua implementação, verifica-se, que apesar do financiamento externo e outras formas de assistência, a Libéria encontra-se entre os países mais pobres do mundo, ocupando o 177º lugar dos 188 países do *ranking* de IDH apurado pelo UNDP (2016). Em relação ao Índice de Desigualdade de Gênero, o país ocupa o 150º lugar entre 159 países consultados pelo mesmo órgão. A violência baseada em gênero, a desigualdade entre homens e mulheres, a pobreza extrema e a proliferação de doenças, ainda se constituem como problemas enraizados que devem ser combatidos a partir da vontade política do governo em potencializar e direcionar seus recursos e a ajuda externa.

A lição aprendida com o estudo de caso liberiano é a potencialidade da construção da paz pelas mulheres civis, independente de um paradigma externo e predefinido. Suas motivações surgiram de um *continuum* de violências, razão esta que as uniu apesar das diferenças

religiosas, éticas e culturais. Os movimentos informais das mulheres liberianas concretizaram ações efetivas que influenciaram a assinatura do acordo que pôs fim o conflito civil de 14 anos. Essas mulheres implementaram as diretrizes da 1325 sem estarem cientes disso, através de um ativismo pacífico, em que seu único objetivo era cessar a guerra e combater a violência direta e estrutural.

Desta forma, conclui-se que os espontâneos movimentos femininos locais provaram que a sua participação, que se dá especialmente por sua condição de implicação direta e intrínseca neste ambiente, é fundamental para a construção da paz em países em conflito. Portanto, para que Resoluções como a 1325 e planos de ação como PNA liberiano tenham resultados significativos, os esforços para a construção da paz devem se voltar para as forças locais, que mais do que ninguém, sabem das suas reais condições e necessidades.

Referências Bibliográfias

Anderlini, S. N. (2004) “Peace negotiations and agreements” in International Alert, Women Waging Peace (eds.) *Inclusive Security, Sustainable Peace: A Toolkit for Advocacy and Action*. London. 16-32.

Aning, Emmanuel K. (1999) “Security in the West African Subregion: an Analysis of ECOWAS’ Policies in Liberia” *Institute of Political Science*. Copenhagen.

Annan, N. (2014) “Violent Conflicts and Civil Strife in West Africa: Causes, Challenges and Prospects. Stability” *International Journal of Security & Development*. 3(1), 1-16.

Beilstein, J. (1995) *Women 2000: The role of women in United Nations peacekeeping*. New York: Division for Advancement of Women (DAW).

Bell, C. (2015) *Text and Context. Evaluating Peace Agreements for their ‘Gender Perspective’*. Endinburgh: Global Justice Academy, UN Women.

Bell, C.; O’Rourke C (2010) Peace agreements or ‘Pieces of Paper’? The impact of UNSC Resolution 1325 on peace processes and their agreements. *International and Comparative Law Quarterly*. 59(4), 941–980.

Bigio, J.; Vogelstein, R. (2016) “How Women’s Participation in Conflict Prevention and Resolution Advances US Interests” *Council on Foreign Relations*.

Blanchard, E. M. (2003) “Gender, international relations, and the development of feminist security theory” *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. 28(4), 1289-1312.

Bloom, Shelah (2008) “Violence against Women and Girls: A Compendium of Monitoring and Evaluation Indicators”. *Measure Evaluation*. North Carolina.

Boutros-Ghali, B. (1992) *An agenda for peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping International Relations*. New York: United Nations, <http://www.un-documents.net/a47-277.htm> [05 de janeiro de 2018].

Brahimi, L. (2000) *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305 [05 de janeiro de 2018]

Brock-Utne, B. (2009) "A gender perspective on peace education and the work for peace" *International Review of Education*. 55(2-3), 205-220.

Buhaug, H.; Lujala, P. (2005) "Accounting for scale: Measuring geography in quantitative studies of civil war" *Political Geography*. 24(4), 399-418.

Bull, Hedley (1977) *The Anarchical Society*. London: MacMillan Press.

Cardona, I. et al. (2012) *From the ground up: Women's roles in local peacebuilding in Afghanistan, Liberia, Nepal, Pakistan and Sierra Leone*. ActionAid International, Institute of Development Studies and Womankind Worldwide. http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/from_the_ground_up_-_full_report.pdf [02 de fevereiro de 2018]

Carr, E. H. (1981) *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: UNB.

Cavalcante, Fernando (2013) "Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas à consolidação da paz na Guiné Bissau" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 21-42.

Chandler, David (2010) "The Uncritical Critique of Liberal Peace" *Review of International Studies*. (36), 137-155. <http://www.davidchandler.org/wp-content/uploads/2014/10/RIS-Critiques-of-Liberal-Peace.pdf> [05 de fevereiro de 2018].

Chisem, James (2011) "Security Studies and the Marginalisation of Women and Gender Structures" *E-International Relations Students*.

Cockburn, C. (2007) *From where we stand: War, women's activism and feminist analysis*. London: Zed Books.

Cockburn, C. (2010) "Gender relations as causal in militarization and war: A feminist standpoint" *International Feminist Journal of Politics*. 12(2), 139-157.

Cohn, C. (2004) "Mainstreaming gender in UN security policy: A path to political transformation?" *Boston Consortium on Gender, Security and Human Rights Working Paper* 204. Boston. http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/mainstreaminggender.pdf [10 de março de 2018].

Colletta, Nat J.; Cullen, M. (2000) *Violent Conflict and the Transformation of Social Capital: Lessons from Cambodia, Rwanda, Guatemala, and Somalia*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/799651468760532921/pdf/multi-page.pdf> [13 de março de 2018].

Comprehensive Peace Agreement (CPA) (2003) *Between the Government of Liberia and the Liberians United for Reconciliation and Democracy (LURD) and the Movement for Democracy in Liberia (MODEL) and Political Parties*. Accra. <http://www.pul.org.lr/doc/Peace%20Agreements%20Digital%20Collection.pdf> [15 de maio de 2018].

Confortini, C. (2006) “Galtung, violence, and gender: The case for a Peace Studies/Feminism Alliance” *Peace & Change*. 31(3), 333-367.

Coomaraswamy, R. (2015) *Preventing conflict, transforming justice, securing the peace: A global study on the implementation of United Nations security council resolution 1325*. UN Women. [http://www.peacewomen.org/sites/default/files/UNW-GLOBAL-STUDY-1325-2015%20\(1\).pdf](http://www.peacewomen.org/sites/default/files/UNW-GLOBAL-STUDY-1325-2015%20(1).pdf) [07 de abril de 2018].

Cox, R. W. (1981) “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory” *Millennium: Journal of International Studies*. (10), 126–55.

Donais, T. (2009) “Empowerment or Imposition? Dilemmas of Local Ownership in Post-Conflict Peacebuilding Processes” *Peace & Change*. 34(1), 3-26.

Doyle, M. W. (1983) “Kant, liberal legacies, and foreign affairs” *Philosophy & Public Affairs*. 12(3), 205-235.

Drumond, Paula (2010) “As políticas de gênero e as operações de paz: uma crítica do caso da MONUC” *Revista da Escola de Guerra Naval*. (15), 79-103.

Duffield, M. (1994) “Complex emergencies and the crisis of developmentalism”. *Institute of Development Studies - IDS bulletin*. 25(4), 37-45.

Duffield, Mark (2007) *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press.

Dunn, David J. (2005) *The First Years of Peace Research: A Survey and Interpretation*. Aldershot: Ashgate.

Ekiyor, Thelma and Gbowee, Leymah (2005) “Women’s Peace Activism, the Liberian Women’s Experience” in Paul Van Tongeren, Juliette Verhoeven, Malin Brenk and Marte Hellema (eds.) *People Building Peace II*. London: Lynne Rienner.

Enloe, C. (1990) *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press.

_____. (1993) *The morning after: Sexual politics at the end of the Cold War*. California: University of California Press.

_____. (2000) *The International Politics of Militarizing Women’s Lives*. California: University of California Press.

_____. (2014) *Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics*. California: University of California Press.

Esteves, P.; Carvalho de Souza, L. (2011) “A Libéria e a construção do nexo entre segurança e desenvolvimento” *Revista Brasileira de Política Internacional*. 54(2), 24-45.

European Parliament (2006) *Resolution on Women in armed conflicts and their role in postconflict reconstruction*. <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P6-TA-2006-0245+0+DOC+PDF+V0//EN> [26 de maio de 2018].

Fapohunda, T. M. (2011) “Integrating women and gender issues in peace development” *International Journal of Peace and Development Studies*. 2(6), 162-170.

Filho, J. M. (2013) “Peacekeeping: Surgimento, Mudanças e Desafios” *Século XXI*. 4(1), 35-48.

Flomoku, Pewee (2003) *Liberian women demonstrate at the American Embassy in Monrovia at the height of the civil war in July 2003* [fotografia] <https://www.forkfilms.net/downloads/> [05 de junho de 2018].

Flomoku, Pewee (2003) *Protesting in front of UN Envoy at Mamba Point Monrovia Liberia* [fotografia] <https://www.forkfilms.net/downloads/> [05 de junho de 2018].

Foucault, Michel (1976) *Histoire de la sexualité, volume 1: La volonté de savoir*, Paris, Gallimard.

Freire, M. R.; Lopes, P. D. (2008) “Reconceptualizar a paz e a violência: uma análise crítica” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (82), 13-26. <https://journals.openedition.org/rccs/614> [26 de março de 2018].

Freire, M. R.; Lopes, P. D. (2009) “A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: riscos e expectativas” *e-Cadernos CES* (06), 6-23. <https://journals.openedition.org/eces/315> [30 de março de 2018].

Fritz, Jan Marie (2010) “Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais” *Sociologias* (23), 340-353. <http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/12.pdf> [02 de abril de 2018].

Fuest, V. (2008) “This is the Time to get in Front’: Changing Roles and Opportunities for Women in Liberia” *African Affairs*. 107(427), 201-224.

Galtung, J. (1964) “An Editorial” *Journal of Peace Research*. 1(1), 1-4.

_____. (1967) *Theories of peace: A synthetic approach to peace thinking*. Oslo: International Peace Research Institute.

_____. (1969) “Violence, peace, and peace research” *Journal of peace research*. 6(3), 167-191.

_____. (1971) “A structural theory of imperialism” *Journal of peace research*. 8(2), 81-117.

_____. (1976) *Peace, war and defense: essays in peace research*. Compenhagen: Christian Ejlens.

_____. (1990) “Cultural violence” *Journal of peace research*. 27(3), 291-305.

_____. (1996) *Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization*. London: Sage Publications.

Gbowee, L. (2009) “Effecting change through women's activism in Liberia” *Ids Bulletin*. 40(2), 50-53.

Gizelis, T. I. (2011) “A country of their own: Women and peacebuilding” *Conflict Management and Peace Science*. 28(5), 522-542.

Gumru, B. F.; Fritz, J. M. (2009) “Women, peace and security: An analysis of the national action plans developed in response to UN Security Council Resolution 1325” *Societies*

without *Borders*. 4(2), 209-225.
<https://societieswithoutborders.files.wordpress.com/2010/01/gumrufritz.pdf> [03 de maio de 2018].

Harris, D. (1999) "From 'Warlord' to 'Democratic' President: Wow Charles Taylor Won the 1997 Liberian Elections" *The Journal of Modern African Studies*. 37(3), 431-455.

Inclusive Peace and Transition Initiative (2018) "Women in Peace & Transition Processes. Liberia (2003–2011) Case Study". *The Graduate Institute of International and Development Studies*. Geneva. <https://www.inclusivepeace.org/sites/default/files/IPTI-Case-Study-Women-Liberia-2003-2011.pdf> [10 de junho de 2018].

INSTRAW (2006) *Securing Equality, Engendering Peace: A Guide to Policy and Planning Women, Peace and Security*. Santo Domingo.
http://www.peacewomen.org/sites/default/files/un-instraw_engenderingpeace_2006_0.pdf
[02 de junho de 2018].

INSTRAW (2010) *Women with a Blue Helmet: The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions*.
http://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/UN/unbalpk_integrationwomengenderunpeacekeeping_instraw_aug_2010.pdf [08 de junho de 2018].

Iroanya, Richard (2008) "The Scourge of Civil Wars in Africa: Case Study – Liberia" in Mlambo, Norman (ed.) *Violent Conflict, Fragile Peace: Perspectives on Africa's Security Problems*. Adonis & Abbey Publishers. 63-88.

Isbell, T.; Jacobs, D. (2017) "As Liberia's election approaches, what will citizens be looking for in their next government?" *Afrobarometer*. (151), 1-12.
http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r6_dispatchno151_liberia_after_sirleaf2.pdf [13 de maio de 2018].

John H. Herz (1950) "Idealist Internationalism and the Security Dilemma" *World Politics* 2(2), 157–80.

Kaldor, Mary (1999) *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Cambridge/Stanford: Polity Press/Stanford UP.

Kant, I. (1970) *Perpetual peace: A philosophical sketch*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kant, I. (2006) *Toward perpetual peace and other writings on politics, peace, and history*. Yale: Yale University Press.

Kelly, Liz. (2000) “Wars Against Women: Sexual Violence, Sexual Politics and the Militarised State” in Jacobs, S., Jacobson, R. & Marchbank, J. (eds.) *States of Conflict: Gender, Violence and Resistance*. Londres: Zed Books. 45-65.

Kember, O. F. (2010) *The Impact of the Indian Formed Police Unit in the United Nations Mission in Liberia*. Masters Thesis on Arts in Security Studies. Georgetown University. <https://repository.library.georgetown.edu/static/flexpaper/template.html?path=/bitstream/handle/10822/553524/kemberOlivia.pdf?sequence=1&isAllowed=y> [04 de maio de 2018].

Kieh, G. (2013) “Religion and Conflict Case Study Series. Ending Liberia’s Second Civil War: Religious Women as Peacemakers”. *Berkley Center for Religion, Peace and World Affairs*. Washington, D.C. <https://s3.amazonaws.com/berkeley-center/130801BCEndingLiberiasSecondCivilWarReligiousWomenPeacemakers.pdf> [14 de maio de 2018].

Kieh, George Klay (2009) “The Roots of the Second Liberian Civil War” *International Journal on World Peace*. (26), 7 – 30.

Klot, J. F. (2007) “Women and peacebuilding” *Social Science Research Council*.

Kraus, D. Enholm, R.A.; Bowen, A.J. (2011) “US Engagement in International Peacekeeping. From Aspiration to Implementation” *Citizens for Global Solutions Education Fund*. Washington D.C.

Liberia Facts and Culture. *Map of Liberia* [mapa] <http://www.countryreports.org/country/Liberia.htm> [05 de junho de 2018].

Lorentzen, L. A.; Turpin, J. E (1998) *The women and war reader*. New York: NYU Press.

Luppino, E.; Webbe, V. (2011) *Security council resolution 1325: Civil society monitoring report 2011 – Liberia*. Global Network of Women Peacebuilders. http://www.peacewomen.org/sites/default/files/GNWP_Monitoring_Liberia.pdf [04 de abril de 2018].

Mac Ginty, R. (2011) *International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.

Mac Ginty, R. 2010. “Hybrid Peace: The Interaction between Top-Down and Bottom-Up Peace” *Security Dialogue* .41 (4), 391–412.

Mac Ginty, R.; O. Richmond (2016) “The Fallacy of Constructing Hybrid Political Orders: A Reappraisal of the Hybrid Turn in Peacebuilding” *International Peacekeeping*. 23 (2), 219–239.

Maciel, T. M. (2009) “As teorias de relações internacionais pensando a cooperação” *Ponto-e-Vírgula Revista de Ciências Sociais*. (5), 215-229.

Magalhães, D. T. (2012) “Conflito entre teorias de relações internacionais sobre a paz: Implicações normativas” *Relações Internacionais (R: I)*. (36), 119-133. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400009 [16 de maio de 2018].

Marie O’Reilly; Andrea Ó Súilleabháin; Thania Paffenholz, (2015) “Reimagining Peacemaking: Women’s Roles in Peace Processes” *International Peace Institute*. New York. <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2015/06/IPI-E-pub-Reimagining-Peacemaking.pdf> [10 de junho de 2018].

Mason, S. J. (2009) “Insider Mediators. Exploring Their Key Role in Informal Peace Processes”. *The Berghof Foundation for Peace Support (BPS)*. Berlin. https://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Other_Resources/MED_Insider_Mediator_s.pdf [15 de março de 2018].

McKay, S.; Mazurana, D. (2001) “Gendering Peacebuilding” in Christie, D. J., Wagner, R. V., & Winter, D. A (eds.) *Peace, Conflict, and Violence: Peace Psychology for the 21st Century*. New Jersey: Prentice-Hall. <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/u.osu.edu/dist/b/7538/files/2014/10/Chapter-29-Gendering-Peacebuilding-McKay-Mazurana-2eyrwmr.pdf> [10 de junho de 2018].

Miller, B.; Pournik, M.; Swaine, A. (2014) “Women in peace and security through United Nations Security resolution 1325: Literature review, content analysis of national action plans, and implementation” *Institute for Global and International studies*. Washington, DC. http://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/miladpournikanalysisdocs/igis_womeninpeaceandsecuritythroughunsr1325_millerpournikswaine_2014.pdf [16 de maio de 2018].

Mingst, K. (2016) *Princípios de relações internacionais*. Elsevier Brasil.

Moran, Mary H.; Pitcher, M. Anne. (2007) “The ‘Basket Case’ and the ‘Poster Child’: Explaining the End of Civil Conflicts in Liberia and Mozambique” *Third World Quarterly*. 25(3), 501-519. <https://sci-hub.tw/https://doi.org/10.1080/0143659042000191401> [10 de junho de 2018].

Moura, T; Roque, S.; Santos, R. (2012) “Conexões perdidas: Representações de gênero, violência (armada) e segurança na Resolução 1325” *Revista Crítica de Ciências Sociais* <https://journals.openedition.org/rccs/4867> [02 de março de 2018].

Moura, Tatiana (2005) “Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (71), 77-96. <https://journals.openedition.org/rccs/1020> [14 de abril de 2018].

Moura, Tatiana (2007) *Rostos invisíveis da violência armada. O caso do Rio de Janeiro*. 7 Letras: Rio de Janeiro. https://www.ces.uc.pt/iframe/publicacoes/outras/200313/rostos_invisiveis.pdf [14 de abril de 2018].

Mutwol, J. (2009) *Peace agreements and civil wars in Africa*. Cambria Press.

Nascimento, Daniela (2015) “One step forward, two steps back? Humanitarian Challenges. Dilemmas in Crisis Settings” *The Journal of Humanitarian Assistance*. <https://sites.tufts.edu/jha/archives/category/daniela-nascimento> [10 de março de 2018].

Nordien, J. (2008) “Resolution 1325: A Resolution for Peace”. *Operation 1325*. Stockholm. https://operation1325.se/sites/default/files/1325_eng_final_low.pdf [04 de abril de 2018]

O’Reilly, M., & Ó Súilleabháin, A. (2013) “Women in Conflict Mediation: Why it Matters”. *International Peace Institute*. https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_e_pub_women_in_conflict_med.pdf [05 de junho de 2018].

O’Reilly, M.; Ó Súilleabháin, A.; Paffenholz, T. (2015) “Women’s participation and a better understanding of the political” in Coomaraswamy, R. (ed.) *Preventing Conflict Transforming Justice Securing the Peace: A global study on the implementation of United Nations Security Council Resolution 1325*. UN Women.

- Oliveira, G. C. (2017) “Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais” *Carta Internacional*. 12(1), 148-172. <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611/343> [12 de abril de 2018].
- Oliveira, M. F.; Geraldello, C. S. (2017) “A Construção da Paz Perpétua como Teoria Liberal da Política Internacional/The Building of Perpetual Peace as the Liberal Theory of International Politics” *Brazilian Journal of International Relations*. 5(3), 696-719. <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/6697/4385> [17 de maio de 2018].
- Olsson, Louise (2000) “Mainstreaming Gender in Multidimensional Peacekeeping: A Field Perspective” *International Peacekeeping*. 7(3), 1-16.
- Paris, Roland (2004) *At war's end: building peace after civil conflict*. Cambridge University Press.
- Peter Wallensteen (2007) *Understanding Conflict Resolution*. London: SAGE.
- Pettman, J. J. (1996) *Worlding women. A Feminist International Politics*. Canadian Woman Studies.
- Popovic, N. (2009) “Women, peace and security in Liberia: Supporting the implementation of Resolution 1325 in Liberia” *Background Paper, UN-INSTRAW*. http://www.peacewomen.org/assets/file/instraw_liberia_implementation.pdf [05 de abril de 2018].
- Pratt, N.; S. Richter-Devroe. (2011) “Critically Examining UNSCR 1325 on Women, Peace and Security” *International Feminist Journal of Politics*. 13 (4), 489–503. http://www.peacewomen.org/assets/file/pratt_richter-devroe_-_critically_examining_unscr_1325_on_women_peace_and_security.pdf [05 de abril de 2018].
- Puechguirbal, N. (2010) “Discourses on gender, patriarchy and Resolution 1325: A textual analysis of UN documents” *International Peacekeeping*. 17(2), 172-187.
- Pureza, J. M.; Cravo, T. (2005) “Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (71), 05-19. <https://core.ac.uk/download/pdf/144018780.pdf> [19 de abril de 2018].

Reardon, Betty (1985) *Sexism and the War System*. New York: Teachers College University Press.

Rebelo, T. R. (2012) *Lentes de gênero para as missões de paz : desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas*. São Paulo: Cultura Acadêmica. <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/364729.pdf> [15 de abril de 2018].

Rebelo, T. R. (2013) “O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios” *Estudos Feministas* 21(3), 817-837. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300004/26499> [15 de abril de 2018].

Reimann, C. (2014) “Promoting Women’s Participation in Peace Negotiations and Peace Processes - Prepared by the programme Promoting Gender Equality and Women’s Rights” *Eschborn: GIZ*. http://eeas.europa.eu/archives/features/features-working-women/working-with-women/docs/2014-05-08_toolkit_promoting-womens-participation-peace-neg_en.pdf [07 de junho de 2018].

Ribeiro, M. C. (2005) “Moura, Tatiana, Entre Atenas e Esparta: Mulheres, paz e conflitos armados” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (71), 163-166. <https://journals.openedition.org/rccs/1027> [05 de março de 2019].

Richmond, Oliver P. (2004) “The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus” *Cooperation and Conflict*. 39(2), 129-150.

_____. (2005) *The Transformation of Peace*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

_____. (2011) *A Post-Liberal Peace*. London: Routledge.

Rosoff, B. (1991) “Genes, Hormones, and War” in A, Hunter (ed.) *On peace, war, and gender: a challenge to genetic explanations*. New York: Feminist Press at the City University of New York, 39-49.

Ryan, C.; Basini, H. (2017) “UNSC Resolution 1325 national action plans in Liberia and Sierra Leone: An analysis of gendered power relations in hybrid peacebuilding” *Journal of Intervention and Statebuilding*. 11(2), 186-206.

Sawyer, Amos. (2004) “Violent conflicts and governance challenges in West Africa: the case of the Mano River Basin Area” *Journal of Modern African Studies*. (32) 3, 434–444.

- Sayle, T. A., Sua, D. W., Sua, D. L., Weber, T., Tarnue, S., Ashford, V.; Axworthy, T. S. (2009) "Liberia: Assessing the Conditions for Liberal Democracy in a Postconflict State" *Centre for the Study of Democracy*. Ontario. https://www.queensu.ca/csd/sites/webpublish.queensu.ca.csdwww/files/files/publications/wps/09.02.02_Liberia.pdf [09 de maio de 2018].
- Scheper-Hughes N. and Bourgois P. (2003) *Violence in War and Peace: An Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Scott, J. W. (1986) "Gender: A Useful Category of Historical Analysis" *The American Historical Review*. (9)5, 1053-1075.
- Scott, J. W. (1999) *Gender and the Politics of History*. Columbia University Press.
- Shepherd, Cassandra K. (2015) "The Role of Women in International Conflict Resolution," *Hamline University's School of Law's Journal of Public Law and Policy*. (36)2, 53-67. <http://www.peacewomen.org/sites/default/files/The%20Role%20of%20Women%20in%20International%20Conflict%20Resolution.pdf> [02 de março de 2018].
- Shepherd, L. (2008) *Gender, Violence and Security*. London: Zed Books.
- Simic, O. (2010) "Does the presence of women really matter Towards combating male sexual violence in peacekeeping operations" *International Peacekeeping*. (17)2, 188-199.
- Souza, Ana Clara (2014) "O pessoal é internacional": como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais" in *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina. http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana%20Clara%20Telles%20C%20e%20Souza.pdf [10 de fevereiro de 2018].
- Swiss, S., Jennings, P. J., Aryee, G. V., Brown, G. H., Jappah-Samukai, R. M., Kamara, M. S.; Turay-Kanneh, R. S. (1998) "Violence against women during the Liberian civil conflict" *Jama* 279(8), 625-629.
- Sylvester, C. (2013) *War as Experience: Contributions from International Relations and Feminist Analysis*. New York: Routledge.
- The Kvinna till Kvinna Foundation (2012) *Women are important in peace processes*. <http://thekvinnatillkvinnafoundation.org/en/files/qbank/81ca0262c82e712e50c580c032d99b60.pdf> [03 de maio de 2018].

Theobald, A. (2014) *Role of Women in Making and Building Peace in Liberia: Gender Sensitivity versus Masculinity*. Germany: Ibidem Press.

Ticker, J. Ann; Sjobeg Laura (2013) *Feminism and International Relations: Conversations about the past, present and future*. International Relations Theories. Oxford: Oxford University Press.

Tickner, A. (1992) *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving International Security*. New York: Columbia University Press.

_____. (1997) “You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists” *The International Studies Association. International Studies Quarterly* (41)4, 611-632.

_____. (2001) *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press.

Tryggestad, T. L. (2009) “Trick or Treat? The UN and Implementation of Security Council Resolution 1325 on Women, Peace, and Security” *Global Governance: a review of multilateralism and international organizations*. 15(4), 539-557.

UN Peacekeeping. *Gender statistics*. <https://peacekeeping.un.org/en/gender>

UN Women (2010) *Women's Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence*. New York. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/03AWomenPeaceNeg.pdf> [02 de março 2018].

UN, General Assembly (1993) *Declaration on the Elimination of Violence against Women*. RES/48/104 <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>

UN, General Assembly (1993) Resolution 47/226. <http://undocs.org/A/47/226>

UN, News (2016) “Hailed as “role models”, all female Indian police unit departs UN missions in Liberia” <https://news.un.org/en/story/2016/02/522102-feature-hailed-role-models-all-female-indian-police-unit-departs-un-mission> [07 de junho de 2018].

UN, Security Council (1993) Resolution 866. [http://undocs.org/en/S/RES/866\(1993\)](http://undocs.org/en/S/RES/866(1993))

_____. (2003) Resolution 1509. [https://undocs.org/en/S/RES/1509\(2003\)](https://undocs.org/en/S/RES/1509(2003))

_____. (2008) Resolution 1820. [https://undocs.org/S/RES/1820\(2008\)](https://undocs.org/S/RES/1820(2008))

_____. (2009) Resolution 1888. [http://undocs.org/en/S/RES/1888\(2009\)](http://undocs.org/en/S/RES/1888(2009))

_____. (2009) Resolution 1889. [https://undocs.org/S/RES/1889\(2009\)](https://undocs.org/S/RES/1889(2009))

_____. (2010) Resolution 1960. [https://undocs.org/S/RES/1960\(2010\)](https://undocs.org/S/RES/1960(2010))

_____. (2013) Resolution 2106. [http://undocs.org/en/S/RES/2106\(2013\)](http://undocs.org/en/S/RES/2106(2013))

_____. (2013) Resolution 2122. [https://undocs.org/S/RES/2122\(2013\)](https://undocs.org/S/RES/2122(2013))

_____. (2015) Resolution 2242. [https://undocs.org/S/RES/2242\(2015\)](https://undocs.org/S/RES/2242(2015))

UN, Security Council (2000) Resolution 1325 on Women, Peace and Security
[https://undocs.org/S/RES/1325\(2000\)](https://undocs.org/S/RES/1325(2000))

UN, Women (2016) Women police climb the ranks across Africa
<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2016/4/women-police-climb-the-ranks-across-africa> [04 de julho de 2018].

UNDP (2016) *Human Development Report 2016*. New York.
http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf [02 de junho de 2018].

UNMIL; Office of the Gender Adviser (OGA) (2010) *Gender Mainstreaming In Peacekeeping Operations Liberia 2003 – 2009*. Best Practices Report. Accra.
http://www.peacewomen.org/sites/default/files/wps-pk_gendermainstreamingpkoliberiabestpracticesreport_unmil_sept2010_0.pdf [02 de junho de 2018].

Vinck, P; Pham, PN.; Kreutzer, T. (2011) “Talking Peace: A population-based survey on attitudes about security, dispute resolution, and post-conflict reconstruction in Liberia”
Human Rights Center. California.
https://www.law.berkeley.edu/files/HRC/Publications_Talking-Peace_06-2011.pdf [07 de junho de 2018].

Vogt, Margaret (2013) “Democratizing Peace Processes: Women at the Table” The Global Observatory.
<http://theglobalobservatory.org/2013/09/democratizing-peace-processes-women-at-the-table/> [23 de maio de 2018].

Wad, Herry (2011) *Tawakkul Karman, Leymah Gboee e Ellen Johnson Sirleaf Nobel Peace Prize 2011* [fotografia]
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tawakkul Karman Leymah Gbowee Ellen Johnson Sirleaf Nobel Peace Prize 2011 Harry Wad.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tawakkul_Karman_Leymah_Gbowee_Ellen_Johnson_Sirleaf_Nobel_Peace_Prize_2011_Harry_Wad.jpg) [05 de junho de 2018].

Wellman, B.; Frank, K. (2001) "Network capital in a multilevel world: Getting support from personal communities" *Social capital: Theory and research*. 233-273.

Whitworth, S. (1994) *Feminism and international relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions*. Springer.

Whitworth, S. (2004) *Men, militarism, and UN peacekeeping: a gendered analysis*. Lynne Rienner Publishers.

Women's International League for Peace and Freedom. *Resolution Texts and Translations*.
<http://www.peacewomen.org/resolutions-texts-and-translations> [02 de junho de 2018].

Wollacott, A (2006) "Gender and war, gender and peace new perspectives" *Australian Feminist Studies*. London: Routledge. 21(51), 389-391.

Youngs, Gillian (1999) *International Relations in a Global Age: A Conceptual Challenge*. Cambridge: Polity Press.